Segurança no Trabalho no Contexto da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará - APOBV- PARÁ

Tereza Cristina Ferreira de Quadros
Klewton Adriano Oliveira Pinheiro
Williams Dias de Oliveira
Ana Paula Magno do Amaral
Lilian Conceição Tavares
Marcio Braga Amorim
Maria José de Souza Barbosa
Francimary da Silva Carneiro
Kalianne Costa Vitor
Carla Vanessa Borges Castro
Ana Claudia Moraes e Silva
Elayne Oliveira Braga

Atena Editora
Ano 2021

Segurança no Trabalho no Contexto da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará - APOBV- PARÁ

Tereza Cristina Ferreira de Quadros
Klewton Adriano Oliveira Pinheiro
Williams Dias de Oliveira
Ana Paula Magno do Amaral
Lilian Conceição Tavares
Marcio Braga Amorim
Maria José de Souza Barbosa
Francimary da Silva Carneiro
Kalianne Costa Vitor
Carla Vanessa Borges Castro
Ana Claudia Moraes e Silva
Elayne Oliveira Braga

Ano 2021

Segurança no trabalho no contexto da associação dos produtores orgânicos de Boa Vista do Acará – APOBV – Pará

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S456 Segurança no trabalho no contexto da associação dos produtores orgânicos de Boa Vista do Acará – APOBV – Pará / Tereza Cristina Ferreira de Quadros, Maria José de Souza Barbosa, Klewton Adriano Oliveira Pinheiro, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Outros autores
Francimary da Silva Carneiro
Williams Dias De Oliveira
Kalianne Costa Vitor
Ana Paula Magno do Amaral
Carla Vanessa Borges Castro
Lilian Conceição Tavares
Ana Claudia Moraes e Silva
Marcio Braga Amorim
Elayne Oliveira Braga

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-810-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.103211612

1. Segurança do trabalho. 2. Prevenção. 3. Qualidade de vida. 4. Açaí. 5. Peconheiros. 6. Empreendimentos agroalimentares. I. Quadros, Tereza Cristina Ferreira de. II. Barbosa, Maria José de Souza. III. Pinheiro, Klewton Adriano Oliveira. IV. Título.

CDD 363.11

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOBV – Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

TRT 8ª– Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região Pará/Amapá

SEDAP– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PEABIRU– Instituto PEABIRU

OIT– Organização Internacional do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho (Ministério da Economia Trabalho)

EPI– Equipamento de Proteção Individual

PPRA– Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

BASA– Banco da Amazônia S/A

SUFRAMA– Superintendência da Zona Franca de Manaus

NR– Normas Regulamentadoras

CLT– Consolidação das Leis do Trabalho

NRR – Normas Regulamentadoras Rurais

SEPATR – Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural

N**SHS**– Norma de Segurança e Saúde

CID– Classificação Internacional de Doenças

DORT– Doenças Osteomusculares Relativas ao Trabalho

SUS– Sistema Único de Saúde

DATASUS– Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil

FAPESPA– Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e a Pesquisa

IPEA– *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

TST– Técnico em Segurança do Trabalho

UNESP– Universidade Estadual Paulista

DAEAI– Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas

CONSUP – Conselho Superior

IFPA – Instituto Federal do Pará

CAPAG– Coordenação de Apoio a Projetos Agropecuários

RESUMO

Este trabalho trata de um estudo de caso voltado à compreensão do debate e aplicação das normas e legislação sobre segurança no trabalho, tomando como referência a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará – APBOV, como forma de prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho a fim de garantir qualidade de vida e saúde aos agricultores associados, especificamente os peconheiros[1]. Com base nas discussões teóricas procurou-se saber se estes trabalhadores têm utilizado as normas regulamentadores (NR – 6, 9, e 31) para segurança no trabalho, além de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Metodologicamente realizou-se um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), para conhecer os pontos fortes e os pontos fracos; entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, além de consulta documental e patrimonial na APOBV; observação e registro fotográfico, procurando constituir um quadro geral sobre a realidade vivenciada por esses trabalhadores, suas expectativas. Diante da das informações coletadas elaborou-se um programa de formação dialógica, que ensejou ministrar palestras relacionadas às temáticas de Qualidade de Vida, Segurança no Trabalho e Prevenção de Riscos Ambientais. No processo de formação obteve-se a manifestação dos sujeitos quanto ao melhor método de colheita do açaí[2], focando na segurança e economicidade. As atividades realizadas possibilitaram a construção de um manual de boas práticas de segurança no trabalho rural, com foco nos coletores de açaí, que resultou do Estágio Supervisionado, um requisito obrigatório a obtenção do grau de mestre profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção, qualidade de vida, açaí, peconheiros, empreendimentos agroalimentares.

1. Peconheiros: Trabalhadores responsáveis pela extração do açaí. São chamados pelo nome “peconheiro” devido a utilização da “peconha”, utensílio rudimentar que auxilia na subida na árvore. confeccionado com o uso de folhas do açaizeiro ou com fios plásticos e sintéticos. (FERREIRA, 2018, p. 56)

2. Açaí; Fruto do açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.), sua origem é nativa da América Central e do Sul, é conhecido como “a palmeira mais produtiva da região amazônica”. Sua relevância ocorre por ser fruto exótico, comsumido como um alimento básico nessa região do Brasil. (CEDRIM, 2018. p. 2).

INTRODUÇÃO

O ser humano exerce poder de transformação, sendo o trabalho o meio de expressar seus conhecimentos e suas habilidades, porém não basta somente determos essas contribuições do homem para com a sociedade, há de se convir que a sociedade precisa inferir como fator preocupante a integridade física do trabalhador, refletindo quanto à execução das atividades laborais e o ambiente de trabalho.

A segurança e qualidade de vida no trabalho refletem diretamente a saúde e trás conseqüências ao trabalho realizado em condições desgastantes, jornadas extensivas do trabalho, atividades repetitivas e precárias que incidem em doenças e mortalidades. Essas diferentes situações podem ser verificadas em relação aos trabalhadores rurais no Brasil, além do que, os mesmos estão submetidos a atividades rudimentares, trabalhadores empobrecidos, socialmente marginalizados e intoxicados por agrotóxicos e a não utilização de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

Vive-se em um mundo globalizado e integrado internacionalmente através de ações direcionadas à economia, à cultura, ao social e à política por meio de redes tecnológicas, articulações financeiras com importação e exportação de produtos, porém diante de todo esse contexto estão os trabalhadores de diversas especialidades que contribuem com a realização e produção de serviços.

Autores como Drebes et al (2014); Campos et al (2016) e Alencar (2014) evidenciam ocorrência de acidentes, acometimento de doenças e mortalidades, uma temática que ainda precisa ser estudada, pois observam que a realidade desses fenômenos na agropecuária é pouco analisada, embora no meio rural as condições de trabalho precário têm gerado vários tipos de problemas que dizem respeito à área de segurança no trabalho.

Porém, a presente pesquisa se restringe a investigação de acometimento de acidentes na, Estado do Pará[1], tendo como lócus os associados da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará – APOBV, tomando como referência àqueles que atuam na produção de açaí (*Euterpe oleracea*), haja vista que o Estado do Pará é considerado o maior produtor e comercializador deste fruto (SEDAP, 2017).

Por conseguinte, para realização da presente pesquisa foi necessário dar maior atenção quanto ao resguardar do trabalhador, sua segurança e qualidade de vida no trabalho. Com base nesta perspectiva, questiona-se: quais as ações promovidas na Associação APOBV voltadas à segurança no trabalho dos associados?

A de se convir, que na ponta da cadeia produtiva do açaí existem trabalhadores extrativistas que labutam em prol de conseguir ganhos financeiros para atender suas necessidades básicas de comercialização desse produto, que faz parte de seu consumo

---

1. A menção é importante, haja vista que a Capital de Belém do Estado do Pará ter sido considerada uma referência mundial em gastronomia e com isso, integrar uma rede de cidades que buscam desenvolvimento de maneira sustentável, com o modo socialmente justo, G1 Portal Globo de Notícias (2015).

alimentar. No entanto, de certa forma, executam suas atividades na informalidade, o que contribui negativamente para os subregistros de acidentes de trabalho, aliado a esse contexto há a precariedade laboral, o que tem nos chamado atenção como problemática de pesquisa e investigação.

Aliado a esse contexto, questiona-se por que realizar a pesquisa? Pela relevância em meio à questão social, pois abordar a problemática da integridade física de trabalhadores, em especial, no meio rural é instigante, haja vista, que um trabalhador doente não produz, mas acarreta despesas financeiras (despesas médicas e indenizações), no caso da família pode haver inclusive a perda de renda, tendo em vista seu afastamento do trabalho como para o estado, devido a problemas de invalidez ou mesmo custos dos benefícios, podendo ocorrer perda de vida em acidentes com danos físicos e fatais.

Importante se faz salientar, que o trabalho é um benefício importante na vida das pessoas, que precisam suprir suas necessidades, quer seja por sobrevivência ou realização profissional. Em princípio essas motivações ocorrem normalmente, de forma a desapreciar a importância da qualidade do ambiente e em que as condições desse trabalhador são realizadas, podendo se verificar o descaso em relação desde o vestuário, equipamentos inadequados, entre outros.

Na atividade produtiva, contexto em que se estrutura e se organiza a produção, os malefícios à saúde do trabalhador resultam em doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, morte do trabalhador e demais danos (RODRIGUES, 2009, p. 2).

Nesse sentido, a temática segurança do trabalho é intrigante e necessária, mas para isso, se faz necessário aprofundarmos a investigação com o propósito de obter dados sobre a ocorrência de acidentes de trabalho no meio rural.

Se faz constar nesta dissertação três capítulos, a saber, Capítulo I – Desenvolvimento Rural e Segurança no Trabalho Agrícola, com abordagens voltadas às condições do trabalho no meio rural, contextualizando a realidade vivenciada pelo trabalhador, além das dinâmicas da segurança do trabalho na economia extrativista do açaí, a centralidade do trabalhador na produção desse fruto.

Notadamente, dispõe o Capítulo II sobre Segurança no Trabalho no Contexto dos Coletores de Açaí, o qual aborda sobre o trabalhador extrativista na produção do açaí, atividade com pouca regulamentação em termos de segurança, atividades típicas do peconheiro na coleta do açaí, riscos decorrentes dessa atividade, que chegam ao acometimento de acidentes e doenças ocupacionais.

Por sua vez, o Capítulo III trata sobre os Caminhos da Pesquisa em uma Problemática pouco Explorada, o que compõe da metodologia que abarca o lócus da pesquisa, área de estudo, o público alvo, tipo de pesquisa, bem como, as técnicas e como foi realizado o levantamento da coleta de dados.

Ressaltamos que o lócus da pesquisa de campo, contempla a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará – APOBV, a qual se constituirá, no espaço em que ocorrerá compreender para conhecer a realidade dos trabalhadores que atuam com coleta, cultivo, produção e comercialização de açaí.

Quanto aos objetivos propostos os mesmos foram alçados a partir de ferramentas para a coleta de dados, a partir de observação e registro fotográfico, levantamento documental, entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa. A de se convir, a imprescindível realização do Diagnóstico Rural Participativo - DRP, da implementação de Qualificação, e da consulta aos sujeitos sobre a Construção Coletiva como alternativas para um processo de colheita do fruto do açaí com segurança, voltadas para qualidade de vida e economia.

A partir dos dados coletados ordenamos os resultados apurados, os quais foram discutidos com base nas atividades decorrentes do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, da Qualificação e da Consulta sobre a Construção de Alternativas para o Processo de Colheita, o que conciliou para a elaboração das considerações finais, visando vislumbrar a contextualização da problemática peculiar das atividades laborais do peconheiro no contexto da colheita do açaí.

Haja vista que diante do contexto das atividades dos peconheiros, ainda que recentes pesquisadores têm recorrido a investigação para essa categoria de trabalhadores do meio rural, por essa razão, questiona-se ainda: será que os associados da APOBV em discussão possuem conhecimentos técnicos (normativas), preceitos referentes à organização e planejamento voltados à segurança do trabalhador, em suas atividades relativas à produção açaí? Será que são conhecedores das implicações decorrentes das jornadas de trabalho extensivas, das escaladas às estirpes das palmeiras do açaizeiro, que podem provocar dentre quedas, picadas de insetos e doenças, envolvendo a ergonomia ou mesmo outras implicações da saúde do trabalhador? Para conhecer essa realidade, recorremos, nesse primeiro momento, da discussão teórica e de dados secundários, os quais foram utilizados para a construção do projeto de pesquisa com seus procedimentos metodológicos, como pode ser observado nos itens que seguem nesse projeto de pesquisa.

Diante da pluralidade de implicações que decorrem as atividades laborais dos trabalhadores quer sejam da área urbana ou do meio rural, significamos em especial os peconheiros levando em consideração sua contribuição para a cadeia produtiva do açaí e significantemente, para o desenvolvimento rural, com referência a subsistência desse trabalhador, sua contribuição mesmo que seja invisível para a sociedade e principalmente para geração de renda.

JUSTIFICATIVA

Esta dissertação a partir dos dados colhidos e analisados visa contribuir no intuito de assegurar aos agricultores rurais, principalmente aqueles que labutam na colheita do açaí, ou seja, os peconheiros, quanto às medidas de prevenção contra acidentes de trabalho.

A de se ressaltar que o processo de trabalho dos peconheiros (coletor de açaí), de acordo com o aporte bibliográfico, é de total invisibilidade a segurança do trabalho perante o consumidor final, o que faz que os elos fortes da cadeia de valor – indústrias, atacadistas, varejistas e batedores (na região) não se responsabilizem com a segurança desse trabalhador.

OBJETIVOS

Geral

Investigar se os preceitos sobre segurança do trabalhado são sendo aplicados na Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará – APOBV e, em caso de acidentes, como tem agido para evitá-los, além de proporcionar ações voltadas aos cuidados com a segurança do trabalhador.

Específicos

- Diagnóstico Rural Participativo realizado como a APOBV para tratar da Segurança no Trabalho
- Qualificação visando melorara Segurança no Trabalho
- Detectar as causas decorrentes dos acidentes
- Construção Coletiva de alternativas para um processo de colheita do açaí seguro e que proporcione qualidade de vida e economia

DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA NO TRABALHO AGRÍCOLA

O conceito de "desenvolvimento – econômico, social, cultural, político – é complexo, o que pode ser acentuado por meio de facilitações, incluindo "decomposição", de alguns aspectos e "aproximações" por outras formas de medida (KAGEYAMA 2004, p. 380).

O paradigma da modernização da agricultura onde estava à frente, como principal ferramenta, a teoria, as práticas e as políticas com propósito de alavancar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, de acordo com a autora é baseado em Van Der Ploeg (2000), que veio a ser substituído por um novo paradigma, o desenvolvimento rural na Europa, que visava um novo modelo para o setor agrícola, a partir de novos objetivos como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias através dos ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

No entanto, comenta, ainda, que o desenvolvimento rural implicou à criação de novos produtos e novos serviços, aliado aos novos mercados e a busca por formas de redução de custos consoante a novas trajetórias tecnológicas; tentou reconstruir a agricultura nos níveis de estabelecimento e também em termos regionais e da economia rural como um todo; porém, uma maneira de fugir das limitações e da falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização imposta por ele, segundo os autores, passou a ser considerado um processo:

- **Multinível**: a partir das relações entre a agricultura e a sociedade (nível global), o novo modelo para o setor agrícola, as sinergias entre ecossistemas locais e regionais (nível intermediário), e o terceiro nível, a firma individual, são as novas formas de alocação de trabalho familiar individual, destaque a pluriatividade.

- **Multiatores**: se dá através da complexidade das instituições envolvidas, fazendo com que dependa de múltiplos atores envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes).

- **Multifacetado**: administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc..., que compõem este processo, fazendo do desenvolvimento rural esse processo multifacetado, onde as propriedades que haviam sido consideradas supérfluas no paradigma da modernização puderam assumir novos papéis e firmar novas relações sociais com empresas e outros setores urbanos.

Chalita (2005, p. 98) refere-se à noção de desenvolvimento relacionada à "sociedade-natureza, focalizando a história da ação humana visando à busca pelo avanço da qualidade e do bem-estar das populações, a partir da experiência e da teoria, que estabelece um determinado "lugar" da natureza, no tempo e no espaço".

Nos anos 70, de acordo com a autora, o termo desenvolvimento rural foi criado para contrabalançar os efeitos negativos sobre os países do terceiros mundo, do "modelo de desenvolvimento comunitário" (Idem, p. 101), (antecessor das teorias de modernização agrícola). Inclusive, o mesmo foi adotado pelas agências internacionais de desenvolvimento nas décadas de 1950-60, como estratégia de incentivar a organização com vistas ao envolvimento das comunidades rurais para a melhoria da agricultura, saúde, educação e infraestrutura nas zonas rurais, com isso, incentivar as mudanças advindas da Revolução Verde.

No entanto, essa concepção tem sido criticada por outras visões de desenvolvimento, como aponta Almeida, (2011, p. 32) ao enfatizar que há diversas críticas e questionamentos sobre o desenvolvimento:

> A noção está pressuposta uma intervenção na natureza com o objetivo de dela extrair recursos: são os ***recursos naturais*** que, bem administrados – isto é, com conhecimento suficiente sobre eles, produzido pela ciência, e com técnicas adequadas de extração e beneficiamento –, irão gerar as fontes de riqueza nas quais se fundamentará o desenvolvimento técnico-científico, socioeconômico e da sociedade em geral.

Outra menção enfatizada pelo autor que a concepção de desenvolvimento leva em consideração a natureza, vista como recurso em várias iniciativas públicas ou privadas, identificada em discursos e práticas, inclusive quanto aos limites por elas apresentados, levando à que tal diálogo viesse a ser contestado. Questionado e submetido à crítica social, a explicação da idéia tradicional de desenvolvimento manifestou-se na tentativa de reconceitualização analítica dos processos de desenvolvimento em relação à natureza, cuja expressão principal é a noção de desenvolvimento sustentável.

Diante dessa contestação social, em 1968 constitui-se o Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico por conta do uso crescente dos recursos naturais, sendo detectado como um dos maiores problemas do desenvolvimento a industrialização acelerada, crescimento demográfico, a escassez de alimentos, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente, com isso, esse clube definiu que o grande problema do desenvolvimento estava na pressão da população sobre o meio ambiente.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL: DESDOBRAMENTOS PARA A SEGURANÇA NO TRABALHO AGRÍCOLA

Schneider (2010, p. 512) comenta que o debate sobre desenvolvimento no meio rural do Brasil e outros países na América Latina, por quanto das ações do Estado e de órgãos internacionais, causaram intervenção a partir da "Revolução Verde", de caráter compensatório, como solução para os agricultores que não conseguiram aderir às

tecnologias e a economia por meio de indústria, comércio e serviços

Segundo esse autor, a partir de 1990 ocorreram no Brasil mudanças de enfoque e de entendimento sobre desenvolvimento rural, com isso o mesmo passou a ganhar espaço propiciando a revitalização do tema e motivando novas abordagens, desde então, reemergiram políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural diferente da década de 1970, as transformações sociais, políticas e a economia se operaram no âmbito do estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Essas mudanças influenciaram discussões específicas, que culminaram em políticas governamentais focadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo às ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Em relação à agricultura, Almeida (2011) denota que o desenvolvimento enquanto modernização, no Brasil, passou a ser visto a partir do momento que se conhece como Revolução Verde o processo de padronização da agricultura brasileira através da quimificação, mecanização e da homogeneização das técnicas agrícolas.

Ressalta-se que segundo (idem, 2001, p. 33, apud Fleury, 2009, p. 64) enfatiza que:

> Percebe-se que, com suas concepções e práticas, a Revolução Verde vem justamente a calhar ao objetivo de adequar a agricultura às necessidades da concepção urbano-industrial de desenvolvimento: através do estímulo à ***mecanização***, favorece-se a disponibilização de mão de obra barata para o trabalho nas indústrias e nos centros urbanos; a ***quimificação*** característica da Revolução Verde leva a agricultura a uma situação de dependência dos insumos industriais, favorecendo, assim, o crescimento industrial; a produção em ***escala*** atende à demanda da produção de alimentos em grandes quantidades para alimentar as populações dos centros urbanos, comercializados a baixos custos para serem acessíveis a operários mal-remunerados; e, finalmente, a partir da ***homogeneização*** da produção, também característica da Revolução Verde, o alimento produzido por esta agricultura adquire características de previsibilidade – prerrogativas para a sua transformação em ***commodities*** – tornando-se, portanto, passível de negociação no mercado internacional.

Diante desse contexto, onde a natureza é vista somente como recursos, às comunidades tradicionais e a mobilização social vem conflitando com o tema modernização da agricultura, devido aos diferentes modos de vida, de organização social dessas comunidades tradicionais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MEIO RURAL

Tendo em vista que a temática da presente pesquisa discorrer sobre segurança do trabalhado, é oportuno realçar o mesmo, portanto, questiona-se: o que vem a ser trabalho no meio rural da Amazônia Paraense? Oliveira & Silveira (2012, p. 149) considera trabalho como alguma atividade humana, porém, há diversos significados que «causam impacto na

(re) construção de identidades/papéis e na (re)definição de normas de vida".

No percurso da história sua significação está aliada a diferentes valores sociais positivos e negativos e a inúmeros princípios sociais. A inserção do trabalho assalariado na modernidade passou a ser focada como sinônimo de emprego, um requisito central na vida das pessoas.

Job (2003) enfatiza que o trabalho exerce um valor importante que influencia sobre a motivação dos trabalhadores, sua satisfação e produtividade. O trabalho, sob esta acepção, rege determinados comportamentos, levando mesmo à compreensão de como as pessoas vivenciam e resolvem seus problemas, seja no contexto de seu trabalho ou mesmo da vida privada.

Segundo Tolfo (2007) o trabalho, no contexto contemporâneo, vincula-se a uma série de alterações das mais diversas ordens, mudanças essas que estão inseridas em fenômenos como: a globalização dos mercados, aumento da competitividade entre países e empresas, reestruturação produtiva, inovações tecnológicas e/ou sócio-organizacionais, além da flexibilização das relações de trabalho. Desta forma, procura-se entender a questão do trabalho no contexto rural, dando ênfase a segurança, uma temática importante para ser analisada, principalmente quando se trata do trabalhador rural.

O trabalho faz parte da vida das pessoas, durante a execução de suas atividades no dia a dia, a partir do momento em que faz parte de uma empresa ou um grupo de pessoas organizadas, e visa atender a um determinado objetivo, com isso, deve estar aliado ao tipo de conhecimento e ou experiência que possa garantir a execução das atividades para o qual foi contratado. Bruni (2011, p. 30) considera:

> Na sociedade pós-fordista, trabalho e consumo deixam de ser duas polaridades opostas: uma vez satisfeitas as necessidades primárias, o trabalho busca desesperadamente um sentido – trabalha-se não só pelo dinheiro que, depois, servirá na aquisição de bens de consumo – e o consumo adquire força, deixando de ser fim em si – pensemos no significado da origem dos movimentos anticonsumistas, das formas do "consumo ético" e das reivindicações, cada vez mais prementes, para reconhecer os direitos do cidadão como consumidor.

O homem necessita satisfazer suas necessidades básicas (fisiológicas), mas para alcançar sua auto-realização não basta somente ater-se a esse contexto, pois o ambiente de trabalho envolve questões como a qualidade de vida e segurança no trabalho, os quais corroboram para o bem estar do trabalhador, além do que tem vínculo com ferramentas necessárias a um investimento, com vistas a garantir a integridade física do trabalhador. Também é o vinculo de trabalho para o qual este ser está contratado, ou administrado a algum evento formal ou informal.

No entanto, o homem no contexto de um grupo de trabalho busca em princípio,

sim, satisfazer suas necessidades de manutenção (sobrevivência), coligada ao objetivo de quem o contratou; por essa razão que o trabalho se coloca entre as atividades mais importantes e, de qualquer maneira, constitui-se como principal fonte de significados na constituição na vida de todos.

Contextualização da Realidade do Trabalho Rural

A realidade do trabalho rural só pode envolver qualidade de vida e segurança do trabalho, principalmente porque há vidas, seres humanos que labutam e precisam ser assistidos, (ALENCAR, 2014, p. 150).

> As condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil apontam inúmeros pontos de interrogação e caminhos a serem avaliados por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento humano. Trata-se de um desafio intersetorial, multidisciplinar e transdisciplinar com efeitos determinantes sobre as condições de vida de indivíduos, famílias e comunidades.

De acordo com Alves & Guimarães (2012, p. 41), a força de trabalho no Brasil, no setor rural, "tem baixo nível de qualificação e baixa remuneração, por quanto, os trabalhadores são analfabetos ou possuem escolaridade baixa". Nesse contexto, o total de brasileiros que reside no campo é o 80% de analfabetos.

Essa situação gera insegurança, mesmo diante de mudanças no mercado de trabalho rural ou diante da redução do emprego na agricultura, as oportunidades crescem em outras atividades no espaço rural.

Tibaldi & Silva (2013) comenta que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador do campo, ou trabalho agrícola e não agrário, se desenvolve na coerência da produção de bens econômicos provenientes da terra, no entanto, a agricultura está aliada a profissão daqueles que cultivam a terra em qualquer modalidade dessa atividade, ou seja, pecuária, lavoura ou indústria rural.

De acordo com os autores, com a superlotação nas urbes[1], o trabalho no campo foi gradativamente sendo superado, porém, resistiu a ponto de se tornar importante meio de produção de riquezas e com o posterior desenvolvimento de tecnologias de produtividade agrícola.

As relações no campo têm ritmo próprio, diferente do meio urbano, diante das peculiaridades das relações e os valores econômicos, sociais e culturais, que constituem uma racionalidade integral, na maioria das vezes contrasta com a objetividade urbana.

Segundo (idem, 2013, p. 8), os trabalhadores rurais constituem parcela mais empobrecida e menos organizada, com relação à população brasileira que produz, haja vista que o trabalho no campo é tido como precário e como um fato normal, sendo assim,

1. Urbes: Plural de Urbe que é sinônimo de cidade, povoação. Dicionário Online em Portugues.

“As mais comezinhas condições de segurança ainda não são garantidas com um grau aceitável de efetividade a estes trabalhadores. É fato incontestável que o trabalhador rural brasileiro não tem cidadania plena”.

Alves & Guimarães (2012, p. 39) aborda o trabalho no campo sob uma visão rural que tem sido questionado devido às atuais denúncias de exploração do trabalho humano, aliciamento de trabalhadores, além do trabalho análogo à escravidão ou precarizado, por ocasião das más condições de trabalho evidenciando a realidade vivenciada pelos trabalhadores em suas atividades rurais. Comenta, ainda, que essas denúncias vão de encontro às perspectivas atuais de desenvolvimento rural, para além do viés puramente econômico, pautado na sustentabilidade e o bem-estar social.

A incidência de acidentes relacionados ao cometimento de erros no trabalho não é pequena no contexto dos acidentes registrados e estudados. Elevado quantitativo de “trabalhadores morrem ou mutilam-se todos os anos no Brasil e em outras partes do mundo, em decorrência de acidentes do trabalho cujas causas vão desde a precariedade das condições físicas do ambiente onde o trabalho se realiza às diversas formas” desde alterações quanto à forma de organização, até os procedimentos inadequados dos trabalhadores, demonstrados em erros comprometedores na execução de suas atividades (OLIVEIRA, 2003, p. 5), de acordo com Alves & Guimarães (2012, p. 52):

> Percebe-se, assim, uma clara relação entre o trabalho e os acidentes e adoecimentos dos trabalhadores rurais [...]. A sucessão de tantos aspectos desfavoráveis parece expor os trabalhadores rurais às constantes ameaças à sua integridade física e, porque não dizer, psicológica. As tentativas do Estado brasileiro em conter a negligência no meio rural surtem efeito até certo ponto já que as normas de higiene e segurança tendem a se aplicar aos trabalhadores com vínculo empregatício, excluindo, de “certa forma”, a massa clandestina e em situações precárias de trabalho.

Wachholz & Coltre (2013) comentam que segurança no trabalho é o concernente as medidas técnicas, administrativas, educacionais, médicas e psicológicas utilizadas como forma de prevenir acidentes, por meio de práticas preventivas. A não aplicabilidade dessas medidas de ordem material e humana suscitará em ocorrência de acidentes do trabalho.

Segundo Barth et al (2016), a exemplo de trabalho precário, comenta sobre os alimentos produzidos na agricultura familiar, como: frutas, verduras e legumes, produzidos em grandes volumes e frágeis, o que de certa forma inviabiliza o cultivo e a colheita com maquinário, com isso, os produtores rurais passam a utilizar ferramentas incipientes e mão de obra braçal nas atividades em sua maioria.

O trabalho realizado no meio rural requer esforço físico devido à tecnologia restrita, sendo vulnerável a ocorrência de acidentes de trabalho, aos efeitos nocivos dos raios solares, às temperaturas extremas do clima da região, além disso, percebe-se que está submetido a condições de trabalho muitas vezes insalubres e críticas em termos

ergonômicos. Zanotti (2017, p. 12) contextualiza o trabalho agrícola:

> A agricultura é globalmente reconhecida como uma atividade de alto risco. Segundo informações da OIT (2013), em vários países a taxa de acidentes mortais na agricultura é o dobro da média das demais indústrias, sendo as ocorrências mais frequentes resultantes de máquinas agrícolas e ferramentas, seguindo pelo contato com substâncias químicas, alergênicas e cancerígenas, enfermidades transmitidas por animais e parasitas, acidentes em espaços confinados, doenças advindas da exposição à ruídos e vibrações, temperaturas extremas em função também de fatores climáticos, dificuldades relacionadas a fatores ergonômicos como excesso de peso e tarefas que exigem posturas dificultosas por longo tempo, além da possibilidade de ataque por animais selvagens e peçonhentos.

Os trabalhadores estão sujeitos a situações de risco a sua saúde, conforme reforça Gasparini (2012), pelo fato de estarem vulneráveis à exposição de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Ele ressalta a realidade cotidiana do trabalho agrícola, expressando a interveniência de políticas governamentais historicamente adotadas para o setor, em razão das tecnologias utilizadas no trabalho rural muitas vezes são danosas, seja sobre a utilização de agrotóxicos ou mesmo com utilização de equipamentos e através da manipulação de produtos agrícolas, o que vem a coligar com a menção de Araújo (2016), quanto diz que os acidentes de trabalho ocorrido no Brasil acumulam prejuízos de toda ordem, como perdas financeiras, mediante a concessão de benefícios, além de reduzir a produtividade e vidas precocemente são interrompidas devido às más condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Drebes et al (2014, p. 3468), ao analisar a evolução do trabalho no meio rural, verificou que os riscos ocupacionais detectados intensificam os agravados a partir de 1940, devido a várias e profundas transformações que atingiram o meio ambiente do trabalho rural, com isso houve a elevação da incidência de acidentes de trabalho.

Os autores denotam que com a difusão das tecnologias implementadas com a política de modernização na agricultura, o trabalho rural absorveu o modelo de produção taylorista/fordista, com a divisão de tarefas e rotinização, com externalização de riscos, suscitado pelo processo de precarização do trabalho e desproteção social do trabalhador rural, incidindo diretamente na saúde.

A partir do diagnóstico realizado pelo Instituto TRT 8ª Região/Instituto Peabiru/ FUNDACENTRO/ (2016, p.1)[2], constatou-se a necessidade que “suscitam discussão da sociedade sobre esse elevado risco ao peconheiro, tema tão invisível, mesmo no estado do Pará, maior produtor de açaí no Brasil”, haja vista que o volume de produção do Açaí no Pará que é de 1.273.568 (t), e no Quadro 1 apresenta os 10 municípios mais produtores de

---

2.Dados obtidos via Jornal R 7 Record, ao analisar o trabalho do Instituto Peabiru que produziu, no ano 2016, com o apoio do **Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Regional do Trabalho** (TRT-8), e a **Fundacentro** (órgão do Ministério do Trabalho dedicado à Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente).

açaí, segundo SEDAP/PA (2017).

Municípios	Quantidade Produzida (t)	%
Estado do Pará	**1.273.568**	100,00%
IGARAPÉ-MIRI	280.000	21,99%
PORTEL	271.000	21,28%
ABAETETUBA	109.200	8,57%
CAMETÁ	100.800	7,91%
BARCARENA	77.000	6,05%
BUJARU	70.000	5,50%
TUCURUÍ	41.932	3,29%
LIMOEIRO DO AJURU	39.900	3,13%
OEIRAS DO PARÁ	39.199	3,08%
ACARÁ	32.668	2,57%

Quadro 1 - Açaí - Ranking Municipal (10 principais municípios) quanto a quantidade produzida (t) do Estado do Pará – 2017 e sua porcentagem.

Fonte: IBGE/PAM (2016) / LSPA (2017).

Elaborado por SEDAP-NUPLAN-ESTATISTICA/2017

No entanto, Dudley (2018, p. 14) discorre que "o fruto do açaí representa um importante valor econômico para o estado do Pará. Mas, por outro lado, as ações de gestão e organização visando à garantia da sustentabilidade do fruto do açaizeiro, segurança no trabalho e melhores condições de vida do peconheiro são frágeis.

Nesse diagnóstico é possível verificar as precárias condições de trabalho do extrativista do açaí[3]; que até poucas décadas era considerado um produto típico da dieta paraense, para enfatizar essa realidade Ribeiro (2016) aborda a memória do processo de trabalho artesanal e familiar com o fruto do açaí (como amassar e bater o açaí), realizado todos os dias, um suco servido de alimentação para as famílias, que têm a tradição de consumirem e produzirem a bebida, trabalho que se constitui como uma tradição passada de pais para filhos, isto é, subir, apanhar e amassar o fruto para produção da bebida; por sua vez, Tagore (2017) comenta que o aumento da demanda do açaí tem levado a alterações sociais, ambientais e econômicas, as quais estão listadas na Figura 1.

3. Fruto exótico do açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.), de origem nativa da América Central e do Sul, é considerado como a palmeira mais produtiva da região amazônica, é consumido como um alimento básico nessa região do Brasil (CEDRIN, 2018).

Figura 1 - Principais alterações no campo social da Cadeia do Açaí.

Fonte: Tagore (2017, p. 141).

De acordo com o autor além das alterações apresentadas na figura, existem três grandes questões que se intensificam no campo social são relativas aos roubos constantes às residências e embarcações; acidente de trabalho; e escassez e alto custo com mão de obra.

No campo ambiental as alterações referem-se à retirada de espécies de planas durante o manejo dos açaizais devido à limpeza da área ou tratos culturais, em razão do seu valor de mercado ou porque concorrem por nutrientes e água com o açaizeiro.

Concernente às alterações econômicas, a grande expansão econômica com a inserção de novos mercados do açaí, Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados do Brasil; Estados Unidos, Japão e outros 29 países, além do que, devido o aumento da área de produção culminou em contratação de mão Ed obra extrafamiliar, ocasionando alteração nos custos da produção, com isso, diminuição do lucro com a venda do produto.

O açaí que até poucas décadas era considerado um produto típico da dieta paraense, para enfatizar essa realidade Ribeiro (2016) aborda a memória do processo de trabalho artesanal e familiar com o fruto do açaí (como amassar e processar o açaí), realizado todos os dias, um suco servido de alimentação para as famílias, que têm a tradição de consumirem e produzirem a bebida, trabalho que se constitui como uma tradição passada

de pais para filhos, isto é, subir, apanhar e amassar o fruto para produção da bebida; por sua vez, Tagore (2017) mostra que o aumento da demanda do açaí tem levado a alterações sociais, ambientais e econômicas.

Aliado a essa observação, Bentes et al (2017) comenta que o consumo do açaí vem sendo desenvolvido em diversas maneiras (açaí pasteurizado, sucos, sorvetes, geléias, com cereais, frutas, bombons, pudins, doces, vitaminas, açaí em pó, cremes, tortas, etc.), destacando a perspectiva da utilização do fruto na indústria de corantes naturais, bebidas isotônicas e de refrigerantes [...] ademais, vem a ser um produto de maior oferta no mercado, porém, as atividades de produção, e colheita do fruto exercida pelo extrativista, o coletor do açaí, ou dito como peconheiro, segundo o MMA (2017, p. 62) "é realizada sem nenhum Equipamento de Proteção Individual – EPI e sem nenhum treinamento para aumentar a segurança do extrativista durante a coleta".

No entanto, os estudos citados nos relatam a importância do fruto do açaí relacionando à extração, comercialização, alterações sociais, ambientais e econômicas elencadas anteriormente, ainda assim, observa-se que há falta do olhar para a segurança e qualidade de vida, do trabalhador dessa cadeia produtiva que tem se destacado no contexto econômico.

A partir da análise do diagnóstico realizado pelo TRT 8ª Região, Instituto Piabiru e a FUNDACENTRO e demais referências citadas, propõe-se a pesquisa buscando investigar com acuidade a apromoção da segurança do trabalho em prol da qualidade de vida dos associados da APOBV, como espaço de estudo sobre a realidade da política de segurança do trabalho. Isto porque, não se verifica uma análise que tenha como centro o trabalhador, mas sim o processo de trabalho ou mesmo seus instrumentos rudimentares, inclusive ocorrência de acidentes como uma das grandes alterações sociais, como se observa em Tagore (2017, p. 59, 72):

> Acidentes de trabalho: 60% dos ribeirinhos relataram que tem grande preocupação com os acidentes de trabalho, principalmente durante a coleta dos frutos, como picadas de formigas, abelhas, escorpiões e aranhas; ferimentos com material de trabalho, em especial os facões; e quedas das árvores. Relataram que frequentemente ocorrem acidentes, mas que apenas 10% deles são graves e os obrigam a se deslocar para os postos de saúde do município, portanto, somente esses entram nos registros oficiais de saúde.
>
> A atividade extrativista compreendia a coleta dos cachos e corte de cipós, com a introdução de manejo dos açaizeiros, inicialmente foi tradicionalmente adotado na região, o desbaste e corte dos estipes mais altas e mais velhas, além da coleta dos frutos com o auxílio da peconha, que ao longo dos anos passaram a incorporar outras práticas.

No contexto do extrativismo do açaí, as atividades dos peconheiros são exercidas no grupo familiar ora pelo pai, ora pela mãe e pelos filhos, sendo os responsáveis por essa produção que está em alta no mercado brasileiro, em todas as regiões do país e no exterior. Segundo o relatório do TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016) pouco se conhece sobre a lida desta atividade desenvolvida por este ator amazônico, a peconha. Quais seus riscos? Suas consequências? Seu impacto na organização e renda dessas famílias?

No citado relatório pode-se identificar a ocorrência de acidentes de trabalho com os extrativistas de açaí, às margens do Rio Canaticu, no Município de Curralinho, Estado do Pará. Esse instituto entrevistou 72 pessoas, destes, 89% afirmaram que "alguém da família ou meeiro[4] já sofreu um acidente de trabalho em seu açaizal; e 54% dos casos, «o acidente teve como consequência a internação do paciente".

Foi também evidenciado que 48% dos acidentes demandaram um tempo de afastamento de até 10 dias, e 62% demandaram tempo de afastamento entre 10 a 60 dias. A partir dos dados relativos aos acidentes de acordo com o Quadro 2 abaixo, pode-se destacar que há um indicativo de gravidade nas ocorrências de acidentes, no entanto, necessário se faz considerar que apesar dos acidentes com até 10 dias de afastamento, eles podem demandar em lesões graves e permanentes, ainda que não seja parte das estatísticas oficiais.

Quadro 2 - Consequências dos acidentes.

Fonte: TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016).

Com base nesses dados, vê-se que a investigação sobre as atividades relacionadas à política de segurança, para os extrativistas de açaí, como o peconheiro, é relevante, na medida em que essa atividade vem crescendo em faces da ampliação de escala do mercado do açaí.

No mestrado profissional, tem-se a necessidade não somente de conhecer a realidade, mas também, criar soluções para a realidade encontrada, o que pressupõe a implementação de ações com vistas a sanar ou minimizar a ocorrência de acidentes dessa prática profissional, a qual estará circunscrita ao mestrado profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, que por ocasião do estágio foi

4. Meeiro: Tem contrato com o proprietário da terra e desenvolve suas atividades dividindo meio a meio as despesas e os rendimentos obtidos.

abordada, de forma coletiva a construção de alternativas para um processo de colheita do açaí seguro e que proporcionasse qualidade de vida e economia, além da contribuição para os associados da APOBV do Manual de Boas Práticas de Segurança do Trabalho no Meio Rural, como produto final do Programa de Pós-Graduação.

Portanto, o trabalho terá que, ao conhecer a realidade, pensar soluções conjuntas com os associados, concernente à segurança no trabalho. Para tanto, serão realizadas oficinas, palestras etc., para melhorar as condições de segurança no trabalho e, em consequência, na qualidade de vida, conforme enfatiza Porto (1997, p. 60):

> Trabalhar integradamente as questões relacionadas à saúde do trabalhador e ao meio ambiente é um passo fundamental para se desenvolver novas abordagens teórico-metodológicas que possibilitem avançar nos processos de análise e intervenção sobre as situações e eventos de riscos que são colocados para trabalhadores, populações vizinhas às indústrias e o meio ambiente como um todo.

Aliado a esta expectativa de investir em pessoas, reforça-se a necessidade de aplicação do conhecimento e práticas, a partir da implementação (proposta/produto) de criação de um instrumento de educação pelo trabalho, a fim de promover Segurança no Trabalho Rural, contendo diretrizes voltadas à segurança do trabalho.

Por que a segurança no ambiente de trabalho é importante? Porque trabalhar em um ambiente saudável é seguro garante qualidade de vida aos trabalhadores, haja vista que a segurança no trabalho deve ser o princípio básico para a proteção da integridade física e mental do trabalhador no desempenho de suas funções laborais.

Convém ressaltar segundo OIT (1996), as discussões sobre a segurança do trabalho abordam questões relacionadas à saúde no trabalho, embora haja pouca atenção quanto àquelas relativas à segurança no trabalho. A saúde do trabalhador, na maioria das vezes, é difícil tanto de identificação, quanto de preparação do seu diagnóstico e definição relativa à causa e aos efeitos. No que tange as legislações pertinentes a segurança do trabalho, recorreremos as Normas Regulamentadoras – NR 31 e NR 9 (ENIT) conforme a seguir:

Norma Regulamentadora 31, "objetiva estabelecer os preceitos a serem observadas na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho".

Para alcançarmos os objetivos propostos, se faz necessário determos conhecimento quanto ao cumprimento desta normativa pela Associação APOBV, haja vista que a legislação preceitua sobre competências relevantes com vistas à garantia da segurança do trabalhador rural, destacamos os itens da NR 31 e NR 9:

31.5. Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural

31.5.1. Os empregadores rurais ou equiparados devem implementar ações de

segurança e saúde que visem a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho na unidade de produção rural, atendendo a seguinte ordem de prioridade:

a) eliminação de riscos através da substituição ou adequação dos processos produtivos, máquinas e equipamentos;

b) adoção de medidas de proteção coletiva para controle dos riscos na fonte;

c) adoção de medidas de proteção pessoal.

31.5.1.1 As ações de segurança e saúde devem contemplar os seguintes aspectos:

a) melhoria das condições e do meio ambiente de trabalho;

b) promoção da saúde e da integridade física dos trabalhadores rurais;

c) campanhas educativas de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

31.5.1.2 As ações de melhoria das condições e meio ambiente de trabalho devem abranger os aspectos relacionados a:

a) riscos químicos, físicos, mecânicos, biológicos, e ergonômicos;

b) investigação e análise dos acidentes e das situações de trabalho que os geraram;

c) organização do trabalho.

31.5.1.3 As ações de preservação da saúde ocupacional dos trabalhadores, prevenção e controle dos agravos decorrentes do trabalho, devem ser planejadas e implementadas com base na identificação dos riscos e custeadas pelo empregador rural ou equiparado.

31.10 Ergonomia

31.10.1 O empregador rural ou equiparado deve adotar princípios ergonômicos que visem a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar melhorias nas condições de conforto e segurança no trabalho.

31.20.1.1 Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.

31.20.1.2 O empregador deve exigir que os trabalhadores utilizem os EPIs.

31.20.1.3 Cabe ao empregador orientar o empregado sobre o uso do EPI.

Ressalta-se a importância de abordar sobre a NR 9 à título de informação, ou quem sabe a partir dos resultados e considerações desta dissertação que também opinará com contribuições em prol da segurança e saúde dos associados da APOBV, através de estratégias que englobem a criação da CIPA e com isso um programa deve fazer a **antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de**

riscos ambientais físicos, químicos e biológicos.

9.1. Do objeto e campo de aplicação.

9.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

9.1.2. As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.

9.1.2.1. Quando não forem identificados riscos ambientais nas fases de antecipação ou reconhecimento, descritas nos itens 9.3.2 e 9.3.3, o PPRA poderá resumir-se às etapas previstas nas alíneas “a” e “f” do subitem 9.3.1.

9.1.3. O PPRA é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO previsto na NR-7.

9.1.4. Esta NR estabelece os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PPRA, podendo os mesmos ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.

9.1.5. Para efeito desta NR, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

9.1.5.1. Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infra-som e o ultra-som.

9.1.5.2 Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

9.1.5.3. Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas,

protozoários, vírus, entre outros.

9.2. Da estrutura do PPRA

9.2.1. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura:

a) planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;

b) estratégia e metodologia de ação;

c) forma do registro, manutenção e divulgação dos dados;

d) periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.

9.3. Do desenvolvimento do PPRA

9.3.1. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá incluir as seguintes etapas:

a) antecipação e reconhecimentos dos riscos;

b) estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;

c) avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;

d) implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;

e) monitoramento da exposição aos riscos;

f) registro e divulgação dos dados.

Discorre-se sobre a temática segurança do trabalho, por entendermos que questões relativas à saúde e a integridade física dos associados é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável, até por que a NR 31 (ENIT) estabelece preceitos com vista à "adoção das medidas de segurança adequadas para preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores rurais".

O contexto envolve vidas, pessoas que necessitam satisfazer suas necessidades, portanto, a valorização e o respeito por essa categoria de trabalhador por essa motivação com o estudo abordado nesta dissertação pretendem-se contribuir não somente para que o laborar do peconheiro seja seguro, mas torne-se prazeroso e assegure em ganhos econômicos.

DINÂMICAS DA SEGURANÇA DO TRABALHO NA ECONOMIA EXTRATIVISTA DO AÇAI

Abordar o desenvolvimento rural é instigante, pois ainda perdura a natureza vista como recurso, principalmente quando se trata da Amazônia, Bezerra (2011, p. 32); menciona [...] "Nos debates e nas preocupações ambientais decorrentes, foram evidenciados os modelos de desenvolvimento que se instalaram na Amazônia para beneficiar as elites

econômicas e políticas, ameaçando a biodiversidade natural e culturas".

O modelo rural excludente e destrutivo implantado na Amazônia, segundo Bezerra (2011) há substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária no Estado do Pará, desencadeando problemas ambientais e sociais. Nos últimos 35 anos a estrutura econômica, demográfica e ecológica da região Amazônia foi alterada significativamente devido à execução dos programas governamentais de desenvolvimento. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o Banco da Amazônia – BASA e os projetos de exploração de recursos minerais (Carajás, Trombetas, Jarí, dentre outros) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que privilegiaram os empreendimentos pecuários através da isenção do imposto de renda e de financiamentos diretos para a implantação de pastagens com a decorrente prática dos desmatamentos.

O autor ressalta que nos espaços rurais a relevância da agricultura familiar foi sistematicamente ignorada pelos governos. Os planos de desenvolvimento da Amazônia foram direcionados para favorecer a implantação dos grandes projetos, através de subsídios e incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e do acesso facilitado às terras para grandes grupos privados, causando profundas transformações ao meio ambiente.

Quanto às alternativas ao paradigma de desenvolvimento rural para a Amazônia, Loureiro (2009, p. 20), comenta que é preciso estimular e apoiar outras formas de produção, que tragam em sua essência "uma postura de reatamento das relações sociais, de inclusão social, de solidariedade e de religamento das camadas sociais à sociedade como um todo"; modelos que encerrem em sua essência o combate à exclusão social, especialmente com as populações tradicionais e com as inúmeras etnias que povoam a região.

A autora propõe que se crie um modelo de desenvolvimento ou um modelo alternativo para a Amazônia que deve ser construído sobre as bases de pelo menos cinco pilares ou linhas de orientação, conforme Quadro 3.

CRITÉRIOS/ORIENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
Respeitar	Identidade dos povos e a diferença cultural entre os diversos povos da região, em suas respectivas vidas e culturas.
Aproveitar	Práticas sociais e saberes seculares construídos sobre a região pelos seus habitantes, alinhando-os, associando-os ao conhecimento científico, num esforço conjunto de construir uma nova forma de vida.
Respeitar	A natureza, transformando-a numa aliada, sem destruí-la ou empobrecê-la desnecessariamente, para que ela sirva a muitas gerações futuras como fonte de vida, orgulho e prazer.

Aproveitar	A mega-biodiversidade da Amazônia - dádiva e peculiaridade que a torna singular no mundo - para consumir uma vida mais solidária, em vez de valer-se dela visando o simples enriquecimento de poucos em detrimento de muitos.
Desenvolver e investir	Cada vez mais em ciência – especialmente a ciência aplicada – direcionando-a para os interesses regionais e para a produção de tecnologias adaptadas às necessidades regionais.

Quadro 3 - Estratégias para o desenvolvimento na Amazônia brasileira.

Fonte: Loureiro (2009, p. 20).

A autora ressalta, ainda, que somente outro modelo alternativo ao hegemônico, embora paralelo e contemporâneo a ele, pode evitar que as populações tradicionais e seus saberes desapareçam, "que a sociedade e a natureza da Amazônia permaneçam sob a tutela de uma pseudorracionalidade científica e tecnológica que, por ser absolutizante e intolerante com as demais formas de organização da produção, tornou-se dominante", excludente e com a pretensão de ser única; e de uma ideologia obsessiva e equivocada que busca incessantemente o progresso e a modernização baseada nos modelos europeu e americano.

Extrativistas: trabalhador central na produção do açaí

O que significa extrativismo? Segundo Nascimento (2017, p. 21) "De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, extrativismo é um sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis".

O extrativista tradicional reside na floresta, e se mantém da coleta das riquezas naturais (borracha, castanha, açaí, etc., agregando a sua renda através da caça, pesca, agricultura e criações. Porém, a habilidade tem evidenciado que esta atividade vem, há décadas, junto com a agricultura de subsistência e a pesca, sendo um dos meios de sustentação das populações do Norte do Brasil, além de fazer parte da cultura desses povos [...], o autor enfatiza, ainda:

> Segundo a Norma de Segurança e Saúde – SHS o trabalho extrativista é uma atividade que possui características do meio rural, "um dos mais perigosos e onde se verificam muitos e graves acidentes. É caracterizado por um conjunto de especificidades que determinam a necessidade da observância de regras próprias, particularmente no que respeita à sua organização, à utilização de equipamentos específicos, incluindo a utilização de equipamentos de proteção individual, bem como a observância de práticas não agressoras do ambiente. A atividade de colheita e transporte de produtos extrativistas é pouco estruturada, utilizando instrumentos e ferramental rudimentares, exigindo grande força física, além de sujeitar o trabalhador a uma série de riscos de lesões e acidentes, devido à adoção de posturas penosas sob condições ambientais e de trabalho desfavoráveis.

Diante da exclusão social, onde as populações tradicionais foram expulsas de suas terras para dar lugar ao agronegócio, as mesmas plantavam, colhiam e alimentavam-se com as suas produções, era seu sustento, no entanto, de acordo com Bezerra (2011), dados do censo agropecuário de 2006 confirmaram estatisticamente, que a agricultura familiar brasileira mesmo que a "área cultivada seja acentuadamente menor quando comparada ao agronegócio, os 17,7 milhões de hectares cultivados pelos agricultores familiares brasileiros foram os principais fornecedores de alimentos básicos para a população brasileira" [...], é um fato a ser levado em consideração, quando focamos para os extrativistas, que fazem parte de comunidades tradicionais, permanecendo em suas terras, labutam com açaí, cadeia produtiva rentável, economicamente, e tem alavancado a economia do Estado do Pará e posicionado o "AÇAÍ – Ranking Municipal (10 principais) quanto a Quantidade produzida (t) – Estado do Pará – 2017", SEDAP (2017, p. 6).

Por sua vez, Ribeiro (2016) reforça quanto às problemáticas centrais do trabalho familiar realizado com o extrativismo do açaí, as mudanças na cultura do trabalho, citando a presença na contemporaneidade de empresários e da exportação do açaí, levando em consideração uma sobreposição de temporalidade em que o passado e o presente se entrelaçam, tem a ver com o "amassar", "o tempo de apanhar", o "tempo de bater", das "máquinas" e o "tempo do exportar", refletindo constantemente na memória dos sujeitos.

O autor enfatiza que diante das mudanças no processo de trabalho das atividades desenvolvidas com o açaí, percebe-se "um sentimento de perda e de medo em face da "modernidade", vista como uma ameaça ao futuro de alguns trabalhadores do açaí"; frisa ainda, que para homens e mulheres que labutam essa atividade que é essencial para o sustento de suas famílias, pois passam a vivenciar no campo e na cidade as transformações de um trabalho artesanal, que representam uma tradição das famílias.

A preocupação existe em torno desse provedor, ser invisível aos olhos do consumidor, ameaças quanto a comercialização, quanto ao atravessador, ou quanto a exploração de terras por empresas multinacionais. Diante de tantas ocorrências de exclusão social, de conflitos que a Amazônia passou e tem passado, fica sempre a preocupação com esses enfrentamentos que deixam sentimento de perda e de medo.

O trabalho do extrativista é tido como "algo típico, bucólico, versa em subir no açaizeiro e o próprio processo de manejo dos açaizais resulta num conjunto de riscos e desafios que nunca foram efetivamente dimensionados e enfrentados" TRT 8ª Região/ Instituto Peabiru (2016, p. 11).

É uma questão relevante, que restringe a atividade tipicamente relacionada ao sustento da família, num regime de agricultura e extrativismo familiar, ainda que o produto esteja em crescente demanda, voltada ao mercado nacional e global, mesmo assim, devemos ter acuidade em repensar sobre a segurança e a qualidade de vida desses trabalhadores tradicionais.

É importante o envolvimento dessas populações, labutam no meio rural, mas precisam se posicionar quanto às implicações relacionadas às suas vidas – por sabermos que raramente tem voz e poder, no decidir sobre o que afeta diretamente as suas próprias vidas, no entanto, precisam ser informadas, esclarecidas e conscientizadas dos riscos e do comprometimento que os acidentes e as doenças ocupacionais repercutem no seu dia-a-dia, por quanto, precisam também ser conhecedoras de seus direitos básicos e atendidos, abrangendo, o conhecimento da "legislação, normas para o bom manejo e a segurança do trabalho, e de que maneira podem participar de cadeias de valor com maior voz; especialmente em relação a cadeias de valor do extrativismo vegetal e animal (principalmente) e da agricultura familiar" TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016, p. 17).

SEGURANÇA NO TRABALHO NO CONTEXTO DOS COLETORES DE AÇAÍ

EXTRATIVISTAS: TRABALHADOR CENTRAL NA PRODUÇÃO DO AÇAÍ DE VÁRZEA

Para Zanotti (2017) em 1973 apareceu **à** publicação das primeiras Normas Regulamentadoras – NR que discorre sobre as características de segurança e saúde no trabalho na agricultura. Segundo a autora, com o passar do tempo da regulação das relações do trabalho urbano (CLT de 1943), pela Presidência da República, através da aprovação da Lei nº 5.889, de 08 de junho, foram instituídas as normas reguladoras do trabalho rural, porém somente no ano de 1988 em 12 de abril foi cumprido o artigo 13 da Lei 5.889, estabelecendo os locais de trabalho rural, onde podem ser observadas as normas de segurança e higiene instituídas através de portaria pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social. Desde então, com aprovação da lei, as primeiras Normas Regulamentadoras Rurais foram promulgadas, mediante a Portaria 3.067/88, a saber:

NRR1 – Disposições Gerais

NRR2 – Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural SEPATR;

NRR3 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – CIPATR;

NRR4 – Equipamento de Proteção Individual – EPI;

NRR5 – Produtos Químicos

Essas Normas Regulamentadoras Ruais foram instituídas visando atender a categoria dos trabalhadores rurais que estiveram desassistidos nas questões de segurança e saúde no trabalho.

Em 2005, foi aprovado uma nova Norma Regulamentadora, revisada e ampliada, denominada como "NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura", que se aplica a quaisquer atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, abordando as seguintes temáticas:

- Comissões Permanentes de Segurança e Saúde no Trabalho Rural;
- Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural;
- Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalhador Rural;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural;
- Agrotóxicos, Adjuvantes e Produtos Afins;

- Meio Ambiente e resíduos;
- Ergonomia;
- Ferramentas Manuais;
- Máquinas, equipamentos e implementos;
- Secadores;
- Silos;
- Acessos e Vias de Circulação;
- Transporte de trabalhadores;
- Transporte de cargas;
- Trabalho com animais;
- Fatores climáticos e Topográficos;
- Medidas de Proteção Pessoal;
- Edificações Rurais;
- Instalações Elétricas;
- Áreas de Vivência; e
- Moradias.

Discorre-se a importância dos preceitos da NR 31 que de modo atendem as atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, com observância na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades.

A temática segurança do trabalho nos açaizais, mesmo sendo relevante haja vista à ocorrência de acidentes, conforme enfatizado pelo Instituto Peabiru (2016), bem como, Ferreira (2018, p. 257) mencionam que:

> Cabe referir que a insegurança é comum na vida de todos aqueles que atuam na extração do açaí em área de várzea, sendo o elemento que os une e permite a identificação deu ma coletividade desprovida de assistência por meio de políticas públicas. Em face das diversas situações detectadas na cadeia extrativa do açaí, revela-se a importância de um agir coletivo pelos sujeitos que estão expostos à insegurança no local de trabalho.

Portanto, os agravantes de risco de vida comprometendo a integridade física desse trabalhador além do fator econômico, por se tratar da subsistência dessas famílias, que

precisam ser assistidas em suas necessidades básicas, por serem famílias tradicionais que vivenciam dessa atividade que se constitui como alternativa de renda de geração em geração, ressente-se em “perder” e o “medo” que paira em face da modernidade, pois se utilizam de saberes tradicionais como o “subir”, “amassar” (RIBEIRO, 2016, p. 29). Nesse sentido, cabe conscientizá-los da necessidade de cuidados com esse tipo de atividade a fim de evitar os modos de “colheita” com riscos para a segurança desses extrativistas.

Nesse contexto, a compreensão sobre a saúde do trabalhador torna-se um elemento importante no interior do debate sobre segurança do trabalho no Pará, em uma atividade econômico-social e cultural tradicional. Por essa razão, verifica-se que existe um debate que precisa articular a diferentes disciplinas científicas para reduzir os efeitos dos danos causados por má estruturação de ambientes e organização do trabalho, pois de acordo com Gonçalves (2015, p. 23) no trecho abaixo:

> É a ciência que, por meio de observações, estratégias, metodologias e técnicas próprias, e com suporte multidisciplinar, identifica, analisa e estuda as possíveis causas e consequências de acidentes do trabalho, objetivando a adoção de adequadas intervenções ambientais que visem a prevenção de infortúnios, a manutenção da integridade física e da saúde dos trabalhadores, além de contribuir positivamente para o incremento da produtividade empresarial, sempre respeitando os limites razoáveis da capacidade e potencialidade humanas.

Observa-se que em uma atividade que envolve um fruto da tradição local que ganhou dimensões extra-local precisa atentar para a necessidade de introdução de ações e práticas sociais de valorização do trabalhador, particularmente, os mais vulneráveis em termos da possibilidade de acidentes e acometimentos de danos físico-financeiros pelos próprios riscos do trabalho.

TRABALHO NOS AÇAIZAIS: UMA REALIDADE POUCO REGULAMENTADA EM TERMOS DA SEGURANÇA

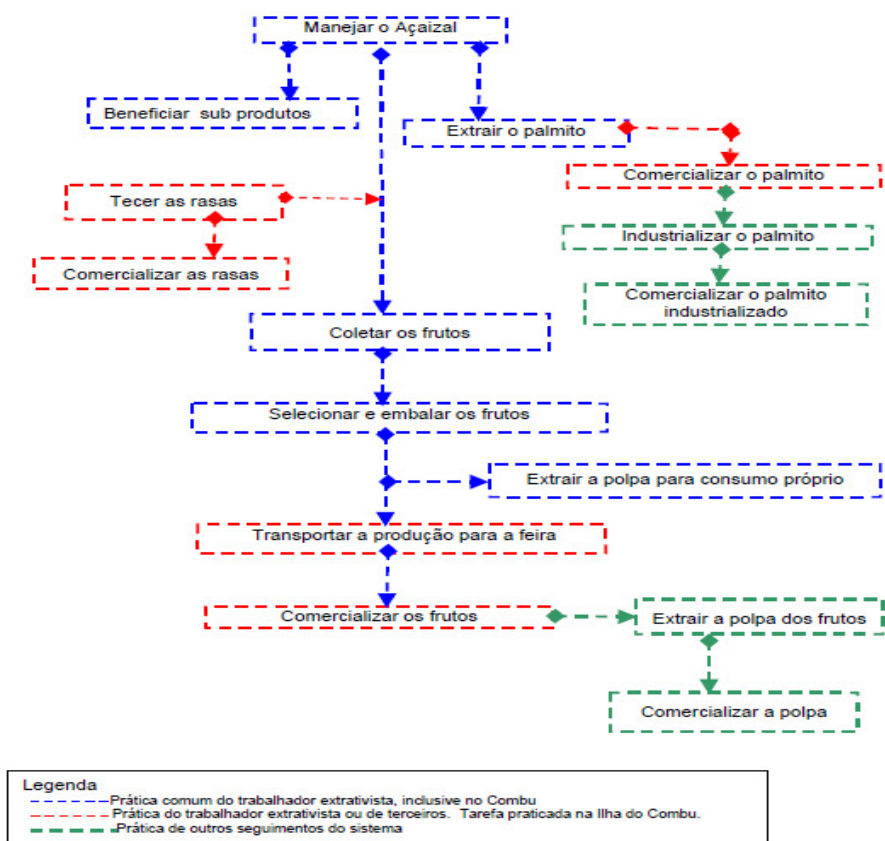
Convém ressaltar que o cumprimento das legislações sobre segurança no trabalho rural é premente. No entanto, quando se trata do trabalhador extrativista esta realidade parece ainda mais frágil. Por essa razão, a pesquisa tem como pressuposto a necessidade de que este possa ser assistido de modo preventivo, seja por meio de conscientização e da obtenção de conhecimentos (formação), orientação e acompanhamento, além do feedback, quanto a necessidade de resguardar sua integridade física, além do conhecimento das medidas de segurança viáveis, visando garantir segurança no trabalho em prol da qualidade de vida.

Por que tratar como premente? Segundo Ribeiro (2016, p. 37), “a coleta dos frutos do açaí era tida como uma das mais tradicionais formas de subsistência do homem”, uma atividade que consiste na retirada tradicional do açaí, e este trabalhador possui saberes

tradicionais sobre a maturação do fruto e técnicas de subir em árvores, isso praticada na região amazônica, dito como o extrativista do açaí.

No entanto, com a demanda crescente e a intensidade na coleta dos frutos tem levado a uma profissionalização do chamado peconheiro, sendo que sua prática rudimentar implicada na retirada para o autoconsumo tem sido um obstáculo em termos da produtividade desses exímios trabalhadores que sobem nos açaizeiros.

Devido a essa prática rudimentar, reflete em riscos de vida, por ser uma atividade rotineira, que exige também a coleta do fruto. A falta de EPI e de treinamento, além de verificar o estado atual do açaizeiro, são ações que visam garantir a segurança durante a execução da atividade, é um fator que precisa ser investigado e tratado com muita acuidade, riscos à queda ao retirar o cacho da árvore, além disso, está sujeito a várias ocorrências de acidentes conforme detalharemos no contexto desta pesquisa.

Quanto o trabalho nos açaizais, o Quadro 4 apresenta o diagrama da organização do trabalho do extrativismo e do beneficiamento do açaí.

Quadro 4 - Diagrama da Organização do Trabalho do Extrativismo e Beneficiamento do Açaí.

Fonte: Canto (2001, p. 48).

As atividades laborais desse extrativista são realizadas nas florestas de várzea em regiões inundadas, de forma tradicional, percurso em terreno alagadiço de várzea, “onde existem poraquês (*Electrophorus electricus)*, cobras conhecidas por serpentes (no Brasil existem: Bothrops – jararaca; Crotalus – cascavel; Micrurus – coral verdadeira; Lachesis – surucu); escorpiões (*Scorpiones*) e outros animais, além do risco de estrepe (conhecido por “ferpa”, pequena lasca de madeira que entra acidentalmente na pele); e prender o pé e outros”. Atividade que requer preparo físico, pois carregam paneiros (cestos), as vezes vazios, empilhados, ou cheios de açaí, dessa forma, o extrativista está sujeito à riscos agravantes, porquanto estão sozinhos e não tem quem possa socorrê-lo (TRT 8ª Região/ Instituto Peabiru, 2016, p. 50).

Canto (2001, p. 54), ao abordar sobre a colheita do açaí, comenta que essa atividade começa com o peconheiro escalando o estipe com auxílio de um anel de fibra envolvendo os pés e removendo o cacho manualmente; por conseguinte, atividade de risco ampliado (TRT 8ª Região/Instituto Peabiru, 2016, p. 50).

> O procedimento de escalada é mostrado esquematicamente na figura [...], que é realizado de maneira rápida que consiste em prender os pés com uma argola de fibra (peconha), contrapor os pés ao estipe e envolver a palmeira com as mãos, em seguida, subir com movimentos de flexão e extensão das costas e das pernas até alcançar o cacho, cortá-lo e trazê-lo até o solo, evitando que toque o chão, para reduzir a contaminação e reduzir a perda dos frutos quer se desprendem [...]. A análise postural proposta se concentrará nesta fase do trabalho, motivada pela complexidade das posturas assumidas e pelas situações de trabalho que sugerem uma investigação para conhecer os potenciais riscos à saúde do trabalhador - apanhador de açaí.

São demonstradas na Figura 2, conforme Nascimento (2017, p. 44), [...] sobre “as posturas que mais se repetiram durante a realização do trabalho”.

Figura A Figura B

Figura 2 Posturas típicas verificadas na atividade de extrativismo do Açaí.

Fonte: Nascimento (2017, p. 44).

A complexidade como é realizada a atividade do peconheiro, como pode ser observada tambpem na Figura 3, reforça a imprescindível necessidade de investigação. As "mudanças das posturas urgentes, ou seja, as correções precisam ser imediatas".

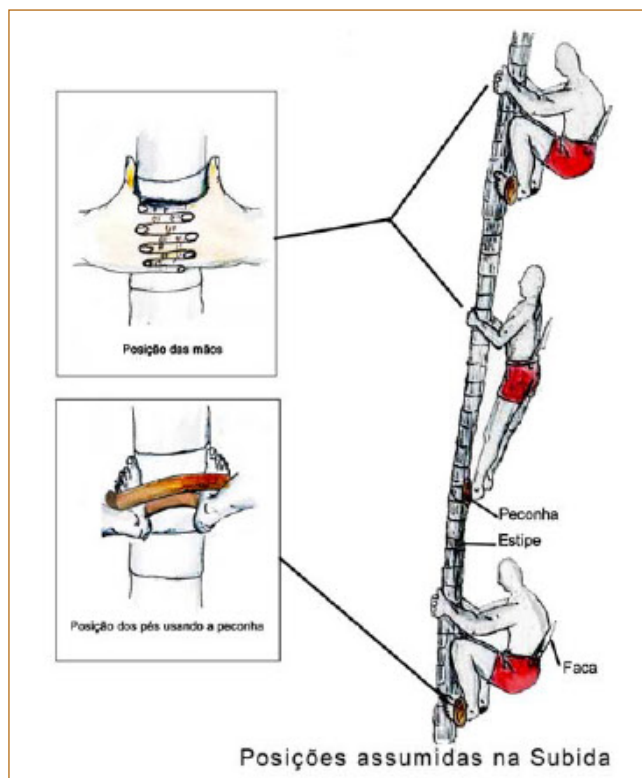



Figura 3 – Detalhes da escalada do estipe na colheita do açaí

Fonte: Canto (2001, p. 55).

Vê-se por essas figuras que a própria postura de subir na árvore do açaizeiro já dispõe contra determinados princípios hergonômicos, pois se observa a postura inadequada do dorso.

PECONHEIROS: ATIVIDADES TÍPICAS DE COLETA DE AÇAÍ

O peconheiro é uma atividade tradicional exercida pelo extrativista do açaí que realiza a subida na palmeira do açaizeiro (*Euterpe olereacea*) para coleta dos cachos dos frutos, advém de tempos imemoriais, desempenhada por jovens, pela agilidade e pelo porte físico mais leve, ousado e mais corajoso, a escala da estirpe do açaizeiro é realizada de forma rápida.

De acordo com o TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016, p. 18), para realizar a subida na palmeira é utilizado um “laço feito com a folha jovem do açaizeiro que é chamado de peconha, também é utilizado outro material, como aniagem ou de sacos de fibras sintéticas”. Por sua vez, de acordo com MMA (2017, p. 62) “**Peconha** é um utensílio artesanal trançado, feito com a própria folha do açaizeiro ou com as fibras de um saco de ráfia, utilizado pelo peconheiro para subir nas palmeiras e coletar os cachos de açaí”, conforme Figura 4.

Figura 4 A, B, C, e D - Coleta do açaí com o uso da peconha.

Fonte: TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016) e MMA (2017).

Para subir no açaizeiro o peconheiro leva uma faca ou terçado (facão), a fim de retirar o cacho do açaí, trazendo, na descida, um ou mais cachos e o facão (às vezes sem bainha, com a lâmina exposta). Essa atividade é típica da população ribeirinha, que desde jovem aprende e faz parte das tradições da socialização ao trabalho relacionado ao manejo de recursos naturais de seu ambiente florestal e aquático.

Tagore (2017, p. 46) enfatiza sobre essa atividade tem uma possibilidade grande de

ocorrência de acidentes, devido à própria especificidade da ação efetuada para acessar os cachos de açaí.

> Aprendem a subir no açaizeiro utilizam a ***peçonha***, que é um implemento indígena feito de folhas da casca da planta conhecida como envira. Quando jovens adultos amarram a peconha nos pés, colocam o facão na cintura ou na boca e sobem, algumas vezes até mais de 20 metros de altura até o ápice do açaizeiro, de onde cortam o cacho de açaí, e seguros por uma das mãos, se deixam escorregar com apoio de seus pés sobre o caule da planta, apoiados na peçonha [ ].A atividade é perigosa e frequentemente acontecem acidentes, que vão desde simples cortes com facão até quedas das palmeiras que podem levar à óbito.

A autora comenta, ainda, que as mulheres realizam a debulha (liberação dos frutos dos cachos) com as próprias mãos, colocando o caroço em cestos confeccionado de palha, os quais são carregados nos ombros até a beira do rio ou às proximidades da residência onde serão beneficiados e ou consumidos pela família, assim como, os cestos podem ficar no chão à espera para "serem acondicionados nas embarcações como canoas que, em algumas vezes, acabam sendo transferidos para outras embarcações maiores até os portos de comercialização" (Idem).

TRT 8ª Região/Instituto Peabiru (2016, p. 22) através do diagnóstico realizado destacou como fator relevante a valorização do açaí que desperta, crescentemente, nos "jovens o interesse pela coleta, haja vista que em uma semana de safra bem sucedida, conseguem arrecadar duzentos reais ou mais, considerado valores inimagináveis", em seu contexto social.

Denota o autor, esse ganho com alguns dias de trabalho, sem a educação financeira necessária, abre precedentes para o consumo com drogas, alcoolismo, e atividades esportivas de alto risco (como é o caso de preparação de pequenas embarcações individuais (casquinhos) especialmente para competições, porém, o risco maior está na precariedade do trabalho relacionado ao açaí, o subir na palmeira como no manejar o açaizal (corte de árvores mais velhas, derrubada de outras árvores etc.), sujeitos a acidentes, através de lesões e de formações constantes em membros (arqueando pernas e pés).

RISCOS E ACIDENTES DE TRABALHO NAS ATIVIDADES DE PECONHEIRO

Com a popularização do açaí tanto no Brasil como em outros países, tem ocorrido uma grande demanda do seu consumo, gerando trabalho e renda para as famílias que vivem em com unidades tradicionais e atuam na produção do fruto do açaí, além de ser uma atividade profissional, ainda subsidia na alimentação dessas famílias.

No entanto, para atender a demanda comercial essa atividade extrativista se intensificou e não sofreu mudanças, pois para subir na palmeira e coletar o cacho do açaí continua os modos tradicionais, a princípio, era uma atividade realizada em quantidades

pequenas e somente para atender a necessidade alimentar das famílias e, conforme TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016, p. 23):

> Pode-se estimar, de maneira bem genérica, que num dia de safra, se cento e vinte mil coletores subirem nos açaizeiros em oito a dez árvores cada um, a grosso modo, isto significaria algo próximo a 1milhão de subidas em açaizeiros num dia de pico de safra. Jovens mais ágeis podem subir em mais de 20 pés de açaizeiros e, ainda, pulam, de uma árvore a outra, expondo-se a riscos ainda maiores.

É uma prática realizada sem nenhum Equipamento de Proteção Individual – EPI e nenhum treinamento que possa garantir a segurança do extrativista durante a coleta, dessa forma, considerada de alto risco, como é "demonstrado pelo elevado número de acidentes provocados pela queda do peconheiro da palmeira, principalmente dos jovens, que são os que mais se dedicam à atividade" MMA (2017, p. 62).

Enfatiza TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016, p. 22), que há "bibliografia e estudos insuficientes sobre o tema, o que insere o presente diagnóstico num contexto que justifica ainda mais a necessidade de pesquisa da academia e organizações públicas e da sociedade civil", inclusive de levar em consideração que "a exposição de dezenas de milhares de jovens (precisa ser mais bem avaliado pelos órgãos competentes), muitos sem idade para trabalhar, tanto homens, como mulheres, a uma atividade profissional que exige grande esforço" e com grau de risco elevado.

Instigante é a total invisibilidade das questões abordadas de segurança do trabalho – para o consumidor final, por ser uma atividade integrada ao meio, "o próprio subir no açaizeiro e que, não corresponde à realidade do dia-a-dia do coletor. Assim, a atividade do peconheiro é apresentada como algo pitoresco e romantizada", no entanto encobre o seu altíssimo risco, na chegada ao açaizal, área de várzea, ha risco de se estrepar o pé, pois não utilizam calçado, o terçado, ou facão, são utilizados diretamente no cós do short, ou bermuda, sem bainha; há riscos de ataque de insetos, devido à dificuldade de visualização das copas.

O extrativista realiza a descida da estirpe deslizando, ocasionando queimaduras no peito ou nas partes dos braços e pés, aumentando as chances de queda, descem com até 4 cachos (que chegam a pesar 5 kg), utilizando as mãos, na maioria das vezes, não conseguem enxergar o chão devido a copa das árvores menores, acarretando risco de empalamento (ferir-se em antigos troncos das outras estirpes do mesmo açaizeiros que se apresentam como um grande feixe de espetos, o que afeta tanto as nádegas, quanto, se for de alto impacto, a coluna vertebral).

Devido à dificuldade de visualização e a forma como ocorre à descida, tudo isso contribui para o risco de perfurar membros, principalmente os olhos, pois as folhas novas dos açaizeiros podem ser pontiagudas e firmes.

Quanto à atividade do peconheiro, convém enfatizar que "o potencial impacto deste tipo de exercício em sua vida, seja na maturidade ou velhice – forçando pés e pernas arqueadas, carregando peso etc." e movimentos repetitivos.

Mesmo com a ocorrência de acidentes, a notificação dos mesmos é muito baixa, devido os casos, em sua maioria, serem tratados no local em razão das longas distâncias e pelas horas de deslocamento em barco até as comunidades e em seguida as cidades que possuem hospitais, além do que esses trabalhadores (extrativistas) acidentados não recebem nenhum benefício da Previdência Social, quando estão em tratamento ou quando portadores tornando sequelas, por não serem reconhecidos como acidente de trabalho.

De acordo com Moreira (2015, p. 1698) há um diferencial de tratamento dos trabalhadores urbanos em relação aos do meio rural, tais como: baixa escolaridade, rendimento salarial, além do que, o acesso dos habitantes aos serviços sociais e de saúde [...], assim como, "dos profissionais de saúde que atuam nessa área, tendo em vista as distâncias territoriais e a falta de transporte público para deslocamento, tanto dos usuários como da equipe de saúde que a eles assistem".

Quanto a uma solução para a problemática dos peconheiros estarem desassistidos de benefícios da Previdência Social é uma abordagem que merece maior atenção de pesquisadores e deve ser tratado com os atores que atuam na cadeia produtiva do açaí, o que será abordado nas recomendações desta dissertação.

O diagnóstico TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016, p. 23-24) apresenta temática que procura discutir, que considera não ser novidade para uma maioria de pessoas da região familiarizadas com a atividade, pois ressalta que "nunca foi tratado sob o ponto de vista da segurança do trabalhador – do peconheiro–, os riscos para sua vida e os impactos para a sua qualidade de vida no futuro".

> Em verdade, **como um diagnóstico pioneiro, o estudo tem este caráter de pautar temáticas que não se discutem de forma aberta, que são invisíveis**. Claramente, não está na mesa de negociação da cadeia de valor a questão do trabalho precário da base da pirâmide – do coletor de açaí, o peconheiro. Daí, o estudo primar-se por levantar questões qualitativas, ainda que haja resultados numéricos que apontam questões a relevar [...]. O que devemos considerar, em essência, é que o açaí se tornou, em poucas décadas a principal, ou uma das principais, fontes de renda para mais de cento e vinte mil famílias de ribeirinho, num contexto que há cerca de 1 milhão de famílias de agricultores e extrativistas familiares na Amazônia.

A proposição da pesquisa junto à APOBV é motivadora a partir do princípio que tange sobre a segurança dos trabalhadores que atuam com extrativismo (produção e colheita) do açaí na Comunidade de Boa Vista do Acará, dispõe de saberes tradicionais advindos de geração em geração.

Diante dos estudos abordados e segundo TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016, p. 70),

“quão frágil é a situação deste extrativista de açaí, quão precárias são as suas condições de trabalho”, patentes tanto nos depoimentos dos peconheiros, de representantes de órgãos governamentais, quanto do próprio movimento social extrativista.

As implicações relativas ao laborar dos coletores de açaí (peconheiros), como executam as atividades, às medidas preventivas, o uso de EPI, além de outras implicações, podem ser apuradas a partir da pesquisa in loco.

Por isso, precisamos trabalhar no sentido de contribuir de modo que os trabalhadores possam ter conhecimento sobre os “preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho” de acordo com que preceitua a Norma Regulamentadora 31 (ENIT).

As contribuições da presente pesquisa estão em torno do trabalhador em meio a sua segurança, sua integridade física, por isso, investigar causas decorrentes de acidente e ou não acidentes, de ambientes condizentes ao trabalho no meio rural, apresentando dados e informações que venham propiciar o conhecimento a esses trabalhadores quanto a garantias de vida saudável, de maneira que venham executar suas atividades em prol de sua sustentabilidade e para com um todo.

Sampaio (2015, p. 26) comenta que risco “é a combinação da probabilidade de ocorrência de um episódio indesejado e a gravidade ou a extensão da(s) consequência(s) deste evento”, por sua vez, acidente é um “episódio casual, fortuito, imprevisto, ou seja, evento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc.” Em se tratando de acidente de trabalho, é um caso ou acontecimento “fortuito, imprevisto, infeliz, casual ou não, do qual resulta dano, avaria e que se relaciona com o trabalho”.

Por sua vez, Alencar (2014, 2) define acidente do trabalho, como aquele que“envolve ferimento humano e com isso o afastamento da ação do trabalhador”. O processo de trabalho envolve situações de risco de acidentes, conforme as condições e de qualidade de vida no trabalho humano. Contudo, os riscos no processo de trabalho que são os agentes de riscos, o qual deve ser entendido como aquele que pratica a ação, provocando a reação sobre o outro, no entanto, ele atua direta ou indiretamente no corpo do trabalhador, sendo esse corpo entendido não somente no seu aspecto físico, mas sim de forma integral, incluindo as instâncias fisiológicas, psicológicas, emocionais.

Nascimento (2017, p. 21), referencia a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cita extrativismo como sendo um sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, reside no centro da floresta, sua subsistência vem da coleta das riquezas naturais (borracha, castanha, açaí, etc.) agregando a sua

renda através da caça, pesca, agricultura e criações; enfatiza o autor:"Segundo a Norma de Segurança e Saúde – SHS o trabalho extrativista constitui entre todas as atividades características do mundo rural, um dos mais perigosos e onde se verificam muitos e graves acidentes".

É uma atividade caracterizada um conjunto de especificidades que expressam a importância quanto a observância de regras próprias, no que diz respeito à sua "organização, à utilização de equipamentos específicos, incluindo a utilização de equipamentos de proteção individual fabricados artesanalmente, bem como a observância de práticas não agressoras do ambiente" (NASCIMENTO, 2017, p. 21).

Destacam-se as atividades executadas que não são estruturadas com a colheita e transporte de produtos extrativistas, a partir do uso de instrumentos e ferramental rudimentares, que exige esforço físico, submetendo o trabalhador a vários riscos de lesões e acidentes, devido à adoção de posturas penosas sob condições ambientais e de trabalho desfavoráveis.

O autor menciona que diante do conhecimento dos princípios da ergonomia e da complexidade face ao processo de colheita e transporte, admite-se apontar as implicações vivenciadas na atividade desse trabalhador.

De acordo com Ferreira (2018) a atividade de coleta de açaí é tradicional, é repassada de geração em geração, incluindo, criança do sexo masculino, enfatiza a autora o diagnóstico realizado pelo Peabiru (2016, p. 7-8), foram destacadas, dentre outras, as seguinte situações de risco relacionadas à atividade extrativa do açaí:

> 1º) Caminhada na várzea, o que sujeita os peconheiros a picadas de animais peçonhentos como poraquês (*Electrophorus electricus)*, cobras conhecidas por serpentes (no Brasil existem: Bothrops – jararaca; Crotalus – cascavel; Micrurus – coral verdadeira; Lachesis – surucu); escorpiões (*Scorpiones***)**, e a acidentes envolvendo os pés em virtude de os terrenos serem alagadiços;
>
> 2º) Passagem por estivas (ponte feita de um só pau, sobre forquilhas, em terrenos alagadiços ou pantanosos) e outras pontes improvisadas, que são escorregadias, trazendo risco de tombos e baques, dentre outros;
>
> 3º) Exposição ao sol durante o deslocamento em barcos e a pé;
>
> 4º) Desgaste físico com a subida no açaizeiro e os riscos de cortes, quedas e de empalamento nos antigos troncos de açaizeiros quando da descida; e
>
> 5º) Troca de estirpes sem descer, pulando de uma a outra, com imensos riscos de queda e de ferimento com o próprio facão desembainhado que levam nas mãos ou na bermuda.

Por ser um trabalho informal, de comunidade tradicional, a de se convir que a autora menciona, quanto a outros riscos que submetem-se os coletores de açaí, os peconheiros, no entanto, não há dados estatísticos sobre o número de acidentes, nem sobre as doenças mais comuns que ocorrem no laborar na cadeia produtiva do açaí devido a informalidade do seu trabalho, no entanto, ha queixas de picada de cobras ou escorpiões, esfolamento nos pés, nas mãos e nas pernas, empalação, ferimentos e fraturas de ossos, ferimentos de faca, dores no peito, nas costas e nos pés, perda no tato e artroses.

DOENÇAS OCUPACIONAIS NOS AÇAIZAIS

Doença do trabalho de acordo com Alencar et al (2014) é caracterizada pela exposição do trabalhador ao agente que se encontra no local de trabalho, não querendo dizer que faz parte das atividades profissionais. Ela é definida como uma doença que foi contraída em razão das condições especiais em que o trabalho é realizado. No entanto, o trabalho não é a motivo específico da doença, mas pode influenciar sobre ela.

Por sua vez, os autores enfatizam que doença ocupacional está aliada ao trabalho, estando à doença motivada pelas especificadas das atividades profissionais em que o trabalhador exerce. Comenta o autor, a quem acredita que doença ocupacional e doença de trabalho sejam as mesmas coisas, porém distinguem-se, pois, que as doenças de trabalho estão ligadas diretamente ao ambiente profissional, por sua vez, doença ocupacional está relacionada às características da atividade profissional.

As atividades agrícolas “são consideradas como um ramo dos mais perigosos, comparados com outras atividades, devido aos evidentes aumentos nos números de acidentes, lesões e doenças variadas” (BAYER, 2016, p. 10).

A autora considera que a agricultura está inserida no grupo de atividades que mais causam morte, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assim, por tratar de uma área em que as condições de trabalho requerem maior esforço físico e tendem à ocorrência de riscos.

O trabalho rural difere de outras atividades devido às características peculiares que culminam na influência das condições de segurança e saúde, a saber: a sazonalidade e caráter cíclico, jornada longa de trabalho e esforço físico intenso, carregamento de peso, exposições às mudanças de clima. Aliado a este contexto, a autora cita os riscos de acidentes que podem ser observados no Quadro 5.

Físicos	Relacionados ao ruído (que pode causar perda gradual da audição, fatiga, irritabilidade, hipertensão arterial, distúrbios do sono, entre outros); vibração dos maquinários (possível causa de dor lombar, degeneração dos discos intervertebrais); as variações de temperatura por conta das condições climáticas diversas; às radiações solares por longos períodos sem pausas e sem reposições hídricas e calóricas necessárias podendo causar câimbras, síncopes, exaustão por calor, câncer de pele e envelhecimento precoce.
Químicos[1]	Exposição a agrotóxicos que pode ocasionar efeitos variáveis, como intoxicações agudas graves que causam hipocalemia, ulceração da mucosa gástrica, hemorragia e perfuração intestinal, convulsões, cefaléia, dispnéia, náuseas, vômitos, e, intoxicações crônicas que levam a efeitos neurotóxicos, carcinogênicos, teratogênicos, danos ao sistema reprodutivo, desregulação endócrina, entre outros.
Biológicos	Exposição a agentes biológicos (fungos, bactérias, protozoários) presentes na terra, em adubos orgânicos e na água, promovendo aumento de probabilidade na ocorrência de doenças infecciosas e verminoses.
Organização do Trabalho	O ritmo intenso de trabalho e a cobrança na produtividade, jornada longa de trabalho, ausência de pausas tem ocasionado o surgimento das doenças osteomusculares relativas ao trabalho e lesões por esforço repetitivo.
Mecânicos	Cortes, amputações e lesões traumáticas de diferentes graus de intensidade causados por ferramentas manuais, maquinários, quedas e acidentes de trajeto.
Ergonômicos	Ocasionados pela postura inadequada e viciosa, devido a não projeção de equipamentos levando em consideração os dados antropométricos do usuário, esforço físico intenso, jornadas longas de trabalho, levantamento e transporte manual de pesos, posturas forçadas, repetitividade, flexão e rotação do tronco.
Ambientais[2]	Contaminação hídrica, chuva ácida, pulverização aérea.
Sociais	Precariedade de vínculos, subemprego, baixos salários, entre outros.

Quadro 5 – Principais riscos relacionados ao Trabalho Rural.

Fonte: Elaborado segundo BAYER (2016, p. 10).

Os fatores de risco ergonômicos referenciados no Quadro 5, oriundos da agricultura, são agravantes de carga horária exaustiva de trabalho que podem comprometer o estado físico do trabalhador rural, ocasionando desgaste e problemas de saúde ocupacionais agudos e crônicos [...], além de doenças osteomusculares relativas ao trabalho (DORT), aliadas da sobrecarga do sistema osteomuscular, devido a movimentação repetitiva dos sistemas musculares de modo demasiado, com ou sem exigência de esforço localizado, ou seja, permanência por tempo prolongado de segmentos do corpo em várias posições, e com a ausência de tempo para a reabilitação.

No entanto, em se tratando do trabalhado realizado nos açaizais incide ao fato das atividades serem realizadas com a peçonha exigir mais esforços de algumas partes específicas do corpo, como as pernas e pés, outra informação destacada no relatório do TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016, p. 67) é a exposição de pele ao sol (doenças de pele e câncer de pele), além do aumento dos casos de problemas de visão, de maneira especial,

1. No entanto, pelo fato de, nessa região, o açaí ainda ser um produto extrativista, ou seja, orgânico, não ocorre o uso de agroquímicos.

2. No caso dos peconheiros vê-se que os riscos ambientais diferem daqueles citados no Quadro, pois estão mais ligados a questão das enchentes dos rios, forte incidência de sol, a area de colheita ser em áreas de várzeas, com riscosdiversos.

a catarata. Outro fator novo apontado foi que a peconha, que facilita subir, muitas vezes arrebenta e causa acidentes.

Os fatores de risco ergonômicos referenciados no Quadro 5, oriundos da agricultura, são agravantes de carga horária exaustiva de trabalho que podem comprometer o estado físico do trabalhador rural, ocasionando desgaste e problemas de saúde ocupacionais agudos e crônicos [...], além de doenças osteomusculares relativas ao trabalho (DORT), aliadas da sobrecarga do sistema osteomuscular, devido a movimentação repetitiva dos sistemas musculares de modo demasiado, com ou sem exigência de esforço localizado, ou seja, permanência por tempo prolongado de segmentos do corpo em várias posições, e com a ausência de tempo para a reabilitação.

TRT 8ª/Instituto Peabiru (2016) enfatiza que doenças osteomusculares ou musculoesqueléticas e do tecido conjuntivo são muito comuns nos trabalhadores rurais, ressaltando em ordem decrescente de frequência, as inflamações das articulações e ligamentos (principalmente nos braços, punhos, mãos e joelhos, como sinovites, tenossinovites e tendinites), dores lombares crônicas, cervicalgias e problemas na coluna dorsal.

De acordo com Alencar et al (2014, p. 2) os riscos com "acidentes ocorrem durante o processo do trabalho", considerando o local aonde são realizadas as atividades laborais e a qualidade de vida do trabalho humano. Por conseguinte, podem ocorrem riscos no processo de trabalho, além do que, os agentes de risco devem ser entendidos como aquele que pratica a ação, provocando reação sobre o outro, haja vista que não atua somente o aspecto físico, mas sim de modo integral, atingindo as áreas fisiológicas, psicológicas e emocionais.

Apesar da pesquisa ater-se a problemática dos extrativistas (coletores de açaí) da APOBV, convém discorrer acerca de trabalhadores que desenvolvem suas atividades em ambientes no meio rural, conforme a investigação procedida por Souza & Santana (2016, p. 2),"o trabalho na agropecuária compreende atividades na agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e silvicultura, e é considerado como de alto risco para acidentes de trabalho em todo o mundo".

Ressaltam Sousa & Santana (2016, p. 2), que no Brasil desde 1976 as declarações de óbito passaram a incluir um campo para registro de acidentes de trabalho, quando a causa básica for do Capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças, (CID-10), referente a causas externas. Os registros das declarações de óbito estão disponíveis para amplo acesso no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), contribuindo para determinar estimativas para o total dos trabalhadores segurados e não segurados.

Gonzaga (2017) comenta acerca da Portaria nº 25 do Ministério do Trabalho e

Emprego, a qual aprova a Norma Regulamentadora nº 9, onde se encontram classificados os riscos ocupacionais de acordo com sua natureza conforme Quadro 6.

A autora comenta, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Brasil tido como uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, demonstra na atividade sustentada pelo trabalho, cerca de 12.258.008 pessoas, representatividade de 14,2% da sua população economicamente ativa ocupada.

A de se convir, que o Ministério do Trabalho e Emprego identifica agropecuária como uma atividade que acarreta alto "risco" para a segurança e saúde dos trabalhadores, classificando-a, e a todos os seus sub-ramos, no grau 3, em uma escala de 1 a 4, à exceção da silvicultura a qual se atribui grau 4 12".

Grupo 1 – Riscos Físicos	Ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais e umidade.
Grupo 2 – Riscos Químicos	Poeiras, fumos metálicos, névoas, gases, vapores e substâncias compostas ou produtos químicos em geral.
Grupo 3 - RiscosBiológicos	Vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos.
Grupo 4 – Riscos Ergonômicos, Psicossociais	Esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalho em turno e noturno, jornada de trabalho prolongada, monotonia, repetitividade e outras situações causadoras de estresse físico e ou psíquico; movimentos repetitivos.
Grupo 5 - Riscos de Acidentes Mecânicos	Arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, armazenamento inadequado, animais peçonhentos e outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes; queda, piso escorregadio.

Quadro 6 - Riscos ocupacionais de acordo com a Portaria nº 25 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gonzaga (2017, p. 437-38).

Na visão de Gasparini (2012), a partir da utilização dos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 500 milhões de pessoas são submetidas às práticas agrícolas maléficas e a situações ocupacionais, com decorrência de ambiente insalubre devido aos produtos agrícolas, a partir desse quantitativo, um milhão padecem com intoxicações agudas, chegando a 20 mil mortes anuais. No Brasil, atinge 13,7 milhões de pessoas que vivem situações de risco ocupacional no campo.

Rodrigues & Jahesch (2009, p. 27) verifica que, de acordo com a "Associação Brasileira de Normas Técnicas; [...] acidente do trabalho é [...] um caso de ocorrência não prevista e indesejável, instantânea ou não, relativa com o laborar do trabalho, e que incide ou que possa ocorrer em lesão corporal". Por sua vez, Maia (2013, p. 2), enfatiza o comentário do Ministério do Trabalho, quanto à definição de acidente de trabalho, de

acordo com a Lei 8.213 de 1991, da Previdência social:

> [...] acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço a empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VIII do artigo 11 desta lei provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Idem (2013, p. 2), as informações existentes dos "acidentes ocorridos em todo território nacional não são confiáveis, seja quanto à quantidade ou referentes aos aspectos qualitativos das estatísticas desses eventos", com isso, muitas são as causas concorrem para que a subnotificação se perpetue.

Quanto às implicações que resultam em doenças ocupacionais convém frisar que o extrativista de açaí (coletor de açaí) desenvolve suas atividades em meio rural, na floresta, portanto, não é diferente diante de outros trabalhadores rurais, existem atividades diferenciadas, porém os aspectos ligados ao sol, (calor), animais peçonhentos, ferramentas artesanais, e modo de vida são pertinentes a essa atividade em meio rural, porém não deixa de ser preocupante investigarmos sobre esse trabalhador, que diante de seu labora está sujeito há vários risco de vida.

Lima et al (2008, p. 4), relata sobre a atividade de colheita do açaí que ocorre de maneira "pouco estruturada, utilizando instrumentos e ferramental rudimentares, exercendo grande força física, além de submeter esse trabalhador há vários riscos de lesões e acidentes, em razão das posturas penosas sob condições ambientais e de trabalho desfavoráveis". A autora a partir de dados e dos conhecimentos sobre o emprego dos princípios da ergonomia e a complexidade do processo de colheita do açaí, aponta como sendo uma das implicações existentes na atividade do coletor.

Comenta ainda, [...] que os trabalhos agrícolas, geralmente são árduos e envolve grande forçamuscular, e que durante a execução admite posturas inconvenientes, em ambientes desfavoráveis, diretamente expostos ao sol, chuvas e ventos, o que motivou a necessidadede identificar e avaliar os fatores ergonômicos no trabalho de colheita do açaí.

Canto (2001, p. 82), por sua vez no contexto de sua pesquisa através de uma análise epidemiológica, cita que o trabalho do extrativismo do açaí possui especificidades idênticas aos dos setores ligados ao trabalho rural, no entanto, comenta que não há dados estatísticos sobre o número de acidentes ou doenças profissionais que envolvem esses trabalhadores, tornando-se complexo de serem contabilizadas, tendo em vista a informalidade do trabalho.

Quanto na maioria das ocorrências, de acordo com os resultados obtidos da pesquisa, o trabalhador recorre à procura de ajuda em caso de lesão mais grave. Além do que comenta, que para se ter conhecimentos dos comprometimentos à saúde ocasionados pela atividade, foram feitas entrevistas com os apanhadores da Ilha do Combu, profissionais de saúde dos Prontos Socorros Municipais das cidades de Belém e Macapá e ainda o

Posto de Saúde da Ilha do Combu, o que faz constar os resultados conforme Quadro 7.

Ocorrências e queixas	Comentários
Picada de cobras ou escorpiões	Os animais procuram abrigo nas touceiras.
Esfolamento nos pés, nas mãos e nas pernas	Ocorre quando o apanhador escorrega pelo estirpe. É comum acontecer quando a peconha se parte. ou perdem, o equilíbrio.
Empalação	Os estirpes menores na touceira podem causar ferimentos graves no momento da descida, ou de uma queda.
Ferimentos e Fratura de ossos	As quedas ocorrem mais pela quebra dos estirpes do que o apanhador se desprender.
Ferimentos de faca	A face que é usada na coleta pode causar acidentes tanto para o apanhador como para quem está embaixo auxiliando.
Dores no peito, nos pés e nas costas, nos braços e mãos	Os apanhadores entrevistados queixaram-se de dores musculares nestas regiões, após as escaladas. Possivelmente geradas pelo esforço físico, mas tratam-se em casa com massagens.
Perda do tato	Apanhadores mais antigos frequentemente desenvolvem estas doenças, mas não foram encontrados estudos comprovando a relação entre o trabalho e a doença.
Artroses	

Quadro 7 – Acidentes e doenças mais comuns que ocorrem com o apanhador de açaí.

Fonte: Canto (2010, p. 82).

A de se levar em consideração a abordagem de Porte (2013, p. 22-23) comentando sobre “Doença do Trabalho ou Doença Ocupacional é obtida ou originada em funções das condições em que o trabalhador é exposto, que pode ser a exposição a calor, sol e etc.” Sua curiosidade em pesquisar sobre doenças profissionais e ocupacionais reflete em enfatizar que as “doenças do trabalho e as doenças profissionais são acidentes de trabalho”, pelo fato de não serem programadas o seu acometimento e, portanto vem a se enquadrar nesse contexto, pelo fato que os acidentes essas doenças impossibilitam temporariamente ou permanentemente a execução do trabalho. De acordo com a autora listamos no Quadro 8, as doenças relacionadas ao trabalho.

De acordo com Pinto (2017, p. 2), dados da Organização Internacional do Trabalho. La prevención de las enfermidades profesionales. 1ª ed. Genebra: OIT (2013) demonstram que cerca de 2,3 milhões de pessoas vem a óbito por ano em virtude de acidentes de trabalho e 860 mil pessoas são acometidas por lesão no trabalho todos os dias. As despesas com essas ocorrências são preocupantes, prevendo-se 2,8 trilhões de dólares por ano. Segundo a OIT o Brasil destaca-se significativamente como um país nessa estatística, com mais de 700 mil acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho por ano – em se tratando de acidentes de trabalho com óbito o país ocupa o quarto lugar do ranking mundial, ficando atrás apenas da China, Estados Unidos e Rússia.

Profissionais	Comentários
Doenças respiratórias por exposição a substâncias tóxicas no trabalho, essassubstanciassão:	Chumbo, manganês, solventes, compostos arsênicos, pesticidas, fungicidas, fosfetos metálicos etc.
Doenças profissionais do aparelho respiratório:	Pneumoconiose, silicose, amiantose, neoplasia, pneumopatia por metais pesados, siderossilicose, beriliose, enfisema docádimo, bissinose, alveolite alérgica extrínseca profissional, asma brônquica alérgicaprofissional.
Dermatoses do trabalho:	Dermites, dermites fictícias, piodermites, eczemas decontato e alérgicos, tuberculose cutânea, escalpelo, carcinoma epidermóide, queimaduras, radiodermite, discromias, ceratose traumática, angiodermatoses,onicoses e paronicoses.
Distúrbiosprovocados pela eletricidade	
Doenças ocupacionais causadas por temperaturas extremas:	Edema do calor,síncope do calor, desidratação, depleção de sal, cãibras, erupção cutânea,hipertermia, hipotermia.
Baropatiasprofissionais:	Doenças causadas pela pressão atmosférica.
Distúrbios da audição causados por ruído.	
Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho.	

Quadro 8 – Doenças Profissionais ou do trabalho

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Porte (2013, p. 22).

A incidência de doenças ocupacionais e acidentes podem ser evitados, desde que sejam investigadas e implementadas ações de gestão voltadas à segurança e qualidade de vida no trabalho, porém, a partir das informações contidas neste referencial bibliográfico, evidenciam que o trabalho no meio rural, é tido como uma categoria pouco visibilizada pelas políticas de saúde voltadas às distintas atividades profissionais. Porém cabe reconhecer e estabelecer um marco para o trabalho, pois ele será o nosso dono ou o nosso escravo, mas nunca nosso “irmão-trabalho” (BRUNI, 2011, p. 31).

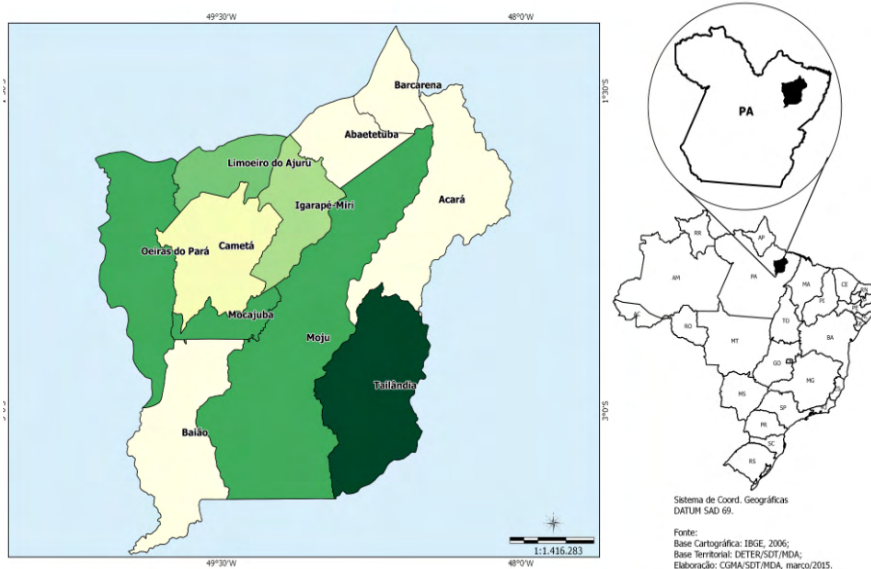
CAMINHOS DA PESQUISA EM UMA PROBLEMÁTICA POUCO EXPLORADA

METODOLOGIA

Lócus da Pesquisa

O Município de Acará, lócus da pesquisa realizada, tem sua formação histórica desde o período da colonização portuguesa. A "exploração do território paraense em direção ao interior do Estado do Grão Pará e Maranhão, utilizando como via de penetração o próprio curso dos rios (FAPESPA, 2017, p. 9). Os portugueses nessa época percorriam o rio Acará e observaram a viabilidade da navegação naquelas águas, a terra fértil e a abundância de madeiras de lei, que atraíram diante das condições favoráveis, "os colonizadores decidiram se instalar no local, onde foi montado um núcleo de colonização que, mais tarde, tornar-se-ia a sede do Município de Acará"

De acordo com a FAPESPA (2017, p. 12), o município pertence à "Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião Homogênea de Tomé-Açu, a sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas 01° 57'36" de latitude Sul e 48° 11'51" de longitude a Oeste de Greenwich".

O município de Acará se encontra localizado na região do Baixo Tocantins - PA de acordo com o Mapa 1, a qual está situada na "região Norte do Estado do Pará" (MDA, 2015, p. 1).

Mapa 1 – Localização do município do Acará na Região do Baixo Tocantins.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015).)

A região do Baixo Tocantins é composta por 11 municípios[1] cobre uma área de 34,6 mil km², o que representa 2,8% do território; esses municípios concentram pouco mais de 9% da população do Pará, ou 666,9 mil pessoas em 2008 (IPEA, 2011, p. 17).

O Município do Acará por sua vez, segundo dados apurados em 2019 possui uma população estimada em 55.591 pessoas (IBGE (2019), sendo que o último Censo em 2010 registrou 53.569 pessoas. As características que se destacam no Município de Acará conforme Freitas (2018), são relativas ao clima, ao solo e ao tipo de vegetação, o solo da região é formado por terra firme e várzea; e enquanto a vegetação tem-se a floresta ombrófila densa, que ocorre ao longo das margens dos rios, com matas de várzea e de igapó que são muito extensas, por sua vez, a classificação do clima é Af, com a temperatura média anual entorno de 26.9°C e umidade relativa acima de 91%.

Área de estudo

A pesquisa contemplou a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista – APOBV localizada na Comunidade de Boa Vista do Acará, Município de Acará, Estado do Pará, vista frontal do trapiche da referida comunidade conforme Figura 5.

Figura 5 - Trapiche de acesso à Comunidade de Boa Vista do Acará.

Fonte: Expedição Pará

Segundo Freitas (2018, p. 51), a Comunidade de Boa Vista do Acará está situada a

1. A Região do Baixo Tocantins é composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará (IPEA, 2011, p. 18).

105 km da sede do Município de Acará, distante de 136 km da capital do Estado, seu acesso rodoviário ocorre pela BR-010/BR-316 e BR-155 no sentido Alça Viária, ingressando pelo ramal do Areião ou por via fluvial pela capital Belém através de lancha ou barco, navegando os rios Guamá e Guajará-Mirim, por ser um recurso mais rápido e cuja duração em média é de 30 minutos até o porto da comunidade,

De acordo com a autora, a Figura 5 apresenta a imagem frontal da comunidade, que retrata as características de uma comunidade ribeirinha típica da região amazônica, detém um contexto florestal com espaços de permanência e alterações em razão da "introdução da economia hídrica e da economia mineral, dando lugar a uma tipologia de sub-territórios com diferentes formas e dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais".

O PÚBLICO ALVO DA PESQUISA

Os sujeitos selecionados para a entrevista visando à obtenção de dados quando a questão da segurança no trabalho dos agricultores familiares da APOBV[2]. Trata-se de uma amostragem que foi composta por 24 associados, tomando como referência as atividades que desenvolvem, para esta seleção verificou-se a tarefa e o compromisso e responsabilidade de cada associado. As informações obtidas foram associadas aos dados quantitativos obtidos nos documentos da POBV, como pode ser verificado nos demais itens dessa pesquisa.

Figura 6 - Sede da Associação da APOBV.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

A sede da APOBV conforme a figura acima foi construída com recursos próprios, é

2. A Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista – APOBV, localizada na Comunidade de Boa Vista nº 888, Baixo Acará, Acara/PA, CEP 68690-000, Brasil.

um espaço onde os associados se reúnem para participarem de eventos de capacitação, assembléias e reuniões informais. Possui em sua infra-estrutura dependências sala da diretoria, sala de informática, mini-auditório, biblioteca, almoxarifado, copa e cozinha, refeitório e banheiro feminino e masculino e 2 (dois) alojamentos para acolher visitantes (palestrantes e convidados).

DA PESQUISA: TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

Adotamos a pesquisa qualitativa por ser mais adequada ao propósito da pesquisadora. Gil (2008, p. 37) comenta que essa modalidade de pesquisa proporciona maior familiaridade com o caso a ser estudado, pois facilita a coleta de dados na medida em que abrange o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas esclarecidas do problema, análise de documentos entre outras informações.

Yin (2005) enfatiza que a pesquisa qualitativa se constitui como uma investigação contemporânea, em um contexto real, em que os termos entre o fenômeno e o contexto não estão visivelmente evidentes, posto que as primeiras incursões ocorreram por meio da pesquisa exploratória, com base em dados secundários, os quais exigiram aprofundamentos teóricos sobre a problemática real, ao levar em consideração a participação dos sujeitos implicados na prática social e se tratar de um estudo de caso,

A pesquisa sobre segurança no trabalho e condições do ambiente de trabalho torna-se relevante na compreensão das práticas cotidianas no que tange à coleta e produção de açaí, uma realidade que faz parte da tradição cultural. Isto exige a observância de valores, hábitos e costumes ancestrais, portanto, elementos de subjetividade dos sujeitos implicados na pesquisa. Gerhardt & Silveira (2009, p. 31) enfatizam que o sentido, “pesquisa qualitativa não se direciona com representatividade numérica, e sim, em buscar profundamente a compreensão de um grupo social, de uma organização”.

Técnicas para Coleta de Dados

No processo de pesquisa utilizou-se, portanto, vários meios, técnicas e instrumentos de pesquisa. Os dados foram coletados, como dispõe o Gráfico 1, a saber: a) Observação e Registro Fotográfico, b) Pesquisa Documental e f) Entrevista, que compôs o Diagnóstico Rural Participativo – DRP. Oliveira (2008, p. 8) ressalta que [...] a observação do participante é uma estratégia de campo aliada à participação ativa dos sujeitos, é, portanto, uma observação intensiva em ambientes naturais, contando com entrevistas abertas informais e análise documental. Por sua vez, o autor define entrevista como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”. A entrevista é aplicada de forma que o pesquisador detenha as informações que possivelmente os entrevistados têm.

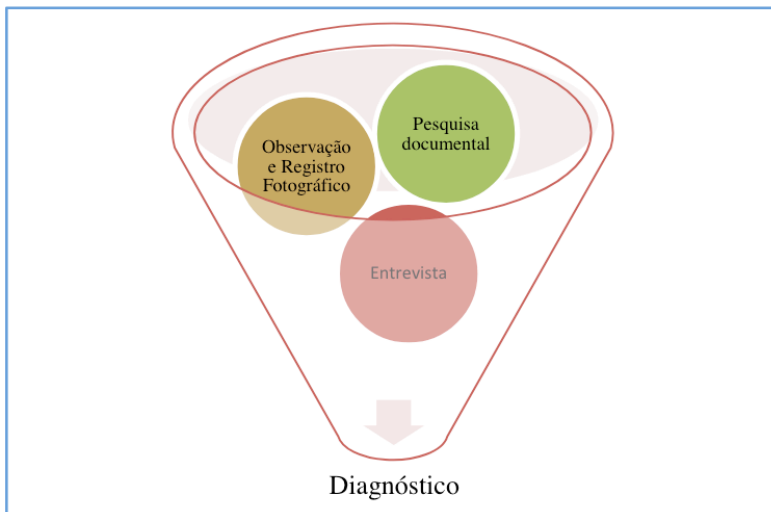



Gráfico 1 - Ferramentas para a coleta de dados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Os recursos utilizados para a coleta dos dados apresentados no Gráfico 1 em forma de funil, evidencia a forma como os dados foram filtrados, afunilando com os dados desde a fundação da APOBV, que tem haver com os registros documentais do título da propriedade, dos associados, bens adquiridos, dos contratos celebrados até as entrevistas realizadas, a fim de agregar informações visando compor o Diagnóstico Rural Participativo.

Levantamento de Dados

Com a realização do Estágio Supervisionado junto a APOBV foi possível coletar dados sobre a gestão da associação, dos associados e das atividades que desenvolvidas pelos mesmos, a grande maioria produz farinha, e cultivam frutíferas (açaí, cupuaçu, laranja, cacau, manga, banana, maracujá, acerola, caju, uxi e jambo).

As etapas realizada na coleta dos dados encontram-se indicadas no Gráfico 2, no entanto, foi necessário a obtenção de Autorização de Livre Consentimento cedida pelo presidente da associação e dos associados da APOBV que participaram das entrevistas. No referido gráfico é possível verificar como se estruturou o processo para obtenção de dados, isto é, as etapas desse movimento de apreensão da realidade, objeto da pesquisa.

Gráfico 2 - Etapas das ações realizadas para coleta de dados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Esses diferentes procedimentos metodológicos favorecem entender os vários momentos de organização e estruturação da APOBV, os quais passaram a ser cotejados com os depoimentos, articulados á discussão sobre a temática em análise.

As etapas detalham como os dados foram obtidos, e de como os as informações estão conectadas entre si, desde a consulta documental, observação com registros fotográficos e aplicação de entrevistas.

Etapa 1ª: Levantamento Documental

Neste momento procurou-se obter dados quanto à consulta documental, a saber: sua fundação, estatuto, organograma, cadastros dos associados, ingresso, e atividades desenvolvidas, o que me possibilitou entender o motivo que os levou a estruturação da APOBV.

a) Da Associação APOBV

A Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará - APOBV de acordo com Freitas (2018), foi fundada em 07 de dezembro de 2003 e inaugurada em 18 de março de 2013, encontra-se instalada na comunidade de Boa Vista do Acará, que por sua vez possui cerca de 500 pessoas distribuídas em 130 famílias.

De acordo com o relato de dois membros da diretoria, codificados em D1 e D2, a idéia da sua criação “surgiu a partir de um grupo de agricultores familiares que se reuniram

com objetivo de comercialização das culturas priprioca, tucumã, pataqueira, açaí, etc..., daí então houve a procura por parte de empresas que comercializam cosméticos e perfumarias que firmaram parcerias contratuais para a produção e comercialização das culturas".

No acervo documental da associação verificamos a existência de estatuto, atas das assembléias e das reuniões informais, cadastro dos associados, além de documentos relativos aos contratos celebrados e a registros bancários, são documentos que compõem o acervo histórico da APOBV, haja vista que esses registros são elaborados pelos próprios associados.

O Gráfico 3 abaixo se refere ao organograma da associação, de acordo com dados repassados pela Diretoria da associação.

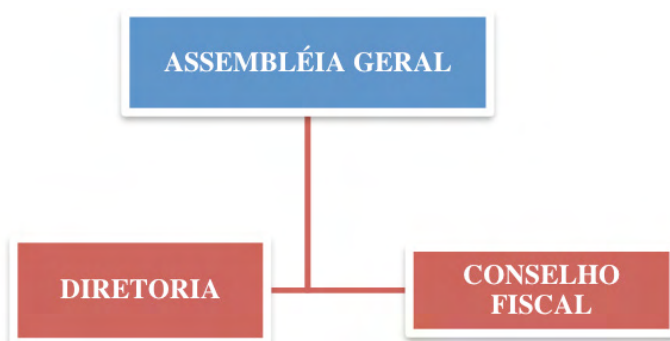



Gráfico 3 - Organograma da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista - APOBV

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Natrielli Neto & Guimaro Júnior (2001, p. 10) discorre que:

> A associação é uma pessoa jurídica que, em regra, é administrada coletivamente. Ainda que determinadas pessoas fiquem à frente de suas atividades (presidente da Diretoria, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal), a atuação das mesmas não significa que os demais membros não poderão participar de sua administração. Ao contrário, uma efetiva participação dos dirigentes significa uma melhor distribuição de tarefas, mais transparência e certamente melhor produtividade. Os dois principais núcleos de decisão de uma associação são a Assembléia Geral e a Diretoria Executiva. Além da Diretoria, algumas associações adotam também um Conselho Deliberativo (ou Administrativo) e um Conselho Fiscal.

De acordo com o autor, a legislação não indica os cargos obrigatórios, durante a pesquisa que realizou, verificou que a grande maioria dos padrões opta por um modelo mais compacto, com os seguintes cargos: Presidente; Vice-presidente; Secretário-geral (ou 1º secretário); Secretário adjunto (ou 2º secretário) e Tesoureiro (ou Diretor Financeiro), no caso da APOBV é constituída pela:

1) Assembléia Geral: é o órgão máximo de uma associação, devendo ser convocada ordinariamente (recomenda-se pelo menos uma vez ao ano), e extraordinariamente sempre que necessário.

2) Diretoria: o órgão executivo de uma associação, responsável por sua representação e direção. Suas principais atribuições são: a) deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais; b) estabelecer a cobrança de contribuições dos associados; c) conferir o estado econômico-financeiro e o desenvolvimento das atividades da associação; d) fixar as normas para a admissão e demissão dos empregados, profissionais e empresas contratadas para serviço da associação; e) contratar, se necessário, serviços de consultoria, assessoria e/ou auditoria; f) determinar os bancos onde serão feitos os depósitos e aplicações dos recursos financeiros da associação; g) criar comissões especiais; h) estabelecer valores para o fundo de reserva; i) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da associação, após aprovação da Assembléia Geral; j) adquirir bens móveis e equipamentos necessários para seu funcionamento; k) elaborar o Regulamento (ou Regimento) Interno.

3) Conselho Fiscal: é composto por 3 membros, compete verificar o cumprimento das obrigações legais de uma associação, as contas da associação, incluindo pagamentos, recebimentos, aplicações bancárias, rotinas trabalhistas, conservação do patrimônio etc. Em algumas associações as reuniões do Conselho Fiscal são mensais, em outras trimestrais, porém cada entidade estabelecer a frequência mais indicada para o acompanhamento e fiscalização de suas atividades.

Ressaltamos que a autogestão é predominante nas ações da APOBV, e de acordo com o comentário de Lechat & Barcelos (2008, p. 97):

> A autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois"[...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem". Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção, que dão mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições " [...] para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), deforma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização."

Verificamos também, que as decisões são obtidas através de encaminhamentos pela diretoria, pautados e deliberados pelos associados por ocasião das assembléias e reuniões, são ações de uma organização coletiva, onde a autogestão e os valores de cooperação são

notórios, além de gestão coletiva do trabalho, de produção e de comercialização.

b) Associados

A APOBV conta atualmente com 54 (cinquenta e quatro) associados, sendo destes, 37 homens e 14 mulheres, enquadram-se na faixa etária que compreende 42% de 27 a 39 anos, 17% entre 40 a 49 anos e de 50 a 65 anos em torno de 41%. Em termos de escolaridade 23% possuem 2º grau completo, 4% não concluíram o 2º grau, 41% possuem 1º grau completo e 32% não concluíram 1º grau.

De acordo com os dados colhidos, os mesmos consideram-se agricultores familiares, realizam suas atividades atribuídas por tarefas, em consonância com as deliberações nas assembléias e reuniões da associação, a comercialização de sua produção ocorre visando atender os contratos firmados com várias empresas, a saber: priprioca, pataqueira, esturaque, ervas medicinais e aromáticas.

c) Atividades desenvolvidas

Os associados são agricultores familiares, que trabalham em regime de tarefas e mutirão, a distribuição das tarefas é deliberada em assembléia geral, assim como a cota de participação. Conforme dados colhidos com a diretoria, a associação possui várias áreas de produção das culturas priprioca (consorciado com macaxeira), pataqueira, esturaque, açaí, farinha, plantas exóticas, etc., além do que, possui uma vasta área de produção de açaí compreendendo 9 hectares, distribuídos em 10 tarefas.

Além dos associados cumprirem as atividades programadas visando atender os contratos pactuados, os mesmos realizam atividades de produção em suas propriedades, que a priori é para o próprio sustento, a saber: 26% produzem somente açaí; 48% produzem açaí, farinha de mandioca e agricultura em geral; 26% açaí, pataqueira, priprioca, estoraqui, farinha de mandioca e hortaliças, portanto, são atividades econômicas vinculadas à cultura regional, que se destinam ao consumo próprio e à comercialização no mercado local e regional.

Etapa2ª: Observação e Registro Fotográfico em Campo

a) Infraestrutura da Sede da APOBV

Esta etapa abarca os dados primários: observação da infraestrutura física, móveis e equipamentos; conforme Quadro 9 conforme abaixo.

ESPAÇO	MÓVEIS EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Auditório	Cadeira estofada	variadas
	Televisão 55 polegadas	01
	Kach Tv em madeira	01
Sala da Diretoria	Computador	01
	Impressora	01
	Mesa c/gavetas	01
	Cadeiras	06
	Armário	02
	Linha telefônica	02
	Aparelho wifi c/	01
Sala de Informática	Gabinete p/computador	06
	Computador	06
Biblioteca	Acervos	variados
Alojamento Feminino	Cama de solteiro	01
	Guarda roupa	01
	Ventilador	01
	Cadeira	02
Alojamento Masculino	Cama de solteiro	01
	Guarda roupa	01
	Ventilador	01
	Cadeira	02
Almoxarifado	Panelas, louças, utensílios domésticos	variadas
	Balança capacidade 200 kg	01
Copa-cozinha	Armário embutido completo	01
	Fogão profissional c 6 bocas e forno a gás	01
	Mesa grande c/ banco	01
	Frizer c/2 portas, 534 L	01
	Geladeira duplex 375 L, inox	01
Refeitório	Mesa plástica	20
	cadeiras plásticas	80
	Máquina de bater açaí	
	bebedouro com suporte pra garrafão de água	01
Garagem	ônibus	01
Maquinário	Trator	01
	Roçadeira	variadas
Ferramentas	Terçado, ancinho, pá, peneira, cesto de palha	variadas

Quadro 9 - Dados relativos à infraestrutura física, móveis e equipamentos da APOBV.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

A infraestrutura da sede, sua manutenção predial, aquisição de equipamentos são realizados com recursos próprios, alguns utensílios (louças) são doados por empresas parceiras, e a utilização das dependências ocorre em razão de vários eventos conforme abaixo:

- Auditório: participação em assembléia geral e capacitação.
- Sala da Diretoria: reuniões com os setores administrativos.
- Sala de Informática: para realização de capacitação ou quando os associados necessitam para elaboração de documentos e pesquisa.
- Biblioteca: consulta ao acervo bibliográfico para fins de pesquisa.
- Alojamentos: destinados aos visitantes, convidados para acomodação.
- Almoxarifado: destinado a estocagem de mercadorias e materiais diversos, além de utensílios domésticos.
- Copa-cozinha: local onde são preparados os alimentos a serem servidos aos associados e também congelados.
- Refeitório: local onde são oferecidas as recepções (coffe break) aos convidados.
- Garagem: local de guarda de veículos e implementos agrícolas.
- Máquinários: balanças, roçadeira. Utilizados para roçagem no campo e pesagem de culturas.

Recentemente foi construído pelos associados um centro de convivência estilo maloca, rústico, com palha e tronco de arvores, espaço dinâmico onde são realizadas reuniões e outras atividades, agregando a esse espaço tradicional típico da comunidade, um fogão de barro, aonde os associados preparam algumas refeições que são servidas em reuniões e por ocasião das tarefas e mutirões, além dos convidados e visitantes que também degustam das comidas típicas da região com acompanhamento do açaí.

b) Registros Fotográficos da Sede e dos Associados da APOBV

Fotografia 1 – Maloca utilizada para realização de eventos.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Ressaltamos quanto aos registros fotográficos se encontram disponibilizados no apêndice desta dissertação, devido ao quantitativo obtido, que fazem parte da infraestrutura e do espaço de produção.

Etapa3ª: Entrevista com a Diretoria e os Associados da APOBV

Aborda o resultado obtido com as entrevistas semiestruturadas (roteiro constante no apêndice); estas foram aplicadas em dois momentos: no primeiro os questionamentos foram direcionados aos membros da diretoria da associação e versam sobre os dados pessoais, sobre a gestão e produção, ações de segurança do trabalho, formação (qualificação), acidentes; por conseguinte; no segundo, as perguntas formuladas voltaram-se aos associados; também tratou-se os dados pessoais destes, as atividades desenvolvidas, equipamentos utilizados, dificuldades enfrentadas, acidentes ocorridos, EPI - Equipamento de Proteção Individual etc.

Entrevistas semiestruturadas: foram aplicadas em duas partes, Parte I - roteiro de perguntas formuladas aos membros da Diretoria da APOBV e Parte II - aos associados, partir de uma amostragem de 25 entrevistados, sendo 19 homens e 5 mulheres, todos

codificados, os quais compreendem a faixa etária entre 30 a 60 anos que se prontificaram em participar das entrevistas, conforme dados relatados abaixo.

Parte I – condiz com aplicação de entrevista a partir de um roteiro de perguntas a dois (2) membros da diretoria da APOBV codificados em D1 e D2 conforme dados apurados abaixo.

Questionados se: **A Associação implementa** ações voltadas a segurança no trabalho junto aos associados? Os entrevistados D1 e D2 responderam que sim. **Quais as ações voltadas de segurança no trabalho são realizadas?** O Entrevistado D1 respondeu "formações e capacitações", por sua vez o D2 citou que "a APOBV adquiriu EPI´s, botas e luvas".

No tocante ao quesito: A **Associação tem conhecimento sobre a Norma Regulamentadora 31 que objetiva estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho?** Ambos os respondentes manifestaram que não.

Perguntados se **A Associação tem conhecimento sobre a Norma Regulamentadora 9, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais**? O entrevistado D1 respondeu sim, e o D2 respondeu não.

Em caso da resposta for sim, como obteve conhecimento? O D1 respondeu que "Foi uma capacitação sobre Tucumã, para a prevenção do trabalho de campo que atendeu de forma superficial".

Indagados **Com base nos objetivos das normas regulamentadoras, considera importante a segurança no trabalho?** Os entrevistados manifestaram: D1 "É um meio de se prevenir sobre os acidentes", D2 "Muito bom a segurança no trabalho no desenvolvimento das atividades".

Referente ao questionamento: **Tem conhecimento sobre caso(s) da ocorrência de algum tipo de acidente de trabalho com os associados ou com alguém que conhece? Se a resposta for sim, como ocorreu o caso? É frequente a ocorrência de acidente durante a realização do trabalho?** D1 manifestou "sim, queda de açaizeiro e picadas de

cobras”, D2 ”picada de cobra e queda de açaizeiro”

Em relação ao Equipamento de Proteção Individual – EPI perguntado se a **Associação disponibiliza aos associados?** D1 e D2 responderam “sim, botas, luvas”.

Quanto a **Associação implementa (realiza) cursos, formação para os associados?** O entrevistado D1 manifestou quem “sim, através de alguns associados que visam multiplicar as informações obtidas nos cursos de capacitações e formações”, e D2 “que sim, Segurança do trabalho”.

Para finalizar a entrevista, foi indagado aos entrevistados: **Diante da proposta do projeto de pesquisa da entrevistadora, concordaria com a realização de cursos (formação) sobre segurança do trabalho e qualidade de vida, com dinâmicas e práticas e visitas técnicas? O e**ntrevistado – D1 e D2 manifestaram que gostariam de participar das atividades propostas.

Parte II, contou com um roteiro de perguntas em que as entrevistas foram aplicadas aos associados codificados de EA 1 a EA 23, cujos posicionamentos passam a ser relatados conforme abaixo:

Questionados quanto à comunidade tradicional a qual fazem parte os entrevistados, o Gráfico 4 abaixo apresenta a manifestação dos mesmos.

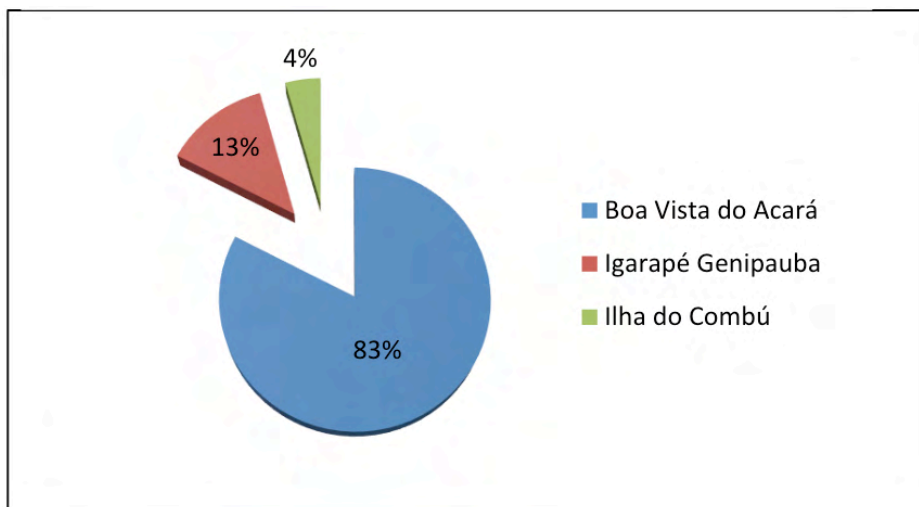



Gráfico 4 - Comunidade tradicional que pertencem os entrevistados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Apesar da APOBV está instalada na Comunidade de Boa Vista do Acará, 83% dos entrevistados residem na Ilha do Combú em frente à comunidade, 13% as proximidades do Igarapé Genipuba e 4% na referida comunidade.

Referente à**(s) atividade(s) que desenvolve(m)**, o Gráfico 5 apresenta os relatos dos entrevistados.

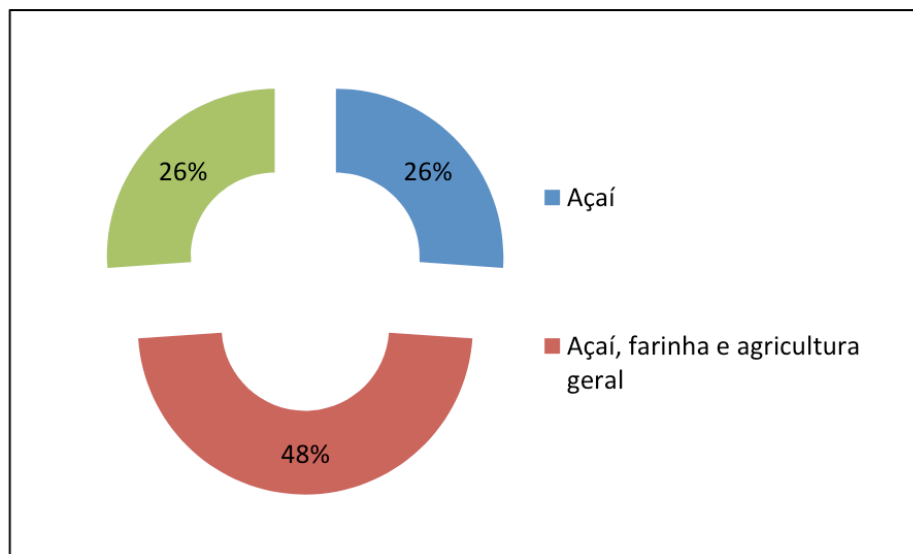



Gráfico 5 - Atividades que desenvolvem os entrevistados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Quanto ao tema abordado, 26% dos entrevistados afirmaram que trabalham diretamente com açaí, assim como, 26% com açaí, porém agregando outras atividades, farinha e agricultura em geral, e 48% com açaí, pataqueira, priprioca, estoraqui, farinha de mandioca e hortaliças, convém ressaltar que são agricultores que labutam no meio rural, mesmo vinculados a associação, desenvolvem atividades de produção em suas propriedades para consumo e comercialização.

Questionados **Que tipo de ferramentas utilizam para desenvolverem suas atividades**, o Gráfico 6 abaixo apresenta as respostas das palavras citadas: facão, terçado, peçonha, enxada, ancinho, bota, luva, machado, basqueta, lona, cesto etc...

Gráfico 6 - Nuvens das palavras que correspondem às ferramentas utilizadas pelos entrevistados

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

As ferramentas citadas pelos entrevistados denotam em sua maioria aquelas utilizadas principalmente nas atividades realizadas com açaí, porém os mesmos citam também alguns equipamentos de segurança, como bota e luva, o que para esses trabalhadores nada mais do que são ferramentas importantes que auxiliam em suas atividades.

O relato dos entrevistados: **Se o trabalho que executa traz algum problema, alguma dificuldade? Você tem algum problema de saúde? Senti alguma coisa, como: dor, câimbra, tontura, cansaço, fraqueza etc... Qual?** O Gráfico 7 abaixo destaca a manifestação dos entrevistados.

A de se convir que na manifestação dos entrevistados os mesmos relataram vários problemas anto os relativos as atividades, quanto aos de saúde, que podem ser observados no Gráfico 8.

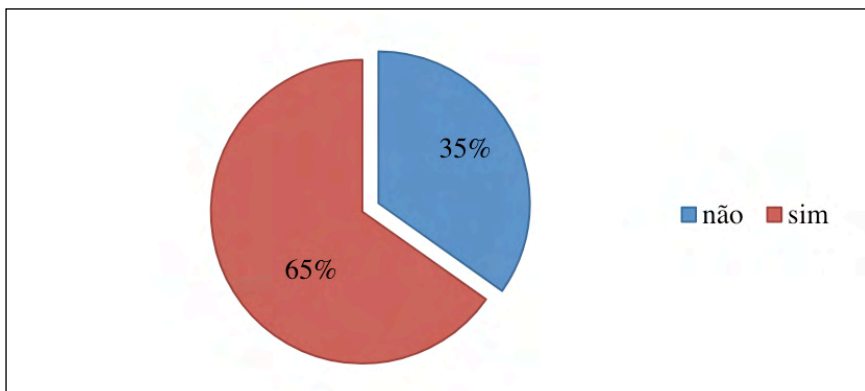



Gráfico 7 - Problemas, dificuldades que os entrevistados sentem.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

De acordo com o Gráfico 7 acima, 35% dos entrevistados não tem nenhum tipo de problemas e nem tampouco sentem dificuldades e problemas de saúde na execução dos trabalhos, no entanto, 65% dos entrevistados manifestaram que sim, afirmando que ocorrem problemas na execução dos trabalhos e os mesmos sentem dificuldades, principalmente relacionada a saúde.

Manifestação dos entrevistados quanto aos problemas e dificuldades que sentem: problema de circulação no sangue, dor, câimbra em várias partes do corpo, cansaço, muito esforço físico, de acordo com o Gráfico 8 abaixo.

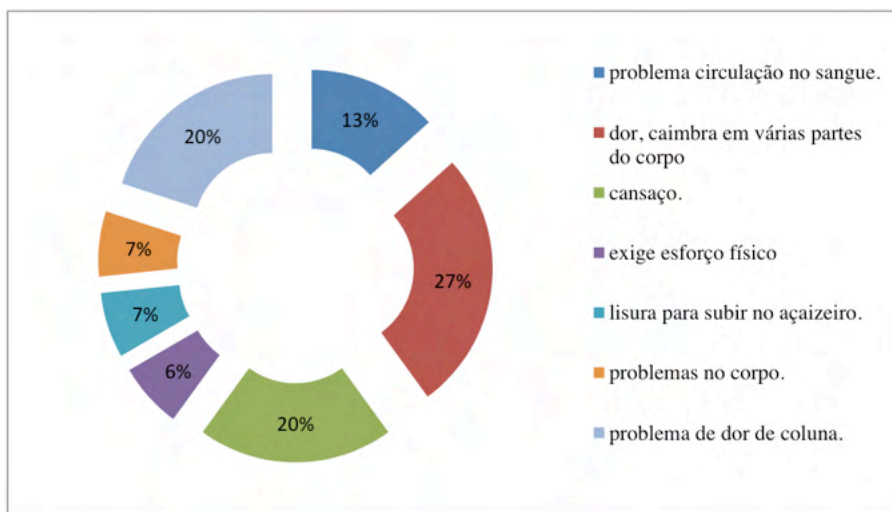



Gráfico 8 - Manifestação dos entrevistados que sentem dificuldades ou problemas de saúde.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Os 65% dos entrevistados que manifestaram confirmando que sentem problemas de saúde, destes, 13% apresentam problemas de circulação no sangue, 27% sentem dor, caimbra em várias partes do corpo, 20% cansaço, 6% tem como dificuldade o trabalho que exige esforço físico, 7% sentem dificuldade como a lisura para subir no açaizeiro, assim como, 7% apresentam problemas o corpo, e 20% problema de dor de coluna, evidenciando com esses dados a existência de problemas de saúde.

Procurou-se saber se os entrevistados **Já tinham ouvido falar ou teriam algum conhecimento sobre segurança no trabalho, e de que forma teriam obtido o conhecimento?**

Nos Gráficos 9 e 10 a seguir, pode-se verificar suas manifestações quanto ao tema abordado.

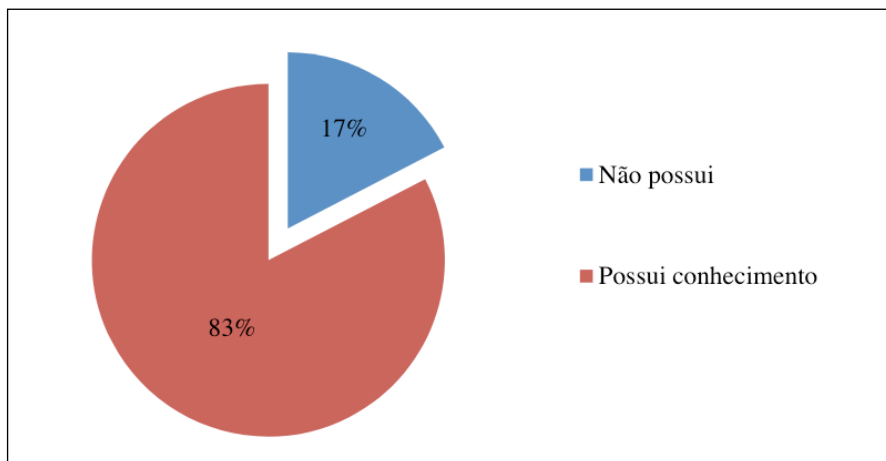



Gráfico 9 - Possuem conhecimento sobre segurança do trabalho.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Apesar de 83% dos entrevistados manifestarem que possuem conhecimento sobre segurança no trabalho, 17% dos associados não possuem conhecimento sobre a temática, a de se convir à importância de conscientizar os trabalhadores do meio rural quanto a necessidade de deterem conhecimento sobre segurança no trabalho, para tanto se faz imprescindível a participação em capacitação sobre essa temática, além das medidas de segurança, pois o conhecimento contribui com orientação e prevenção e tendem a diminuir a ocorrência de acidentes.

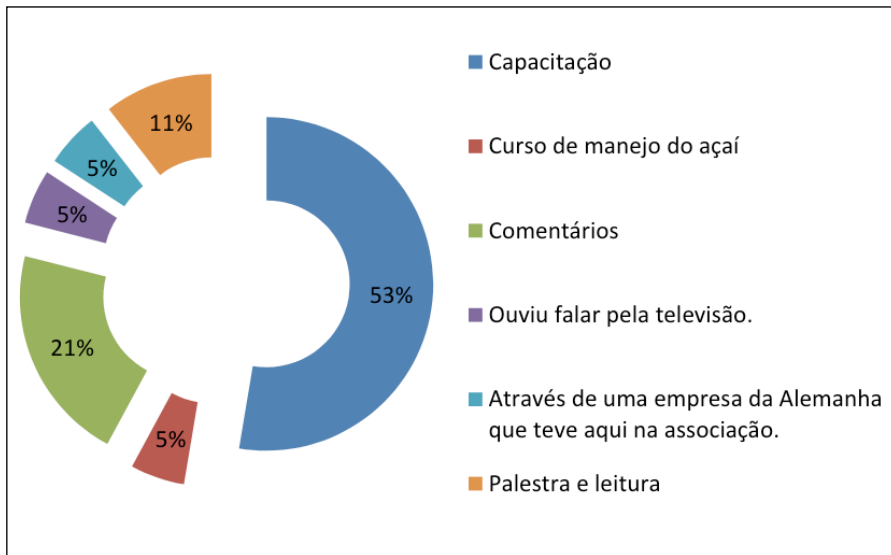



Gráfico 10 - Como obtiveram conhecimento sobre Segurança no Trabalho.

Fonte: Autora, 2020.

De acordo com os relatos dos entrevistados que manifestaram que possuem conhecimento sobre segurança no trabalho, 53% obtiveram conhecimento através de capacitação, 5% através da participação no Curso de Manejo do Açaí, 21% adquiriram através de comentários, 5% ouviram falar pela televisão, 5% através de uma empresa da Alemanha que esteve em visita à associação, e 11% por meio de palestra e leitura.

Segundo Nascimento et al (2011, p. 10) as instituições que detém trabalhadores que realizam atividades em processo produtivo, sujeitos a situações de risco, "devem por força de lei ou até mesmo pela própria função social que exercem – criar os meios e dispositivos para eliminar, diminuir ou ainda controlar os riscos existentes".

Os autores frisam [...] que para reduzir a ocorrência de acidentes uma das formas é a prevenção, inclusive comentam, [...] que a busca "por qualidade leva as instituições a repensarem a saúde e a segurança no trabalho, adotando estratégias preventivas".

No caso em questão, os dados apresentados no Gráfico 9, demonstram que 17% não possuem conhecimento sobre segurança no trabalho, além do que, apesar dos entrevistados que detém conhecimento, ou seja, 21% detém conhecimento através de comentários e 5% ouviram falar pela televisão, não é a forma suficiente de um trabalhador obter o devido conhecimento, principalmente aliado ao fato de que são trabalhadores que labutam em meio rural e atuam com processo de produção.

Necessário se faz as instituições repensarem sobre a necessidade de capacitar seus trabalhadores, a fim de conscientizá-los que existem instrumentos legais que dão

conta de assegurar as boas condições de segurança e saúde no trabalho, inclusive as Normas Regulamentadoras, que são preceitos complementares ao capitulo V da CLT, compreendendo em “obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho” (NASCIMENTO, et al, 2001, p. 8).

Quanto à importância de trabalhar com segurança no trabalho e ter qualidade de vida, os entrevistados foram unânimes em responder que sim, conforme destaca-se alguns relatos:

Código Entrevistados	Síntese das informações sobre segurança no trabalho na APOBV
EA3	Sim, com certeza, por trazer segurança pra vida é essencial
EA4	Sim, é muito importante com segurança evita muita coisa.
EA5	Sim, para prevenir sobre acidentes com as próprias ferramentas e animais peçonhentos.
EA6	Sim, muito importante, pela nossa segurança para usar proteção para esta evitar acidentes.
EA7	Sim, é de extrema importância para evitar acidentes.
EA10	Sim, porque se tiver com equipamento não se acidenta
EA11	Sim, é importante porque se previne contra doenças e algumas coisas.
EA13	Sim, porque é prevenção.
EA14	Sim, é um meio de segurança de trabalho, de uma forma melhor é mais qualidade.
EA16	Sim, para evitar acidentes e se proteger melhor.
EA17	Sim, porque vamos está mais protegidos de um golpe de terçado, usa botas e capacetes.
EA19	Sim, porque não é certo trabalhar sem segurança.
EA18	Sim, com certeza, se não tiver cuidado as pessoas sofrem acidentes.
EA20	Sim, agente se resguarda de futuros acidentes.
EA21	Sim, para prevenção de acidentes, evita o risco de acidentes.

Quadro 10 - Manifestação quanto à importância de se trabalhar com Segurança do Trabalho.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

A de se convir que de acordo com Souza et al (2013, p. 106), “a Segurança do Trabalho deverá buscar algumas medidas para que a organização em conjunto com as ciências aplicadas ao processo de transformação e tecnologia, desenvolvam ações preventivas para o trabalhador ambientado no processo que está sujeito”, devido a incidentes por ocasião da execução de sua jornada de trabalho, os autores frisam ainda, que cabe a empresa adequar-se em consonância com as normas, visando garantir condições adequadas de

trabalho.

No entanto, o fornecimento gratuito de Equipamento de Proteção Individual - EPI ao trabalho é um dever da empresa, principalmente em perfeito estado de conservação, com vistas a oferecer completa proteção contra a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho.

Em contrapartida, ao trabalhador convém respeitar as normas e utilizar o EPI, haja vista que "o EPI somente para a finalidade a que se destina; responsabilizar-se pela sua guarda e conservação; comunicar ao empregador ou TST qualquer anormalidade que o faz tornar impróprio para uso, cumprir as regras quanto ao seu uso obrigatório" (SOUZA, 2013, p. 107).

Procurou-se saber se **já tinham sofrido algum tipo de acidente de trabalho ou se tinha conhecimento sobre a ocorrência de acidente de trabalho com alguma pessoa da comunidade/APOBV?** Os Gráficos 11 e 12 mostram a manifestação dos entrevistados.

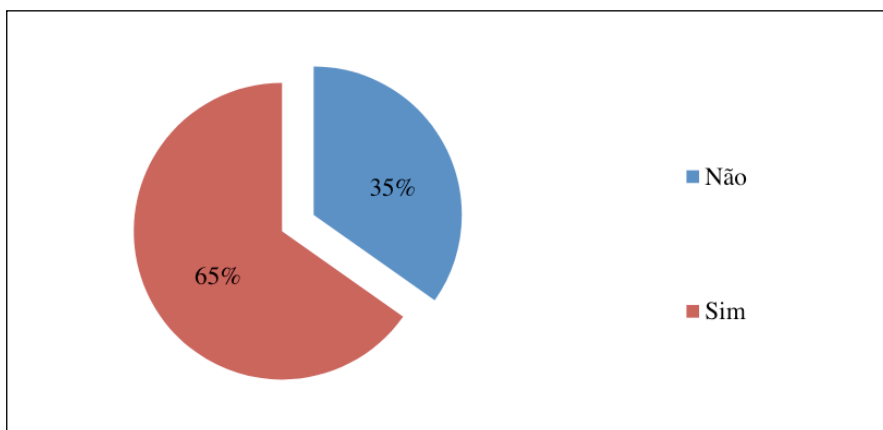



Gráfico 11 - manifestação sobre ocorrência de acidentes de trabalho.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Importante se faz ressaltar, quanto ao relato dos entrevistados sobre a ocorrência de acidente, as manifestações constantes no **Quadro 11**, a saber:

> EA6 que enfatizou "**Não tive acidente grave, às vezes golpe pela tarefa, devido não encapar o terçado. Aqui ocorre muitos casos, açaizeiro quebrou, terçado que caiu lá de cima do açaizeiro, picada de cobra. Uma mulher que morreu com corte devido a queda do terçado na cabeça. Um rapaz pegou uma picada de surucucu no pescoço na subida do açaizeiro, por isso é importante o uso de equipamento de proteção. Aqui tem muita cobra surucucu e aranha cacaiandú**"; bem como, do entrevistado EA19 " **Sim, sofri golpe de terçado, picada de cobra jararaca. Meu pai sofreu picada de cobra surucucu pico de jaca no pé de açaí quando estava**

descendo do açaizeiro, sofreu queda e furou a veia num toco de arvore. Devemos prestar mais atenção na execução do trabalho, aonde vai pisar, para evitar acidentes e utilizar roupas e equipamentos de prevenção, o que ocorrer é que agente não usa".

Código **Entrevistado**	**Síntese sobre os tipos de acidentes ocorridos com os associados da APOBV**
EA1	Sim, há uns anos atrás eu cai do açaizeiro QUEDA
EA2	Sim, golpe de terçado e corte no meu pé. CORTE TERÇADO
EA3	Sim, meu pai caiu, o açaizeiro espocou devido o peso dele, a arvores estava velha e não aguentou, ele caiu em cima de um pau e quebrou a espinha, a coluna. QUEDA - COLUNA
EA4	Sim, golpe com machado e terçado. Ocorre muitos casos de acidentes, perda de dedos das mãos. CORTE MACHADO – TERÇADO
EA5	Sim, cortei o dedo com o facão, fui ao posto para tratar. CORTE FACÃO
EA6	Não tive acidente grave, as vezes tenho golpe pela tarefa, devido não encapar o terçado. Aqui ocorre muitos casos, açaizeiro quebrou, terçado que caiu lá de cima do açaizeiro, picada de cobra.
EA6	Sim, cai do açaizeiro e também a lâmina da roçadeira quando quebrou e atingiu a perna, precisei ser medicado. QUEDA AÇAIZEIRO - CORTE LÂMINA
EA8	Sim, cai do açaizeiro e também a lâmina da roçadeira quando quebrou e atingiu a perna, precisei ser medicado.
EA9	Sim, ocorreu um acidente com um rapaz que caiu do açaizeiro e ele quebrou a coluna e não anda mais.QUEDA NÃO ANDA
EA10	Sim, sofri corte no dedo do pé esquerdo. De vez em quando acontece acidente. CORTE
EA12	Sim, acontece muitos acidentes, queda do açaizeiro e picada de cobra. Mas não é todo tempo, mas acontece.
EA13	Sim, sofri golpe de terçado. CORTE TERÇADO
EA14	Sim, sofri queda do açaizeiro e picada de escorpião. QUEDA e PICADA ESCORPIÃO.
EA16	Sim, levei 3 (três) quedas do açaizeiro, quebrou meu maxilar, machucou meu braço e a coluna. QUEDAS
EA18	Sim, sofri queda que afetou a coluna e a respiração. Tem muitos casos de acidentes. Uma mulher pegou um terçado e saiu na moto e caiu da moto e o terçado enterrou na coxa dela.
EA19	Sim, sofri golpe de terçado, picada de cobra jararaca. Meu pai sofreu picada de cobra surucucu pico de jaca no pé de açaí quando estava descendo do açaizeiro, sofreu queda e furou a veia num toco de arvore.
EA20	Sim, sofri corte com facão. Acontece sim, geralmente as pessoas que executam atividade sofrem acidente.

Quadro 11 - Casos de acidentes de trabalho citados pelos entrevistados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

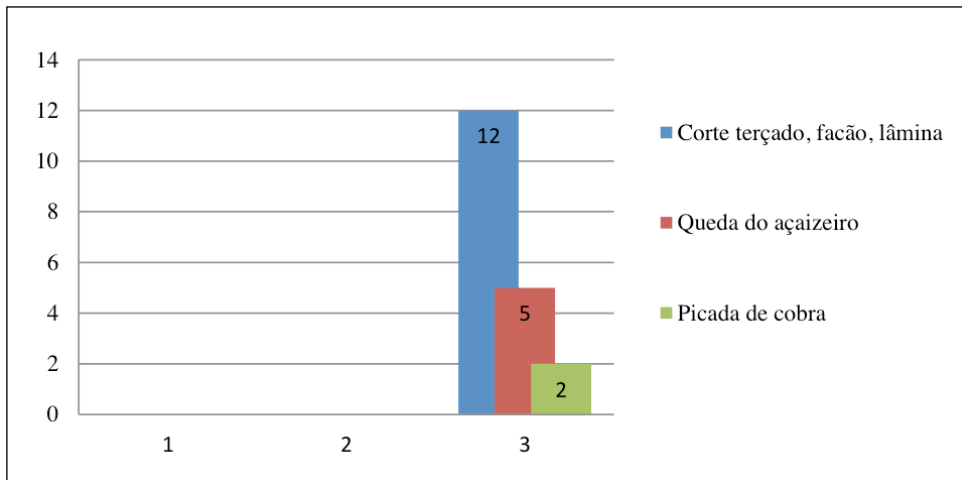



Gráfico 12 - Acidentes ocorridos de acordo com relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

De acordo com os relatos dos entrevistados constantes no Gráfico 10 (p. 71) que trata de como obtiveram conhecimento sobre segurança do trabalho, onde 53% afirmaram que foram através de capacitação, 21% através de comentários, é de se estranhar, pois, além desses, os entrevistados frisaram que foi através de "comentários, ouviu falar pela televisão, palestra, leitura, através de uma empresa da Alemanha que esteve em visita a associação", é controverso diante das respostas dos entrevistados.

Souza et al (2013, p. 108) discorre que "uma equipe totalmente qualificada para melhor atender as exigências das leis, preparados na questão de treinamentos, perícias, orientações trabalhistas e documentais" é importante, pois conforme Manhães (2016, p. 6) "implantar uma política de segurança com qualidade, disseminar a importância de prevenção de acidentes através de treinamentos, implantar programas sociais e familiares, enfatizando o valor da vida entre as equipes e utilizando esta gama de idéias", se torna uma estratégia, um custo benefício à segurança e saúde no trabalho, que muito favorece para o bem estar do trabalhador.

Questionados os entrevistados se sabem o que significa Equipamento de Proteção Individual – EPI, no Gráfico 13 pode-se ver a manifestação destes.

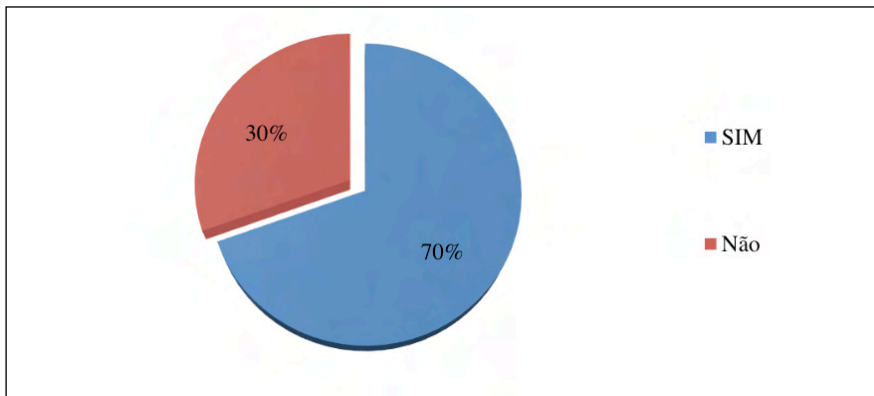



Gráfico 13 - Manifestação sobre o que significa Equipamento de Proteção Individual.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Constatou-se a ocorrência de acidentes no laborar dos peconheiros constante no Gráfico 12, e de acordo com Cisz (2015, p. 12) [...] os acidentes de trabalho são os maiores desafios para a saúde do trabalhador, atualmente e no futuro, inclusive enfatiza, que “os acidentes do trabalho ocorrem não por falta de legislação, mas devido ao não cumprimento das normas de segurança, as quais visam proteção da integridade física do trabalhador no desempenho de suas atividades”.

Código/ Entrevistado	Síntese das respostas obtidas
EA	Sim importante, uso a bota e a luva.
EA	Sim importante, uso bota, calça comprida, blusa com manga comprida, chapéu de palha e luvas.
EA	Uso direto, é importante evita acidentes.
EA	Uso blusas claras, botas, papelão pra fazer bainha do facão, sim considero importante para evitar os acidentes do campo.
EA	Uso bota, camisa de manga comprida e luvas, sim considero importante.
EA	Sim é muito importante, uso bota, luvas, chapéu, camisa de manga comprida.
EA	Sim, uso bota, luvas, chapéu, camisa de manga comprida. A associação já comprou EPI´s. Eu uso peconha.
EA	Uso bota, máscara, sim é muito importante e as pessoas tem que usar.
EA	A associação já chegou a comprar luvas e botas pra fazer serviço mais pesado. Acho importante. Devemos prestar atenção na execução do trabalho, aonde pisar, para evitar acidentes e utilizar roupas e equipamentos de prevenção, o que ocorre é que agente não usa.
EA	Acho importante, uso calça e camisa de manga comprida.
EA	Uso bota, chapéu, calça comprida e camisa de manga comprida. Sim considero importante.

Quadro 12 - A importância do uso de EPI.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Diante das manifestações dos entrevistados no tocante a ocorrência de acidentes de trabalho, os acidentes são as causas de afastamentos de trabalhadores, no Brasil de acordo com Sá et al (2017, p. 2) "as informações sobre as estatísticas dos acidentes de trabalho ocorridos em todo o território nacional não são completas, seja no que concerne à quantidade ou mesmo nos aspectos qualitativos desses eventos"

Os autores enfatizam que estima que o sub-registro no Brasil abrange acima de 70% para acidentes fatais e 90% para não fatais. Quanto à subnotificação dos acidentes é inquietante, por está relativa à "avaliação do profissional de que a situação ou lesão ocorrida não é de risco, razões como desconhecimento da obrigatoriedade da notificação do acidente, falta de tempo devido ao excessivo ritmo de trabalho ou até mesmo medo de dispensa pelo trabalhador podem contribuir para o subregistro".

Comentam ainda os autores que a forma correta é a notificação e a apuração adequada dos fatos relacionados aos acidentes de trabalho, pois são de fundamental importância, pois facilitam "aos gestores das empresas conhecerem as situações de riscos e intervir com medidas direcionais, mitigando os efeitos econômicos e sociais dos acidentes de trabalho nas instituições".

Indagados se já participaram de algum curso ou treinamento sobre segurança no trabalho? Se a resposta for não, gostaria de participar? Sugere algum outro curso que você considera importante? O Quadro 13 expressa à manifestação dos entrevistados.

Código/Entrevistado	Respostas obtidas pelos entrevistados
EA1	✓ Não participei. Sim gostaria de aprender mais sobre segurança no trabalho.
EA2	✓ Sim já participei, mas gostaria do curso de qualidade de vida e sobre plantio.
EA3	✓ Sim já participei, gostaria de participar de qualidade de vida e de riscos ambientais.
EA4	✓ Sim participei, gostaria de participar do curso de riscos ambientais.
EA5	✓ Não participei, mas gostaria de participar do curso de segurança do trabalho.
EA6	✓ Sim, do curso qualidade de vida e do curso de computação.
EA7	✓ Não, gostaria sim de participar dos cursos de formações que vocês vão ofertar.
EA8	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de capacitação de segurança no trabalho.
EA9	✓ Não participei, se tiver oferta de curso de segurança e qualidade de vida eu quero participar.
EA10	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de segurança e qualidade de vida
EA11	✓ Sim já participei, gostaria de participar do curso sobre florestal.

EA12	✓ Não participei, mas tenho interesse em participar de segurança do trabalho e qualidade de vida. Gostaria de participar de manejo do açaí.
EA13	✓ Sim já participei, gostaria de participar de curso referente a agricultura.
EA14	✓ Não participei, mas gostaria de participar dos cursos de formações e capacitações sobre prevenção de acidentes de trabalho.
EA15	✓ Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e támbémaprender mais sobre manejo.
EA16	✓ Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e de cursos de manejo florestal e de computação.
EA17	✓ Sim, já participei através da associação, mas sugestão de corte e costura.
EA18	✓ Não participei, gostaria de participar sim dos cursos de segurança do trabalho e de qualidade de vida e de informática.
EA19	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de segurança do trabalho, qualidade de vida, cooperativismo, implementos agrícolas.
EA20	✓ Sim participar novamente, para agregar conhecimento, gostaria de participar de outros cursos sim.
EA21	✓ Sim participei dos cursos e gostaria de ter mais um curso de segurança do trabalho.
EA22	✓ Não participei, gostaria de participar de segurança do trabalho.

Quadro 13 - Participação em cursos ou treinamento sobre Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

O envolvimento dos trabalhadores nas ações de capacitação e treinamento sobre segurança no trabalho colaboram para o conhecimento afinco do trabalhador quanto a necessidade de utilização dos Equipamentos de Segurança Individual - EPI, bem como, as precauções a serem observadas no ambiente de trabalho, haja vista o que frisa Cisz (2015, p. 25-26).

> [...] o empregador tem algumas obrigações quanto aos EPI´s que são fornecer gratuitamente ao empregado o tipo adequado de EPI para a atividade que desenvolve; fornecer ao empregado somente EPI´s com certificado de Aprovação (CA); treinar o trabalhador sobre o uso adequado; tornar obrigatório o seu uso; substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado; responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica e comunicar ao Ministério do Trabalho qualquer irregularidade observada nos EPI´s.

Silva et al (2014, p. 3) compreende segurança no trabalho como uma ferramenta utilizada nas organizações, objetivando prevenir acidentes e dispor seguridade, proteção aos empregados, a partir de ações técnicas e educacionais dentre outras medidas que possibilite a prevenção e minimize ao máximo os riscos e suas causas acidentais. Dessa forma, torna-se uma ferramenta competitiva no mercado as empresas que adotam investimento com a capacitação de seus trabalhadores em prol da segurança e qualidade de vida.

DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) segundo Verdejo (2006, p. 11 e 12) compreende "como um guia prático para a preparação e execução de uma oficina de DRP", são técnicas e ferramentas que auxiliam as comunidades a realizarem o seu próprio diagnóstico e "a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento". Sendo assim, os participantes "poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação".

Importante se faz frisar que o DRP objetiva ampliar processos de pesquisa com base nas condições e possibilidades dos participantes, abalizado nos seus próprios "conceitos e critérios de explicação, o foco do DRP é que os participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la".

Objetivo

A realização do DRP emergiu no sentido de repassar conhecimentos sobre Gestão da Qualidade de Vida focando para a Saúde, Valorização Pessoal e Profissional, com vistas a contribuir para a gestão da APOBV através de um trabalho eficaz e ação conjunta; intensificando os cuidados com a saúde (prevenção contra acidentes de trabalho) e as relações interpessoais.

Para tanto, foi fundamental atrair o envolvimento dos participantes em prol da reflexão sobre seus impasses, suas dificuldades, proporcionando que os mesmos iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los, sendo assim, primou-se em "apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável" de acordo com Verdejo (2006, p. 12).

Desenvolvimento

Constituiu-se de três etapas:

Etapa 1- Equipe de Trabalho

Esta etapa da pesquisa foi realizada durante o Estágio necessário a conclusão do Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável e Empreendimentos Agroalimentares. Para esta atividade, contou-se com a contribuição de uma Doutoranda do Curso de Produção Vegetal– UNESP/Jabuticabal, e dois Servidores Técnico-Administrativos do IFPA Campus Castanhal (um lotado na Coordenação de Apoio a Projetos Agropecuários – CAPAG, e uma servidora lotada no Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas – DAEAI).

Para tanto, necessário se fez abordar sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará Campus Castanhal por se tratar de uma atividade atrelada ao mesmo, imagens foram apresentadas sobre as instalações da instituição, prédio administrativo, ginásio de esportes, biblioteca, prédio da agroindústria, bloco pedagógico, prédio de aulas,

alojamentos feminino e masculino, setor de bovinocultura, suinocultura, e o bloco que abriga a coordenação do curso de mestrado.

Destacamos sobre os cursos técnicos ofertados pela instituição, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Florestas, Técnico em Agroindústria, Técnico em Redes de Computadores, além dos cursos de graduação, Agronomia, Engenharia de Pesca, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Informática, haja vista que a instituição advém da antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, sediada a mais de 47 anos no Município de Castanhal, e com isso, a possibilidade para os agricultores e seus filhos de se engajar o conhecimento nas áreas agrícolas, sendo o ingresso através de processo seletivo.

Por sua vez, abordamos sobre o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Empreendimentos Agroalimentares, que objetiva formar profissionais em Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, visando o desenvolvimento rural sustentável com base em sistemas integrado de produção agropecuária, extrativista e agroindustrial voltado para as demandas sociais e organizacionais da Amazônia (CONSUP/IFPA, 2019, p. 3), curso vinculado ao Programa de Pós-Graduação do IFPA Campus Castanhal, o qual se encontra atrelada esta dissertação.

Etapa 2 – Participantes: Associados da APOBV

O DRP foi realizado com os agricultores rurais associados da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista – APOBV, com a participação de 24 entrevistados, sendo dois (2) membros da diretoria e 22 associados, público alvo da pesquisa, no entanto foi imprescindível esclarecer ao entrevistado quanto à relevância, a utilidade, o objetivo das informações coletadas em prol da dissertação desta mestranda.

De acordo com os relados dos entrevistados são agricultores que trabalham com a produção de açaí, pataqueira, priprioca, estoraqui, farinha de mandioca, hortaliças agregando outras atividades de agricultura em geral, conforme citado anteriormente.

As atividades foram realizadas no Auditório da APOBV, teve como alvo principal a participação dos associados nas oficinas do DRP, dinâmica individual, grupal, Análise da Matriz Swot e avaliação das atividades. Foi formalizado as associados o Termo de Livre Consentimento, firmando o compromisso para não revelar a verdadeira identidade dos participantes.

Etapa 3 – Procedimentos Metodológicos para a R**ealização do DRP**

Este foi realizado em dois encontros:

1° encontro - ocorreu no período de 24 a 27/07/2019, contou com a apresentação da equipe - enfatizando a proposta do DRP, sua definição, objetivo e a metodologia. Antes a pesquisadora havia realizado sensibilização e a identificação dos participantes, a fim de despertar para suas expectativas em associação, os objetivos da pesquisa, ou

seja, enfatizar a promoção dos processos de aprendizado social, quanto aos cuidados necessários para combater os acidentes de trabalho. A prevenção tornou-se importante quando se trata da segurança do trabalho, tendo em vista a atenção e cuidados com a saúde e. garantia de qualidade de vida, com ênfase as expectativas locais, as saber as atividades rurais.

2º Encontro da Equipe de Pesquisa com os Associados da APOBV

Foi realizado em 07/10/2019, contou com a participação de uma amostragem de 15 associados (diretoria, secretária e demais associados), do Coordenador da CAPAG – Coordenação de Apoio à Projetos Agropecuários do IFPA Campus Castanhal. Na reunião foi abordado sobre a programação das oficinas aos associados, em grau de prioridade, tendo sido deliberado por unanimidade, visando atender as necessidades emergenciais as seguintes demandas:

1ª atividade – Irrigação: foi realizada uma visita ao sistema de irrigação, sendo proposta pelo Coordenador da CAPAG a visita a partir do dia 15/10/2019 de um técnico de uma empresa particular, a fim de avaliar o sistema de irrigação da associação, e da aquisição de materiais custeados pela APOBV, contemplando instrução sobre o sistema e atividades práticas.

2ª atividade – Compostagem: a modalidade desta oficina, de acordo com a deliberação dos associados, requer prioridade devido ao insumo disponível e necessário para atender as atividades de produção em razão dos contratos pactuados, sendo o primeiro momento realizado na APOBV e o segundo momento aula prática realizada no IFPA Campus Castanhal, contemplando o período de 21 a 25/10/2019.

3ª atividade – Ferramenta do DRP Matriz Fofa, realizada no dia 18/11/2019, contou com a participação de 19 associados, sendo 4 membros da Diretoria da APOBV e 15 agricultores/associados.

Antes de iniciarmos as atividades fomos recepcionados pela Diretoria a APOBV e apresentados a um grupo de profissionais advindo de Portugal, acompanhados por uma equipe de funcionários de uma empresa que detém contratos com a APOBV, observamos que se tratava de uma visitação turística, o que evidencia a administração participativa da associação através do modelo de gestão democrática, inclussive com a compromissada em prol da preverção ao meio ambiente, e à sociedade.

Convém ressaltar que é eminente transpor o conhecimento teórico adquirido em sala de aula ao participante, ensinamentos que abordam sobre gestão, estratégia

e planejamento foi assunto explanado e debatido com os presentes, além do que, enfatizamos sobre a APOBV, sua importância para a Comunidade de Boa Vista do Acará, a realidade de sua criação e o retorno através dos recursos financeiros obtidos com as atividades desenvolvidas pelos agricultores/associados, oportunizar a capacitação com novos aprendizados, de se ter uma associação que dinamiza a produção com várias culturas, intensificando a produção, comercialização e o turismo, haja vista a visitação de profissionais de vários países.

Foram realizadas as dinâmicas, individual com um passeio para relaxamento dos participantes, seguido de um momento de iteração com "dinâmica do amigo", onde os participantes fizeram caminhada individualmente, em busca de um amigo, para troca de informações sobre o nome do amigo, o que gosta de fazer, após foi repassado ao grupo os dados dos amigos e as informações mais interessantes sobre o mesmo.

A oficina Análise da Matriz Swot, foi abordou sobre a importância de se analisar a origem do fator interno da associação referente as forças e as fraquezas, e o externo que é o ambiente em que está inserida, consistiu em analisar as oportunidades e as ameaças, como forma de propiciar a diretoria da associação dados que contribuirão para a elaboração de estratégias com vistas a obter vantagem competitiva e o melhor desempenho, utilizando e potencializando suas forças para aumentar participação de mercado, elaborando estratégias para minimizar ou até mesmo eliminar suas fraquezas.

Enfatizamos sobre o comentário de Eissmann et al (2017, p. 6) [...] a matriz SWOT foi desenvolvida como uma metodologia capaz de abordar tanto o ambiente externo como o ambiente interno da organização em termos de oportunidades e ameaças exógenas e de forças e fragilidades endógenas, levando em consideração que sua base está relacionada ao cruzamento das oportunidades e as ameaças externas à intenção estratégica da organização, levando em conta sua missão, visão, valores e objetivos.

Os autores frisam ainda, que para a obtenção dos objetivos, independente da estratégia utilizada, se faz necessário, "destacar que a empresa precisa ter uma visão holística da empresa e da importância do planejamento, além de conhecer os seus pontos fortes e fracos e as ameaças e as oportunidades existentes no mercado". Além de ser imprescindível considerar que atualmente o cenário do mundo dos negócios evidencia que as organizações com melhor desempenho são as que promovem o planejamento, buscam uma adequação apropriada entre as condições do ambiente externo e sua estratégia.

Com base nas informações repassadas aos participantes apresentamos uma imagem sobre Análise Swot, conforme Quadro 14 abaixo, exemplificando cada das categorias dos ambientes, a fim de que pudessem apresentar as informações relevantes.

AMBIENTE INTERNO	**FORÇAS** • Atributos únicos do negócio • Leva em direção aos objetivos	**FRAQUEZAS** • O que a associação não faz bem e poderia ser melhor. • Afasta os objetivos.
AMBIENTE EXTERNO	**OPORTUNIDADES** • Disponível no mercado. • Não explorado nem pela empresa e nem pelos concorrentes. • Alinhado a visão e estratégia.	**AMEAÇAS** • Potencial em prejudicar a performance do negócio. • Político, social, econômico ou tecnológico.

Quadro 14 - Análise **Swot**.

Fonte: http://www.qmsbrasil.com.br/blog/analise-de-swot-nas-normas-iso/ (acesso em 15 nov 2019).

A participação dos associados foi de forma interativa, à curiosidade surgiu diante do cenário interno principalmente as fraquezas, assim como, no cenário externo as ameaças. Houve a necessidade de se promover um debate dos problemas partindo do princípio de eliminar as fraquezas e de se trabalhar as ameaças apontadas por cada participante.

Quanto às forças e as oportunidades a menção de se focar para a missão e objetivo da associação inserida no mercado e de fortalecer o ramo do seu negócio, partindo do princípio que os associados fazem parte do contexto da associação, através das atividades que lhe são atribuídas, sua contribuição (força) no ambiente interno e as aquilo que vem a comprometer (fraquezas) a associação em alcançar os objetivos.

A demonstração de interesse e preocupação com a dinâmica realizada ensejou nas seguintes manifestações:

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 1	**Forças**: aumente cada vez mais nossas parcerias com as empresas. **Fraquezas**: não uso EPI e também não cumpro com as minhas metas. **Oportunidades**: São as oportunidades de cursos de capacitação e as reuniões da associação. **Ameaças**: Medo de perder as parcerias e quando não participo das oficinas em nossa associação.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 3	**Forças**: produtos que comercializamos. **Fraquezas**: **Oportunidades**: Parcerias com empresas firmadas. **Ameaças**: A concorrência.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 4	**Forças**: Recompensas alcançadas com o trabalho. Bem estar espiritual. **Fraquezas**: A distância do local de trabalho. Indisposição por conta das barreiras que se enfrento todos os dias. **Oportunidades**: Liberdade de agir e trabalhar sem pressão. Elogios e satisfação do patrão. **Ameaças**: Medo de não agradar com meus objetivos ou mesmo de não ter a liberdade de agir.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 5	**Forças**: Investimentos nos produtos. **Fraquezas**: **Oportunidades**: Produção que da mais e mais nas plantações. **Ameaças**: Tenho medo das pragas que dão na plantação.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 10	**Forças**: Vendas **Fraquezas**: Forças para trabalha **Oportunidades**: Mercado de trabalho **Ameaças**: Concorrentes e a crise.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 11	**Forças**: Levar sempre a associação pra frente com projetos e cursos. **Fraquezas**: Forças para trabalhar, momentos de doenças. **Oportunidades**: Estudos **Ameaças**: Minha falta de coragem para alcançar meus objetivos.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 13	**Forças**: São as culturas que produzimos. **Fraquezas**: Dar pouco produto. **Oportunidades**: Praticar os cursos que visam ajudar na produção. **Ameaças**: O meio ambiente.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 18	**Forças**: Conhecer bem a atividade que vai executar, conhecer seu ambiente de trabalho. **Fraquezas**: As vezes falta de planejamento, de estrateja estudo de campo. Na falta disso o objetivo não tem êxito. **Oportunidades**: Procurar sempre novos campos, que seja atrativos pra ambos, os lados e ser organizado e ter estrateja pra não perde. **Ameaças**: O que pode prejudicar é a imprudência política sem articulação. Fazer um investimento desnecessário. Trabalhar com uma ferramenta que você não conhece, ou seja, não domina.

Percebe-se nas respostas dos participantes que são ocnhecedores da gestão da APOBV, haja vista que durante a realização do Estágio Supervisionado observamos que administração é participativa, os assuntos são tratados e deliberados em assembléia geral,

bem como as distribuições das tarefas e dos multirões realizados.

Denota-se a precoupação dos associados no tocante a manuenção dos constratos pactuados com algumas empresas, e nesse contexto, expressaram ser importante o investimento na produção, mas para tanto, se faz necessário "as oportunidades de cursos de capacitação e as reuniões da associação'.

Relatório Final

Para o cumprimento das atividades programadas foi imprescindível contribuição da diretoria da APOBV submetendo a programação do DRP para análise e aprovação em assembléia, para viabilizar a participação dos associados nas atividades.

Sensibilizamos os associados quanto às informações coletadas através das entrevistas aplicadas, mediante apresentação dos dados através de gráficos com o uso do equipamento data show, abordou-se sobre as atividades laborais; o grau de conhecimento sobre segurança do trabalho em prol da qualidade de vida; bem como, sobre a ocorrência de acidentes de trabalho, dificuldades e problemas de saúde.

Realizou-se uma atividade de interação com os associados que descontraídos interagiram na dinâmica "escolha de um amigo". Essa oficina contribuiu para as relações interpessoais, de como as pessoas trabalhavam juntas, mas pouco conversam, e interagem, o diálogo permitiu um despertar do colega, do próximo que moram na comunidade e raramente trocam informações.

A interação permitiu externalizar amizade, a importância do colega de trabalho, do amigo, trabalhando desta forma as relações interpessoais, além do bem estar e valorização pessoal, do respeito ao próximo quanto aos seus posicionamentos e de se conviver com as diferenças sociais, além de dotar um olhar para a família, esposa, filhos que também fazem parte das relações, do compromisso para com aqueles que estão em nosso convívio.

Durante o intervalo para o lanche houve a degustação dos produtos elaborados no Setor de Agroindústria do Campus Castanhal, seguiu com apresentação de vídeo do Setor de Agroindústria, os associados ficaram interessados em conhecer o campus e inclusive de aprenderem a fazer os produtos iogurte, doce de banana, queijo minas frescal, doce de leite, demonstraram interesse em participarem dos cursos.

Durante a realização da oficina Análise da Matriz Swot, que despertou muita curiosidade dos participantes, notadamente, verificamos que os associados evidenciam o interesse pelo conhecimento e a qualificação, em prol da manutenção das parcerias, com vistas a garantir recursos financeiros, para atender as necessidades de cunho pessoal e da associação, os comentários a seguir denotam a preocupação dos associados com a gestão: **Participante 1** " **Fraquezas**: não uso EPI e também não cumpro com as minhas metas. **Ameaças**: Medo de perder as parcerias e quando não participo das oficinas em nossa associação"; **Participante 11** "**Forças**: Levar sempre a associação pra frente com projetos

e cursos”; **Participante 18** “**Forças**: Conhecer bem a atividade que vai executar, conhecer seu ambiente de trabalho. **Fraquezas**: As vezes falta de planejamento, de estrateja estudo de campo. Na falta disso o objetivo não tem êxito.**Oportunidades**: Procurar sempre novos campos, que seja atrativos pra ambos, os lados e ser organizado e ter estrateja pra não perde. **Fraquezas**: As vezes falta de planejamento, de estrateja estudo de campo. Na falta disso o objetivo não tem êxito”.

A de se convir que as técnicas de diagnóstico e planejamento participativo são estratégias necessárias para o processo de obtenção de informações, portanto deve ser constituído por meio de debate, discussão e propostas de intervenção pela comunidade, além do que, os dados devem ser utilizados, principalmente, pela própria comunidade (SOUZA, 2009); razão pela qual demonstramos os gráficos com os dados relativos às dificuldades enfrentadas, problemas de saúde e ocorrência de acidentes sofridos pelos agricultores

As ferramentas do DRP aplicadas junto aos associados da APOBV teve como propósito colher informações sobre o laborar, saúde, e as atividades dos agricultores e agricultoras, a fim de contribuir para o desenvolvimento rural e com isso dotar aos mesmos uma visão crítica da sua realidade e a partir de então possam tomar decisões que proporcionem uma melhoria de vida.

Por fim, concluímos que tanto a APOBV como a Comunidade de Boa Vista do Acará precisam de investimentos voltados a segurança do trabalho, prevenção contra acidentes, durante o trabalho e no percurso para a realização do mesmo, daí a importância do investimento sobre a criação de uma Manual de boas práticas de segurança do trabalho.

A de se convir que a associação tem contribuído para o desenvolvimento rural atraindo o turismo para a Comunidade de Boa Vista, além de alavancar com a comercialização de seus produtos, outros produzidos pelos agricultores da referida comunidade, que sentem-se motivados a produzirem, para tanto se faz imprescindível investimento através de políticas públicas voltadas para a qualificação dos agricultores, melhoria da saúde da população com a implantação de Posto de Saúde, além de melhoramento das vias de acesso ao trabalho devido a distância, bem.

Finalizamos as atividades com uma entrevista com o presidente da APOBV que enfatizou quanto à importância ampliar os conhecimentos dos associados através da realização de um curso mais aprofundado sobre Segurança do Trabalho, Riscos Ambientais, a fim de que a associação possa dispor de conhecimento sobre quais os Equipamentos de Proteção Individual - EPI deveriam adquirir como forma de prevenção contra acidentes de trabalho, além do que ressaltou a importância de firmar parceria com o IFPA Campus Castanhal para acesso dos associados e da Comunidade de Boa Vista do Acará aos cursos ofertados pelo campus.

QUALIFICAÇÃO

Os trabalhadores rurais de acordo com Carmo et al (2010, p. 37) atuam no contexto de suas atividades a agricultura, que é voltada a produção de alimentos e matérias-primas para atendimento de suas necessidades humanas.

> O meio rural, que ao longo do tempo era visto por muitos, como fonte de problemas, atualmente aparece como portador de soluções, e melhoria da capacidade organizacional dos produtores, agregando valor aos produtos e facilitando o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos. Dessa forma, constitui um instrumento que contribui para o aumento da renda e do desenvolvimento regional.

Durante a realização da entrevista realizada com os agricultores rurais obtivemos dados sobre as atividades desenvolvidas pelos associados, que afirmaram que trabalham diretamente com açaí, além de agregar outras atividades, farinha e agricultura em geral, e outras culturas como pataqueira, priprioca, estoraqui, farinha de mandioca e hortaliças, ainda que os associados estejam vinculados a associação, desenvolvem atividades de produção em suas propriedades para consumo e comercialização, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da Comunidade de Boa Vista do Acará.

Ressentimos durante a realização do Estágio Supervisionado a importância de qualificação desses sujeitos, haja vista o posicionamento sobre a escolaridade no Gráfico 14 abaixo, além do interesse em participar de outros cursos.

	Analfabeto	1º grau completo	1º grau incompleto	2º grau completo	2º grau incompleto	Superior incompleto
Series1	1	9	6	5	2	1

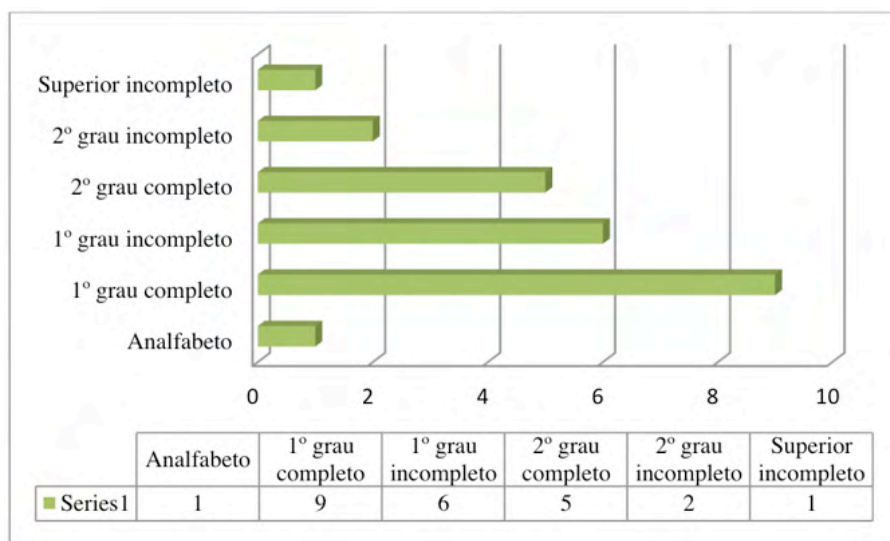



Gráfico 14 - Dados referentes a escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

O Quadro 15, a seguir, apresenta a manifestação dos entrevistados sobre a participação em curso ou treinamento, além dos cursos propostos por esta discente, os entrevistados manifestaram a indicação de outros cursos para qualificação.

Código/ Entrevistado	Respostas obtidas pelos entrevistados
EA1	✓ Não participei. Sim gostaria de aprender mais sobre segurança no trabalho.
EA2	✓ Sim já participei, mas gostaria do curso de qualidade de vida e sobre plantio.
EA3	✓ Sim já participei, gostaria de participar de qualidade de vida e de riscos ambientais.
EA4	✓ Sim participei, gostaria de participar do curso de riscos ambientais.
EA5	✓ Não participei, mas gostaria de participar do curso de segurança do trabalho.
EA6	✓ Sim, do curso qualidade de vida e do curso de computação.
EA7	✓ Não, gostaria sim de participar dos cursos de formações que vocês vão ofertar.
EA8	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de capacitação de segurança no trabalho.
EA9	✓ Não participei, se tiver oferta de curso de segurança e qualidade de vida eu quero participar.
EA10	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de segurança e qualidade de vida
EA11	✓ Sim já participei, gostaria de participar do curso sobre florestal.
EA12	✓ Não participei, mas tenho interesse em participar de segurança do trabalho e qualidade de vida. Gostaria de participar de manejo do açaí.
EA13	✓ Sim já participei, gostaria de participar de curso referente a agricultura.
EA14	✓ Não participei, mas gostaria de participar dos cursos de formações e capacitações sobre prevenção de acidentes de trabalho.
EA15	✓ Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e támbémaprender mais sobre manejo.
EA16	✓ Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e de cursos de manejo florestal e de computação.
EA17	✓ Sim, já participei através da associação, mas sugestão de corte e costura.
EA18	✓ Não participei, gostaria de participar sim dos cursos de segurança do trabalho e de qualidade de vida e de informática.
EA19	✓ Não participei, gostaria de participar do curso de segurança do trabalho, qualidade de vida, cooperativismo, implementos agrícolas.
EA20	✓ Sim participar novamente, para agregar conhecimento, gostaria de participar de outros cursos sim.
EA21	✓ Sim participei dos cursos e gostaria de ter mais um curso de segurança do trabalho.
EA22	✓ Não participei, gostaria de participar de segurança do trabalho.

Quadro 15 - Participação em cursos ou treinamento sobre Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

Convém enfatizar o que Carmo et al (2010, p. 38) discorre [...] “a qualificação é tida como um conjunto de competências profissionais, o que significa englobar as noções do saber através do conhecimento adquirido, ou seja, o conjunto de habilidades, qualidades e competências”.

Os autores frisam que “as demandas de capacitação, dirigidos para agricultores interessados em melhorar a atuação no meio em que vivem e proporcionar uma atividade diferenciada, com qualidade”, além do que, se dá ao fato de que o objetivo da pesquisa está atrelado à segurança no trabalho dos associados, que atuam com as atividades de colheita do açaí, não desprezando as atividades do meio rural que também tem suas implicações, riscos que ocasionam acidentes de trabalho.

Diante do contexto observado e dos dados obtidos e a partir da reunião realizada em 07/10/2019, foi deliberada a realização das palestras visando atender o segundo objetivo específico, para tanto, implementamos a ministração de três palestras conforme a seguir:

- **Qualidade de Vida**

Ministrantes: Tereza Cristina/Cantanila Araújo, realizada no dia 19/11/2019, carga horária: 1h30., nº de participantes 19.

Antecedendo a ministração realizamos um momento de reflexão sobre a nossa a saúde e o trato para com o nosso corpo, sua importância para o nosso bem estar, e com isso momento de relaxamento.

Seguimos com abordagem sobre **Qualidade de Vida,** seu conceito e definição; os aspectos principais para se ter condições básicas de trabalho satisfeitas, focando para o ambiente de trabalho e as relações no trabalho; as implicações para o trabalhador sem qualidade de vida, absenteísmo e suas consequências, déficit da qualidade dos produtos e serviços, deterioração da imagem da empresa, despesas com os afastamentos por problemas de saúde, inclusive enfatizamos sobre os dados físicos, psicológicos, religiosos e sociais.

Por que trabalhar sobre Qualidade de Vida? Hipólito et al (2017, p. 190) discorre que:

> Qualidade de vida no trabalho (QVT) que é uma compreensão abrangente e comprometida das condições de vida no ambiente laboral, incluindo aspectos de bem-estar, garantia da saúde, segurança física, mental, social e capacitação para realizar tarefas com segurança e bom uso de energia pessoal. A construção da QVT ocorre a partir do momento que se percebe a empresa e as pessoas como um todo, promovendo o bem-estar e segurança dos trabalhadores a fim de assegurar uma maior produtividade, qualidade no trabalho e maior satisfação na vida familiar e pessoal.

Aliado a percepção dos autores que intensifica sobre o bem estar e a segurança dos trabalhadores, estimulou em agregar as atividades com o corpo, trabalhar o físico, Damasceno (2014, p. 15) discorre sobre a importância de se trabalhar a prática da Ginástica Laboral:

> Tem se mostrado eficaz na diminuição do estresse diário que acomete o ambiente laboral, devido às pressões sofridas pelos trabalhadores em função de prazos, cada vez menores, quanto à entrega de serviços, exigências do mercado de trabalho, a competição interna de organizações e das variações econômicas que induzem a maior parte das pessoas, ao estado de desequilíbrio emocional.

Ressaltamos a importância do cuidar com o corpo, pelo fato de que a mudança do estilo de vida tem afastado os indivíduos das atividades físicas, do esporte e lazer, implicando diretamente no desenvolvimento de doenças, razão pela qual a autora enfatiza quanto a necessidade de se promover novas atitudes que propiciem em qualidade no estilo de vida, de se incorporar no cotidiano do profissional a atividade física.

A significação das palestras Segurança do Trabalho e programa de Prevenção de Riscos Ambientais abordagens abaixo, foi imprescindível para desenvolvimento da pesquisa, haja vista que trata-se do problemática que envolve os associados, agricultores da APOBV que manifestaram dados concernentes a ocorrência de acidentes de trabalho.

- **Segurança do Trabalho**

> Ministrantes: Tereza Cristina/Técnica de Segurança do Trabalho Cantanila Araújo, realizada no dia 19/11/2019, carga horária: 1h30, nº de participantes 19.

O conteúdo da palestra abordou sobre o conceito e definição, objetivos e propósito; sobre a Constituição Federal nos seus princípios fundamentais que garante o direito a condições adequadas de vida e trabalho, exercer as nossas atividades com segurança e toda situação contrária fere a legislação e precisa ser recusada e denunciada; situações de risco no ambiente laboral, jornadas prolongadas, ritmos excessivos de trabalho, condições inadequadas de trabalho, equipamentos e máquinas sem condições de uso, atividades insalubres, periculosas ou penosas precisam ser eliminadas ou neutralizadas por meio da adoção de práticas seguras para que o trabalho possa ser executado com segurança sem comprometer a vida e a saúde dos colaboradores.

Abordagem referente às Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao capitulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.; comentou-se sobre as atividades insalubres e atividades periculosas, bem como sobre acidente de

trabalho ocorrido por negligência, imprudência ou imperícia.

Para Schneider et al (2016, p. 6), os acidentes de trabalho podem ocorrer casualmente, mas podem ser evitados através de programas preventivos e profiláticos, de acordo com o autor, a segurança no trabalho está voltada para a prevenção de doenças e acidentes relacionados com o trabalho além da administração de riscos ocupacionais. Acidente de Trabalho provoca lesão corporal ou perturbação funcional podendo causar morte, perda ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Entrevistado codificado de E24 relatou que durante a realização da colheita o açaí, estava usando EPI, bota e luva, mas antes de subir retirou as botas e descalço ao dirigir-se ao açaizeiro foi picado por uma cobra surucucu. Ressaltou que se sente desconfortável com o uso de EPI, mas diante da ocorrência evita realizar as atividades sem esse equipamento.

- **PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais:**

> Ministrantes: Técnica de Segurança do Trabalho Cantanila Araújo/Tereza Cristina, realizada no dia 19/11/2019, carga horária: 1h30, nº de participantes 19.

Ministração foi realizada pela Técnica de Segurança Cantanila Araújo e por esta discente, o conteúdo enfatizou sobre o que são riscos ambientais, os 5 grupos que compõem: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentes. Controle de riscos ambientais através da utilização de Equipamento de Proteção Individual - EPI, sobre o Norma Regulamentadora - NR 6 que regulamenta o uso do EPI, tipo de EPI, sua importância, as consequência do não uso; alinhado a essa temática apresentamos um gráfico obtido com os dados da entrevista que demonstram as dificuldades e os problemas de saúde que os entrevistados apontaram com a execução dos trabalhos. Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, tipo de EPC, definição. Tratamos sobre Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através da norma regulamentadora NR 05, pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e atualizada pela Portaria SIT n.º 247, de 12 de julho de 2011, objetivo, por fim apresentamos imagens de trabalhadores rurais devidamente equipados para o trabalho com segurança e um trabalhador sem equipamento de proteção, desprotegido.

Convém ressaltar que a ministração das palestras correlaciona com a menção de Begnini & Almeida (2015, p. 2539) que enfatiza:

> As mudanças interferiram diretamente na qualidade de vida do trabalhador rural. Tem-se ocasionado aumento da exposição a inúmeros agentes físicos (radiação solar, descargas elétricas, temperaturas extremas, frio, calor, ruídos), químicos (adubos, agrotóxicos, medicamentos), biológicos (animais peçonhentos, vírus, bactérias), mecânicos (ferramentas diversas, máquinas,

tratores, serras elétricas, foices, facões) e ergonômicos (longas jornadas, ciclos de trabalho intensivos).

Aliado ao comentário e com os dados obtidos denota-se que a ministração das palestras, são temáticas voltadas às áreas rurais, em que os trabalhadores realizam suas atividades sem carteira assinada e de acordo com os autores (p. 2540), são trabalhadores proprietários da terra, onde ocorrem muitos acidentes de trabalho que não são notificados, "essa realidade aponta para a falta de informações atuais, investigações dessa natureza são incipientes no meio científico, podendo também subsidiar a criação de políticas públicas capazes de prevenir, reduzir e/ou eliminar acidentes".

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ALTERNATIVAS PARA UM PROCESSO DE COLHEITA DO AÇAÍ SEGURO E QUE PROPORCIONE QUALIDADE DE VIDA E ECONOMIA

Tendo em vista que a pesquisa aborda sobre segurança do trabalhado e com vista à prevenção de acidentes de trabalho junto aos agricultores produtores e coletores de açaí, realizamos uma consulta junto aos associados da APOBV durante a realização do DRP no dia 19/11/2019 quanto ao método de colheita do açaí.

Ressaltou-se sobre a Norma Regulamentadora 31 de acordo com (MTE), seus objetivos a serem observados, haja vista que estabelece preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.

Notadamente, a menção de Maia et al (2012, p. 1135), foi necessária pois enfatiza que apesar dos ganhos com a comercialização de produtos, e com isso oferta de empregos, traz consigo uma preocupação, "os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que podem ocorrer em diversos ambientes e afetar qualquer trabalhador, trazendo para eles consequências como a interrupção temporária das atividades laborais e até a morte".

Sendo assim, não basta focarmos somente para os ganhos com a comercialização de produtos, e o crescimento na oferta de empregos, haja vista que a comercialização do açaí se encontra em alta no mercado nacional e internacional, além do próprio consumo pelos coletores.

Aliado ao fato do contexto abordado e de acordo com Mendes & Paes (2019, p. 177-178), o peconheiro desenvolve atividades "das mais perigosas do Brasil e com um grau de precariedade elevado, o salto entre as árvores, para evitar a descida e outra subida, foi considerado como o ato mais perigoso de acordo com TRT da 8ª Região/Instituto Peabiru.

Convém ressaltar, que essa atividade Segundo os autores ocasionará com o tempo "consequências à saúde decorrentes do grande esforço físico necessário para subir no

açaizeiro, inclusive, não é incomum que esta árvore quebre com a subida". A maioria dos prejuízos à saúde do trabalhador acontece nos pés e pernas.

Maia et al (2012, p. 1135), enfatizam que segundo a "Organização Internacional do Trabalho - OIT, o setor rural é uma das atividades de maior índice de acidentes no mundo, ao lado da construção civil e mineração", além disso, comentam ainda que:

> Preocupações sobre as condições de segurança no trabalho rural são tanto recentes como de extrema relevância para o país, o que reforça a necessidade de estudos que permitam verificarem quais condições os trabalhadores rurais estão exercendo suas atividades, de modo que, diante de possíveis não conformidades, possam ser feitas sugestões e intervenções que contribuam para um melhor conforto, segurança e qualidade de vida desses profissionais. Portanto, torna-se clara a necessidade de conhecer melhor as condições dos ambientes de trabalho do setor rural.

Neste sentido, o contexto emergiu visando contribuir para o conhecimento dos sujeitos quanto aos métodos de colheita do açaí, para tanto se fez necessário questionarmos: **o método tradicional de colheita utilizando a peconha para subir no pé do açaizeiro é um método seguro e proporciona qualidade de vida e economia?**

A partir do questionamento, apresentamos dois vídeos para serem analisados e que tratam sobre "Coleta do açaí-solteiro no lago do Calado, Manacapuru, AM., usando a Palmhaste (2), acesso: https://www.youtube.com/watch?v=QTu7JzGYkBo, outro vídeo aborda sobre a Máquina Colhedora de Açaí, acesso: https://www.youtube.com/watch?v=cdBcmlV9SS4.

Foi um momento impactante, causando curiosidade para alguns associados, no entanto, o associado codificado por E23 questionou:

> "**eu já tinha conhecimento sobre esses métodos de colheita, mas assim, o peconheiro perde muito tempo com isso, eles não querem perda pra eles, eles optam pela forma tradicional sem utilização do EPI, é claro que os EPI´s traz segurança pra eles, por isso que a gente vai acompanhando de perto o processo deles da coleta pra ver o que dá pra melhora e pra criar pra eles em relação aos EPI´s, estamos desenvolvendo mais roupas, camisas, antebraço, as capas pra facas por que isso é muito variável também, alguns utilizam faca pequena outros facão, isso é muito minucioso cada região tem uma forma de utilização desses equipamentos deles, agente tenta chegar mais próximo possível das necessidades deles, teve locais que eles tiveram ataque de abelhas".**

Com isso, o entrevistado informou que já vem colaborando junto com outros dois associados para pesquisa de campo com designers polonesas, inclusive enfatizou que o método tradicional demanda de pouco tempo para a subida e colheita do cacho do açaí, além do que deveria ser levado em consideração o investimento financeiro com as novas técnicas, no caso dos agricultores seriam um gato a mais, haja vista que os mesmos com

poucos recursos não teriam condições de comprometer seus recursos financeiros, além do tempo que leva pra realizar a colheita dos cachos".

Por sua vez, o entrevistado D1 disse ser importante para a APOBV o investimento mais aprofundado sobre Segurança do Trabalho e Prevenção de Riscos Ambientais, a fim de que possam ter conhecimento sobre que tipo de Equipamento de Proteção Individual - EPI e EPC a associação deve adquirir e investir junto aos associados, além da importância de se firmar parceria com o IFPA Campus Castanhal para ter acesso aos cursos realizados junto ao Setor de Agroindústria, bem como, Manejo do Açaí, Tratos Culturais, e o ingresso de agricultores nos cursos técnicos.

Finalizando, diante das informações colhidas e das manifestações pautadas, o método tradicional de colheita do açaí continua sendo acompanhado pelo grupo de designers polonesas e por dois associados da APOBV, mas firmamos o compromisso junto a Diretoria da APOBV da elaboração de um Manual de Boas Práticas de Segurança no Trabalho Rural a ser repassado para a associação, visando contribuir, principalmente, ressalvando a segurança no trabalho e prevenção contra acidentes de trabalho no laborar dos colhedores de açaí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DADOS: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE

Para a organização de todo material obtido através da coleta dos dados optou-se pela demonstração por meio de etapas: na **1ª Etapa** - pesquisa documental dedicou-se às informações sobre a criação da APOBV e seu estatuto e do levantamento de dados sobre os associados; na **2ª Etapa -** observação e registro fotográfico se referem à infra-estrutura da sede, maquinários e equipamentos; e na **3ª Etapa** entrevistas (perguntas abertas e fechadas) direcionadas à diretoria e aos associados a fim de complementar as informações obtidas nas duas primeiras etapas. Todos esses procedimentos constituíram-se em movimentos da pesquisa exploratória de caráter qualitativo, sob a técnica de análise de conteúdo. Apoiando-se em Moraes (1999, p. 4), para estabelecer aspectos mais específicos da metodologia como:

a) preparação das informações momento em que se realizou uma pré-análise dos dados obtidos, com a finalidade de torná-los operacionais; nesse momento, foi elaborado um roteiro de perguntas e codificação, através de letras e números, que fim de torná-los operacional, foi feita a seleção por roteiro de perguntas e codificação através de letras e números, que permitiu identificar cada elemento da amostra das manifestações obtidas durante a entrevista. Os códigos atribuídos aos entrevistados foram feitos através de ordem alfabética de acordo com o Quadro 16 abaixo.

Códigos	Entrevistados
ROTEIRO 1	
ED1	Membro da Diretoria
ED2	Membro do Conselho Fiscal
ROTEIRO 2	
EA1 a EA23	Associados agricultores
Total	25

Quadro 16 - Codificação dos entrevistados da APOBV

Fonte: Elaborado pela autora com base em Moraes (1999).

b) Unitarização: para obtenção dos dados fidedignos foi feita a re-leitura das informações contidas nas manifestações dos entrevistados de acordo com os roteiros, a partir de então foi definido como unidade de análise as palavras e frases que versam sobre a problemática, correlacionadas aos objetivos, sendo assim a menção das manifestações foram imprescindíveis para a proposição da pesquisa.

c) Categorização: consistiu em agrupar dados considerando sua semelhança, dados

identificados pela sua relevância, os quais foram agrupados e vinculados a temática abordada, atendendo ao critério de objetividade e fidedignidade.

d) Resultados: esta etapa da metodologia da análise de conteúdo apresentado nos itens seguintes que foram colhidos nas entrevistas abertas e fechadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscou-se entender a temática segurança no trabalho no contexto da APOBV, levando em consideração a problemática do trabalho precário dos coletores de açaí (peconheiros), e os riscos a que estão expostos esses trabalhadores. Toma-se como referência, Dublay (2018, p. 3) que enfatiza sobre a importância de se aprofundar estudos sobre o trabalho desses sujeitos:

> [...] entendemos que devíamos aprofundar sobre o processo de trabalho do peconheiro, partindo da hipótese de que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia não levam em consideração as especificidades locais, a academia e a sociedade ignoram o processo de trabalho do peconheiro tornando-os sujeitos invisíveis socialmente no interior da cadeira produtiva do açaí.

Os dados coletados durante as etapas constituíram o Diagnóstico Rural Participativo– DRP, os quais contribuíram para a Qualificação e a Construção Coletiva de Alternativas para um Processo de Colheita do Açaí Seguro e que proporcione Qualidade de Vida e Economia, que por sua vez compõe os objetivos específicos desta pesquisa conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Detalhamento dos Objetivos Específicos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As informações contidas no anel externo dos circulos contribuem para a idéia central, na medida em que estão ligados por meio de dados que auxiliaram na execução destas, formando uma unidade.

DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

O DRP foi primeiro objetivo específico abordado, construído com os dados obtidos da pesquisa documental, da observação e aplicação de entrevistas correspondentes ao Roteiro 1 e Roteiro 2, como mostra-se neste item.

Foi realizada uma coleta de dados sob a forma de entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas, implementada por meio de dois roteiros: Roteiro 1 destinado aos membros da diretoria da APOBV e o Roteiro 2 direcionado a 25 associados, além das entrevistas informais com 1 membro da diretoria e um associado, conforme Quadro 16.

Resultados das Entrevistas do Roteiro 1

Neste roteiro trata-se das informações obtidas em entrevista aplicada aos membros da diretoria da APOBV codificados em ED1 e ED2, cujas categorias temáticas abordam as **ações de gestão sobre segurança no trabalho; conhecimento de Normas Regulamentadoras – NR; segurança no trabalho; acidentes, cursos.**

Dentre os entrevistados um faz parte da presidência, e outro compõe o Conselho Fiscal, os quais estão na faixa etária de 46 a 57 anos, possuem escolaridade Fundamental incompleto e 2º Grau completo, consideram-se agricultores e residente na Comunidade de Boa Vista.

Ações de gestão sobre Segurança no Trabalho

Questionado os entrevistados se: **A Associação implementa** ações voltadas a segurança no trabalho junto aos associados? Os entrevistados D1 e D2 responderam que sim. **Quais as ações voltadas de segurança no trabalho são realizadas?** O Entrevistado ED1 manifestou que são implementadas “formações e capacitações”, por sua vez o ED2 citou que “a APOBV adquiriu EPI´s, botas e luvas”, que segundo os entrevistados a aquisição desses equipamentos decorreu da capacitação que os mesmos participaram.

Verifica-se que, nesse caso, que já existe um compromisso dos associados, em especial, da diretoria, com a implementação de boas práticas de segurança e qualidade de vida no laborar dos trabalhadores. Pois o uso de EPI´s é uma estratégia de gestão que visam à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho de produção rural.

Oliveira et al (2010, p. 481) enfatizam que “a implantação de sistemas de gestão específicos (qualidade, meio ambiente, segurança e saúde do trabalho, responsabilidade

social, etc.), nas organizações objetivam o aumento da qualidade de produtos e serviços". Eles discorrem que o mundo globalizado mercadológico tem contribuído para aumento considerável da competitividade, impondo às organizações a busca continua por novas ferramentas de gestão com vistas a melhoria de seus processos.

Gonçalves Filho et al (2011, p. 2), as "abordagens que integram segurança do trabalho, ambiente e cultura representam na atualidade um grande desafio para melhorar os ambientes de trabalho e reduzir acidentes.

Comentam ainda que a "cultura organizacional influencia as atitudes e o comportamento dos indivíduos e dos grupos dentro das organizações, consequentemente, influencia as atitudes e o comportamento destes com relação à segurança do trabalho".

Nota-se que a cultura organizacional causa impacto a segurança do trabalho e é fundamental para o entendimento de como esse impacto acontece em prol de agenciar intervenções na cultura organizacional assim que for necessário, para que segurança do trabalho seja uma prioridade.

Normas Regulamentadoras

A OIT considera o setor rural uma das atividades de maior índice de acidentes no mundo. Por essa razão, em 1921, realizou diversas Convenções[1] referentes às atividades agrícolas, a segurança e saúde no desenvolvimento do trabalho" (MAIA, 2012, p. 1135)

Maia (idem) enfatiza sobre a Lei nº 5.889 de 08 de junho de 1973, que regulariza o trabalho rural e o artigo 13 determina que haja nos locais de trabalho rural, observação das normas de segurança e higiene, constituídas por meio de Portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a qual o Brasil tem por obrigação, na medida em que ratificou a referida lei, a qual é constituída por meio de Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Ressalta-se que este MTPS, através da Portaria nº 3.067 de 12 de abril de 1988, sancionou cinco Normas Regulamentadoras Rurais - NRR, relativas à segurança e higiene do trabalho rural. Com isso, os trabalhadores do campo passaram a ter uma legislação específica que contemplasse as necessidades inerentes às suas atividades, porém com o passar dos anos foram questionadas quanto ao seu conteúdo, que apresentava limitações e não atendendo as necessidades do trabalho.

Em razão das limitações, os autores comentam, que em 2005, as Normas Regulamentadoras Rurais foram revogadas e entra em vigor a NR 31-SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO

---

1. Convenções\; C 011 - CONVENÇÃO N. 11 - Direito de Sindicalização na Agricultura. Aprovada na 3ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1921), entrou em vigor no plano internacional em 11.5.23. C 012 - Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultur. Aprovada na 3ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1921), entrou em vigor no plano internacional em 26.2.23.

FLORESTAL E AQUICULTURA através da Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005, publicada no D.O.U. em 04/03/05; alterada pela Portaria MTE n.º 2.546, de 14 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U. em 16/12/11, e pela Portaria MTb n.º 1.086, de 18 de dezembro de 2018, 19/12/18 (DOU).

Levando em consideração as condições de segurança do trabalho no meio rural, foi necessário analisarmos a finco sobre as normas regulamentadoras que direcionavam os preceitos voltados à segurança do trabalho no meio rural, de forma a subsidiar com orientações acerca da prevenção aos riscos inerentes ao meio ambiente do peconheiro, e com isso, meditar em quais condições esses trabalhadores executam suas atividades, e a partir dos dados colhidos, contribuircom sugestões para asegurança e qualidade de vida desses trabalhadores.

Para atender a realidade dos sujeitos da pesquisa, optamos pela NR 9 e NR 31, pelos preceitos que tratam sobre Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; e Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultua, Exploração Florestal e Aquicultura.

Desta forma, a fim de verificar como a APOBV tem encaminhado as normativas sobre segurança no trabalho agrícola obteve-se como respostas aos questionamentos relativos à problematização da segurança no trabalho dessa organização social.

Ao questionar se a **Associação tem conhecimento sobre a Norma Regulamentadora 31 que objetiva estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho?** Ambos os respondentes manifestaram que não.

A NR 31 foi publicada através da Portaria MTE nº 86, de 03/03/2005, DOU de 04/03/2005, e alterada através da Portaria MTE nº 2.546, de 14/12/2011, DOU de 16/12/2011, e Portaria MTE nº 1.086, de 18/12/2018, DOU de 19/12/2018.

Elencamos abaixo os preceitos que visam garantir segurança aos trabalhadores do campo, sintetizando da NR 31 os itens correlatos a saúde e meio ambiente do trabalhador rural.

31.1. Objetivo

É de suma importância a menção sobre a NR 31 pela sua objetividade que visa estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aqüicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.

31.2. Campo de Aplicação

31.3. Disposições Gerais -Obrigações e Competências – Das Responsabilidades

31.5. Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural

31.10. Ergonomia

31.11. Ferramentas Manuais

31.12. Máquinas, Equipamentos e Implementos

31.19. Fatores Climáticos e Topográficos

31.20. Medidas de Proteção Pessoal

31.23. Áreas de Vivência

Compreendemos que a orientação da normativa tem como finalidade garantir que os empregadores, no caso em apreço, a APOBV aprovisione condições aos trabalhadores rurais através da análise do ambiente referentes aos riscos ambientais e os acidentes de trabalho, estabelecendo medidas para controle dos riscos no intuito de preservar a saúde e a integridade física dos seus associados no trabalho rural, listamos no Quadro 17 as competências do empregador e do trabalhador rural.

Compete ao Empregador Rural	
Preceitos	Garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, definidas nesta Norma Regulamentadora, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade e as características de cada região, desde que não acarrete riscos à saúde e segurança do trabalhador, alterada pela Portaria MTb n.º 1.086, de 18de dezembro de 2018.
	Realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e, com base nos resultados, adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde
	Promover melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores.
	Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho.
	Assegurar a divulgação de direitos, deveres e obrigações que os trabalhadores devam conhecer em matéria de segurança e saúde no trabalho.
	Adotar os procedimentos necessários quando da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho.
	Assegurar o fornecimento aos trabalhadores de instruções compreensíveis em matéria de segurança e saúde, bem como toda orientação e supervisão necessária ao trabalho seguro.
	Adotar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a seguinte ordem de prioridade: 1.eliminação dos riscos; 2.controle de riscos na fonte; 3.redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação; 4.adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco.
Compete ao Trabalhador Rural	
Preceitos	Cumprir as determinações sobre as formas de seguranças de desenvolver suas atividades, especialmente quanto às Ordens de Serviço para esse fim.
	Adotar as medidas de proteção determinadas pelo empregador, em conformidade com esta Norma Regulamentadora, sob pena de constituir ato faltoso a recusa injustificada.
	Colaborar com a empresa na aplicação desta Norma Regulamentadora.

Quadro 17 – Competências relativas às responsabilidades do empregador e do trabalhador rural.

Fonte: Elaborado pela autora com base NR 31.

Notadamente, a NR 31 enfatiza sobre a importância de treinamentos sobre segurança nos ambientes, haja vista a utilização de máquinas e implementos agrícolas, e equipamentos, usados durante as atividades, além das competências relativas ao empregador e aos trabalhadores para o cumprimento dos preceitos elencados anteriormente.

Em relação à pergunta: se a **Associação tem conhecimento sobre a Norma Regulamentadora 9, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de**

riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais?

O entrevistado ED1 respondeu sim, e o ED2 respondeu não. **Em caso da resposta for sim, como obteve conhecimento?** O D1 respondeu que “Foi uma capacitação sobre Tucumã, para a prevenção do trabalho de campo que atendeu de forma superficial”.

A NR 9 aborda sobre a implementação do **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA** pelos empregadores e instituições, conforme item 9.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

No entanto, ressalvamos a importância dos membros da diretoria deter esse conhecimentoa titulo informativo, devido às implicações do ambiente de trabalho, onde existem riscos ambientais, conforme menciona o item 9.1.5. Para efeito desta NR, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

Ademais, a relevância no contexto do item 9.3.5.5. A utilização de EPI no âmbito do programa deverá considerar as Normas Legais e Administrativas em vigor e envolver no mínimo: a) seleção do EPI adequado tecnicamente ao risco a que o trabalhador está exposto e à atividade exercida, considerando-se a eficiência necessária para o controle da exposição ao risco e o conforto oferecido segundo avaliação do trabalhador usuário; b) programa de treinamento dos trabalhadores quanto à sua correta utilização e orientação sobre as limitações de proteção que o EPI oferece; c) estabelecimento de normas ou procedimento para promover o fornecimento, o uso, a guarda, a higienização, a conservação, a manutenção e a reposição do EPI, visando garantir ascondições de proteção originalmente estabelecidas; d) caracterização das funções ou atividades dos trabalhadores, com a respectiva identificação dos EPI’s utilizados para os riscos ambientais.

Buscou-se saber: **Com base nos objetivos das normas regulamentadoras, considera importante a segurança no trabalho?** Os entrevistados manifestaram: ED1 “É um meio de se prevenir sobre os acidentes”; e ED2 “Muito bom a segurança no trabalho no desenvolvimento das atividades”.

Mesmo diante das manifestações dos entrevistados, entendemos ser necessário que a diretoria da APOBV esteja ciente das diretrizes da NR 31 direcionadas aos

empregadores,por se tratar de uma associação, sendo portanto uma questão de conscientização, haja vista que cabe a mesma: “Garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, definidas nesta Norma Regulamentadora, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade e as características de cada região, desde que não acarrete riscos à saúde e segurança do trabalhador; (Alterada pela Portaria MTb n.º 1.086, de 18de dezembro de 2018”; assim como, de “Assegurar o fornecimento aos trabalhadores de instruções compreensíveis em matéria de segurança e saúde, bem como toda orientação e supervisão necessária ao trabalho seguro”.

Diante do contexto abordado, não se pode mencionar trabalho sem dar importância às normas e preceitos legais em que estão embutidas temáticas sobre segurança no trabalho, inclusive a relevância da implementação NR 31 aborda anteriormente.

Segundo Maia (2012, p. 1135), a implementação da NR 31 denota “preocupações sobre as condições de segurança no trabalho rural são tanto recentes como de extrema relevância para o país”, inclusive enfatiza, que as condições de segurança no trabalho rural robustece a importância de estudos que consintam analisar em quais condições os trabalhadores rurais estão exercendo suas atividades a fim de que, perante possíveis não conformidades, sugestões e intervenções venham ser feitas e contribuam em prol de um melhor conforto, segurança e qualidade de vida desses profissionais.

Acidente

Com relação à temática dos acidentes e qualidade de vida no trabalho, Vieira (2014, p. 37), esclarece que qualquer que seja um sistema de produção, “... não é sustentável quando o ambiente do laborar dos trabalhadores não é seguro e saudável, cause mortes, mutilações e doenças da força de trabalho”.

De acordo com o autor, o homem para deter uma boa qualidade de vida, “necessita conviver em um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo que uma das unidades principais desse conjunto é o ambiente do trabalho, no qual o homem passa a maior parte do seu dia útil”.

Nesse sentido, pelo fato do trabalho está inserido no ambiente geral, é improvável alcançar um ambiente equilibrado e sustentável se o local em que o trabalhador executa suas atividades for menosprezado, inclusive, a qualidade de vida não pode ser galgada sem que o trabalhador tenha qualidade no laborar do seu trabalho.

Aborda-se, nesse aspecto, quanto ao fato de se **Tem conhecimento sobre caso(s) da ocorrência de algum tipo de acidente de trabalho com os associados ou com alguém que conhece? Se a resposta for sim, como ocorreu o caso? É frequente a ocorrência de acidente durante a realização do trabalho?** ED1 manifestou “sim, queda de açaizeiro e picadas de cobras”, ED2 ”picada de cobra e queda de açaizeiro”.

De acordo com o relato dos entrevistados, acidentes ocorreram tanto com os associados e com os agricultores que residem na Comunidade de Boa Vista do Acará de acordo com o Quadro 11 (p. 74) e Gráfico 12 (p. 75). A princípio quando ocorrem acidentes, o agente de saúde é acionado a fim de prestar os primeiro socorros, e depois são realizados os encaminhamentos necessários.

No entanto, convém ressaltar a importância de conhecimento sobre EPI e o uso do equipamento pelos associados, de acordo com o Gráfico 13 (p. 75), 30% dos associados não sabem o significado de EPI, ao contrário de 70% que tem conhecimento sobre o equipamento, além do que, alguns relataram que: “Não utilizei, mas sim usaria. É importante conhecer”; “Não utilizei ainda, sim utilizaria, gostaria de usar pra proteger”; “Não uso. Usaria sim, é importante”; “Eu não possuo esse equipamento, é muito importante”; “Já usei, considero muito importante”.

É de suma importância dotar de conhecimento os associados e a diretoria da APOBV disponibilizar EPI aos associados como um todo, haja vista que necessariamente a diretoria deverá implementar qualificação e sensibilizar os associados no sentido de conscientizá-los quanto as observâncias do trabalho com segurança, nada mais de que uma estratégia e compromisso de gestão em prol da saúde e qualidade de vida de seus partícipes.

E nada mais que, “o trabalho em equipe gera uma ação unificada, pois é parte de um todo, não podendo ser visto sob uma lógica de segmentação nem isolamento decada ação ou área de conhecimento” (BARBOSA, 2006, p. 64).

De acordo com Vieira (2014, p. 14), “os acidentes de trabalho têm uma dimensão social extremamente importante, sendo um problema central nas sociedades contemporâneas. Mitigar estes fenômenos requer um aprofundamento do conhecimento científico da cultura de segurança”.

Nesse aspecto, a de se convir, que de acordo com Dudley (2018, p. 154) os coletores de açaí (peconheiros) “durante a coleta do açaí estão sujeitos aos riscos de acidentes, do corte do cacho, quando o terçado desprende do cós do short ou quando a palmeira se curva, quebra e o peconheiro cai de uma altura de mais de 20 metros”.

A autora comenta, ainda, com relação aos riscos de acidentes leves, detectou que os mesmos ocorrem na mesma intensidade que outros processos de trabalho que demandam de atividade repetitiva, e requer força ou desgaste energético, “as condições climáticas são determinantes, devido à inexistência de equipamentos de proteção específicos, pela atividade ser realizada por jovens e inexperientes e há celeridade para a conclusão da tarefa do dia”.

Equipamento de Proteção Individual - EPI

Em relação ao Equipamento de Proteção Individual – EPI perguntado se a

Associação disponibiliza aos associados? ED1 e ED2 responderam "sim, botas, luvas.

Quanto a **Associação implementa (realiza) cursos, formação para os associados?** O entrevistado ED1 manifestou quem "sim, através de alguns associados que visam multiplicar as informações obtidas nos cursos de capacitações e formações", e ED2 "que sim, Segurança do trabalho".

De acordo com Tosmann (2019) os EPI´s são essenciais em qualquer atividade [...], dentre os benefícios está em primeiro lugar, à saúde e segurança do trabalhador – por meio da proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais.

O Ministério do Trabalho instituiu a Norma Regulamentadora 6 – NR 6 e o item 6.1 considera como EPI todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

A primazia de uso do EPI dá-se em prol de garantir a saúde e a proteção do trabalhador, evitando episódios que venham incorrer em casos de acidentes de trabalho. Por quanto a NR 6 determina que os EPI´s sejam providos de forma gratuita ao trabalhador desempenhar suas atividades, e estes façam o uso adequado dos equipamentos de proteção individual, pois devem usar durante todo o expediente de trabalho, seguindo todas as determinações da organização.

Cursos

Para finalizar a entrevista, foi indagado aos entrevistados: **Diante da proposta do projeto de pesquisa da entrevistadora, concordaria com a realização de cursos (formação) sobre segurança do trabalho e qualidade de vida, com dinâmicas e práticas e visitas técnicas?** O entrevistado – ED1 e ED2 manifestaram que gostariam de participar das atividades propostas.

A capacitação simples, mas feita por instituições e profissionais de qualidade, permitem certificar tanto para as melhorias das condições de trabalho, assim como, atribui maior renda.

Cunha (2012, p. 13-14) comenta que "o setor agrícola no Brasil sempre foi historicamente marginalizado, em razão da herança colonial do país, como do processo de modernização desigual da agricultura brasileira, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 60". A instituição desse processo incorreu um modelo de desenvolvimento agrícola historicamente desigual. Nesse contexto, o trabalho rural passou a ser considerado "desqualificado, sem necessidade de treinamentos específicos mais aprofundados, ao contrário do trabalho urbano-industrial que sempre exigiu alguma formação e constante aperfeiçoamento dos trabalhadores".

De acordo com a autora, à situação do pequeno produtor ser descapitalizada, os investimentos em formação profissional não estavam focados para esse trabalhador rural,

haja vista que o aprendizado era passado de pai para filho ou de técnicos do governo que ensinavam novas técnicas, por meio de projetos de extensão rural.

Nesse sentido, quando se procurou saber sobre a implementação de curso (formação) sobre segurança do trabalho e qualidade de vida, com dinâmicas e práticas e visitas técnicas, como condição indispensável e imprescindível a valorização, tanto em razão da baixa qualificação dos agricultores considerados como desqualificados, sem necessidade de treinamentos específicos mais aprofundados. Neste aspecto pode-se perceber que há um preconceito em relação ao trabalho simples, visto que o saber ancestral é desvalorizado.

O investimento através da capacitação e o desenvolvimento dos profissionais, no caso os agricultores/associados é um diferencial para a APOBV e a valorização desses associados, considerando a contribuição com a execução de suas atividades, mas também um benefício próprio do trabalhador associado e para a comunidade local. Assim, quando se questionou sobre:

A Associação implementa (realiza) cursos, formação para os associados? O entrevistado ED1 manifestou que "sim, através de alguns associados que visam multiplicar as informações obtidas os cursos de capacitações e formações", e ED2 "que sim, segurança do trabalho".

Para desconstruir a imagem do trabalho rural considerado "desqualificado, sem necessidade de treinamentos específicos mais aprofundados, se faz necessário uma estratégia de gestão da APOBV em investir em seus associados através de capacitação, assim como, incentivar aqueles que ainda não concluíram os estudos a nível fundamental e médio, pois cabe reconhecer em se tratando aos contratos pactuados, a associação exerce atividades rurais vinculadas a negócios (financeiro) e para executar as atividades a contento, para tanto o investimento propiciará o associado a ter conhecimento de novas técnicas, aumentando a sua capacidade para exercer melhor as suas atividades.

A autora enfatiza que se deve levar em consideração que produtor rural ou proprietário rural detém unidades de produção como um empreendimento de negócios, por conseguinte, precisa compreender que produzir é só uma parte do seu negócio, e enquanto ele mantiver esta visão de produtor rural ficará limitado à produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS DO ROTEIRO 2

Associados

Os associados foram entrevistados e identificados com o código AE1 a AE23 deste roteiro. Foram entrevistados 19 homens e 5 mulheres, com faixa etária entre 30 a 60 anos, 83% residentes na Ilha do Combú em frente a comunidade, 13% as proximidades do

Igarapé Genipauba e 4% na referida comunidade. O grau de escolaridade dos mesmos compreende que 23% possuem 2º grau completo; 4% não concluíram o 2º grau; 41% possuem 1º grau completo e 32% não concluíram 1º grau.

Para a realização das entrevistas a APOBV viabilizou o quantitativo de homens e mulheres em razão das atividades que os associados estavam realizando, haja vista que um quantitativo estava em meio às tarefas, não sendo possível abarcar um quantitativo maior e sim com a disponibilidade que nos foi concedida.

Quanto às atividades executadas, 26% afirmaram que trabalham diretamente com açaí, assim como, 26% com açaí, porém agregando outras atividades, farinha e agricultura em geral, e 48% com açaí, pataqueira[2], priprioca[3], estoraqui[4], farinha de mandioca e hortaliças. Eles identificam-se como agricultores que desempenham suas atividades de associados da APOBV por tarefas. De acordo com as deliberações nas assembléias e reuniões da associação, a comercialização da produção (priprioca, pataqueira, estoraque, ervas medicinais e aromáticas), dos associados ocorre visando atender os contratos firmados com várias empresas. A produção ocorrida nas unidades das famílias dos associados são destinadas tanto para consumo próprio como para comercialização, particularmente, açaí, farinha de mandioca e hortaliças.

A situação dos Associados quanto às Problemáticas Abordadas

A partir de então, os resultados serão apresentados de acordo com as categorias: Acidentes, Segurança no Trabalho, Equipamento de Proteção Individual - EPI, enfatizando a problemática da pesquisa, o que se fez necessário restringirmos o enunciados dos dados coletados.

Acidentes – o Gráfico 16 abaixo apresenta as frases categorizadas por similaridade de palavras, as quais foram respondidas pelos Associados Entrevistados - AE, e contidas nos Gráfico 11 e 12 constantes nas p. 70 e 72 desta pesquisa, que refletem o posicionamento de 65% dos entrevistados os quais abordam sobre ocorrência de acidentes de trabalho.

Com base nos dados levantados construiu-se o diagrama com os recursos do Software NVivo 11, através técnica de Analise de Cluster, para classificar os elementos em grupos, dentro de um mesmo **cluster** aqueles muito parecidos, e os elementos nos **clusters** diferentes são distintos entre si, inclusive as cores refletem a similaridade com a ocorrência, sendo assim, quanto mais próximos mais similaridades tem entre eles.

2. Pataqueira: Nome científico Conobea scoparioides. (COSTA, 2014).
3. Priprioca: Nome científico Cyperus articulatus L. (NICOLI, 2016).
4. Estoraque: Nome científico Styrax ferrugineum Martius. (FENNER, 2006).

Gráfico 16 - Diagrama das palavras categorizadas por similaridade

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Portanto, diante desses dados colhidos e do comentário da autora, a **vulnerabilidade desse trabalho propicia à ocorrência de acidentes de trabalho (quedas, picada de insetos, doenças ocupacionais dentre outros), muitas vezes pela falta de EPI adequados, vestuário inapropriado** e **ferramentas artesanais**, para a execução dessa atividade tão importante para a economia regional, Peabiru (2016, p. 13, 44) enfatiza que:

> A questão do trabalho precário na cadeia de valor do açaí nunca fora tratada com talamplitude como no presente estudo. O que mais chama a atenção é o grau de precariedade daatividade. Ao mesmo tempo, fica patente como medidas simples podem diminuirsignificativamente os riscos. Estas medidas, certamente, não foram ainda adotadas porque acadeia de valor – desde os atravessadores, industriais, batedores de açaí (processadores locais),atacadistas e varejistas– não se interessam pela condição do trabalho do extrativista (peconheiro)e, ao mesmo tempo, o consumidor desconhece a precariedade do trabalho, deixando depressionar os elos mais fortes da cadeia de valor para exigir menos precariedade no trabalho.

Aliado a essa menção, o Instituto enfatiza as formas de acidentes de trabalho do peconheiro na cadeira do açaí, referindo as partes do corpo humano usualmente afetadas como:

- Cabeça: picadas e ataques de abelhas e cabas (vespas e marimbondos), e ferrada de insetos (lacraias, escorpiões, aranhas etc.). Ataques de aves que nidificam no local, queda de faca (terçado) na cabeça de quem está no chão,

esperando o cacho do açaí;

- Especialmente em relação aos olhos, o maior problema é a sujeição a espetadas das ponta de galhos e folhas;
- Braços: fraturas por conta de queda, escoriações pra descer do açaí, corte nos braços de galhos e folhas;
- Ombros e peito: rasgadura, distensão muscular, causada pelo esforço físico excessivo;
- Costas e nádegas: furo da ponta da faca, furos em função dos tocos das árvores velhas;
- Pernas: cortes, picadas de cobra, ferimento com machado na época do manejo, além do esforço físico de segurar nas árvores, levando ao arqueamento das pernas; e
- Pés: calos, ferradas de peixe arraia, choque do peixe-elétrico (poraquê), picadas de aranha, pisão (pisada forte) em tocos.

Em se tratando de acidente, convém ressaltar sobre as ferramentas que os entrevistados utilizam na execução das atividades com a colheita do açaí: facão, terçado, peçonha, enxada, ancinho, bota, luva, machado, basqueta, lona, cesto, etc..., com exceção da bota, da basqueta e da lona, as demais ferramentas são típicas do modo artesanal, ou tradicional da colheita do açaí, e sem o devido manuseio, como encapar o terçado, o facão, causam danos, conforme citação anterior.

Aliado a esse contexto, perguntou-se: **Se o trabalho que executa traz algum problema, alguma dificuldade? Você tem algum problema de saúde? Senti alguma coisa, como: dor, câimbra, tontura, cansaço, fraqueza etc... Qual?** 35% dos entrevistados afirmaram que não sentem dificuldades e problemas de saúde na execução dessa atividade, porém 65% dos entrevistados manifestaram que sentem problemas de saúde, conforme Gráfico 8 (p. 70), além do que, 13% apresentam problemas de circulação no sangue, 27% sentem dor, câimbra em várias partes do corpo, 20% cansaço, 6% tem como dificuldade o trabalho que exige esforço físico, 7% sentem dificuldade como a lisura para subir no açaizeiro, assim como, 7% apresentam problemas o corpo, e 20% problema de dor de coluna, evidenciando com esses dados a existência de problemas de saúde.

Segurança no Trabalho - diante do quantitativo de problemas relatados anteriormente, a de se mencionar o Gráfico 9 (p. 71), quanto ao quesito **Você já ouviu falar ou tem algum conhecimento sobre segurança no trabalho e qualidade de vida? De que forma obteve o conhecimento?** 83% dos entrevistados afirmaram que possuem conhecimento e destes percentuais, 53% obtiveram conhecimento sobre Segurança no

Trabalho principalmente com capacitação, 21% através de comentários, 11% através de palestra e leitura e 5% dos demais ouviram falar pela televisão, através da participação em curso de manejo do açaí e por uma empresa da Alemanha que esteve na associação.

Apesar dos mesmos confirmarem que possuem conhecimento, é instigante, pois dados anteriormente informados sobre ocorrência de acidentes e problemas de saúde, poderia ter sido evitado se esses conhecimentos tivessem sido aplicados, já que os associados detiveram as devidas informações sobre as implicações do ambiente de trabalho e as ferramentas utilizadas devidamente empacadas.

Neste sentido, Oliveira et al (2012, p. 115) enfatiza que "Na era em que vivemos, era da informação, o conhecimento é o recurso organizacional mais importante para o sucesso das organizações", os autores entendem que a "capacitação dos recursos humanos através do treinamento, motivação, participação dos profissionais nas atividades seja primordial para o sucesso".

Equipamento de Proteção Individual - **EPI** - Outro detalhe observado, foi quanto à manifestação sobre **a importância de trabalhar com segurança no trabalho e ter qualidade de vida**; o Quadro 10 (p. 73) é possível observar que os entrevistados foram unânimes em responder que sim, porém quanto ao posicionamento dos mesmos **se tinham conhecimento sobre o significado Equipamento de Proteção Individual – EPI**, 30% afirmou que não sabia e 70% manifestou que sim, conforme Gráfico 12 (p. 75). Inclusive, o questionamento **Já utilizou alguma vez EPI? Se a resposta for sim, quando e como? Se for não, você usaria durante a realização do trabalho? Considera importante o uso**?

O Quadro 18 reflete as manifestações de 30% dos entrevistados.

Entrevistado	Enunciado
EA3	Já usei, mas acho que não é essencial, uso bota e luva.
EA7	Não utilizei ainda. Sim utilizaria, gostaria de usar pra proteger.
EA9	Não utilizei, Sim usaria. É importante conhecer.
EA12	Não uso. Usaria sim. E muito importante.
EA13	Não. Sim usaria. Acho muito importante o uso.

Quadro 18 – Respostas dos entrevistados referentes à utilização de EPI.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para Schneider et al (2016, p. 5), "a segurança deveria ser mais do que usar "equipamento de proteção pessoal", "desligar a força", "verificar possíveis riscos com o equipamento" e "manter a área de trabalho em ordem". Os autores comentam, que precisa ser algo que os trabalhadores trariam como lema, inclusive, que deveria ser apreciada como uma regra tácita (norma social) que se seguisse independentemente de suas situações.

O conhecimento adquirido em uma capacitação é uma metodologia de informação que abrange preceitos contidos na NR 31 que aborda sobre a organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, ambientes de trabalho, seguros e saudáveis, além de, o cumprimento pela APOBV de fornecer equipamentos de proteção individual (EPI – NR 6) e vestimentas adequadas aos riscos, em conformidade com o disposto na referida norma); haja vista que o EPI é um equipamento de uso obrigatório pois trata-se de resguarda a vida dos coletores de açaí (peconheiros), e sensibilizá-los é uma questão a ser revista pela APOBV que deverá constituir ações de modo a realizar acompanhamento dos seus associados objetivando proteger de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde dos seus partícipes.

QUALIFICAÇÃO

A motivação de implementar a qualificação ensejou a realização de palestras a partir das entrevistas com a indagação: **Você já participou de algum curso ou treinamento sobre segurança no trabalho? Se a resposta for não, gostaria de participar? Sugere algum outro curso que você considera importante?** O Quadro 13 (p. 77) abaixo, expressa a manifestação dos entrevistados:

Código Entrevistado	Respostas obtidas pelos entrevistados
EA1	Não participei. Sim gostaria de aprender mais sobre segurança no trabalho.
EA2	Sim já participei, mas gostaria do curso de qualidade de vida e sobre plantio.
EA3	Sim já participei, gostaria de participar de qualidade de vida e de riscos ambientais.
EA4	Sim participei, gostaria de participar do curso de riscos ambientais.
EA5	Não participei, mas gostaria de participar do curso de segurança do trabalho.
EA6	Sim, do curso qualidade de vida e do curso de computação.
EA7	Não, gostaria sim de participar dos cursos de formações que vocês vão ofertar.
EA8	Não participei, gostaria de participar do curso de capacitação de segurança no trabalho.
EA9	Não participei, se tiver oferta de curso de segurança e qualidade de vida eu quero participar.
EA10	Não participei, gostaria de participar do curso de segurança e qualidade de vida
EA11	Sim já participei, gostaria de participar do curso sobre florestal.
EA12	Não participei, mas tenho interesse em participar de segurança do trabalho e qualidade de vida. Gostaria de participar de manejo do açaí.

EA13	Sim já participei, gostaria de participar de curso referente a agricultura.
EA14	Não participei, mas gostaria de participar dos cursos de formações e capacitações sobre prevenção de acidentes de trabalho.
EA15	Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e também aprender mais sobre manejo.
EA16	Não participei, gostaria de participar dos cursos que serão ofertados e de cursos de manejo florestal e de computação.
EA17	Sim, já participei através da associação, mas sugestão de corte e costura.
EA18	Não participei, gostaria de participar sim dos cursos de segurança do trabalho e de qualidade de vida e de informática.
EA19	Não participei, gostaria de participar do curso de segurança do trabalho, qualidade de vida, cooperativismo, implementos agrícolas.
EA20	Sim participar novamente, para agregar conhecimento, gostaria de participar de outros cursos sim.
EA21	Sim participei dos cursos e gostaria de ter mais um curso de segurança do trabalho.
EA22	Não participei, gostaria de participar de segurança do trabalho.

Quadro 18 – Respostas dos entrevistados referentes à utilização de EPI.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As temáticas trabalhadas nas palestras foram às seguintes: Qualidade de Vida; Segurança do Trabalho; e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, nestas participaram 19 associados de forma dinâmica, interagindo em grupo. Com adendo a qualificação, ressalta-se que durante a oficina Análise da Matriz Swot implementada no DRP, utilizado para analisar a origem do fator interno da associação referente as forças e as fraquezas e o externo quanto as oportunidades e as ameaças. Estas visaram contribuir na elaboração de estratégias para APOBV, focando na melhoria da competitividade e no melhor desempenho dos associados, os quais apresentaram os seguintes posicionamentos.

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 1	**Forças**: aumente cada vez mais nossas parcerias com as empresas. **Fraquezas**: não uso EPI e também não cumpro com as minhas metas. **Oportunidades**: São as oportunidades de cursos de capacitação e as reuniões da associação. **Ameaças**: Medo de perder as parcerias e quando não participo das oficinas em nossa associação.
Participante 13	**Forças**: São as culturas que produzimos. **Fraquezas**: Dar pouco produto. **Oportunidades**: Praticar os cursos que visam ajudar na produção. **Ameaças**: O meio ambiente.

Quadro 19 - manifestação dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por ocasião da realização das palestras foi implementada uma avaliação das atividades desenvolvidas, com isso obtivemos as seguintes sugestões:

Código/ Participante	Síntese das respostas obtidas
Participante 1	Que venha mais capacitação, entendi completamente os módulos.
Participante 4	Realização de aula prática ou demonstração de Equipamentos de Segurança focada no ambiente em que temos convívio, ou seja, com materiais que usamos no dia a dia de nosso trabalho, talvez dessa forma alguns sócios que não fizerem presente, tenham o interesse de participar, quem sabe até com o sorteio de equipamentos usados na aula prática.
Participante 7	Que as palestras sejam mais aprofundadas e que mais associados possam participar.
Participante 14	Foi muito bom a ministração, podem vir novamente e com outros assuntos para melhorar nosso entendimento.
Participante 15	Foi muito bom a ministração, mais gostaria de saber muito mais outros cursos.
Participante 17	Foi muito interessante, que venha mais oportunidades.
Participante 18	Precisamos visitar mais as áreas de trabalhar em todos os setores e transmitir esse tipo de informação ao ponto de que ele entenda a importância da prevenção.
Participante 19	Sugiro que mais cursos de capacitação sejam dadas em nossa comunidade, para que assim possamos aprimorar nossos conhecimentos.

Quadro 20 - manifestação dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A prevenção contra acidentes de trabalho e a utilização de EPI tanto é importante, assim como a capacitação, investimento através do conhecimento, de forma que os trabalhadores possam adquirir conhecimentos técnicos sobre maquinários e ferramentas, Soares et al (2015, p. 3) discorrem que “a causa pessoal de acidentes está relacionada ao conjunto de conhecimentos e habilidades que cada um possui para realizar uma tarefa”, inclusive, que a ausência do conhecimento “pode dificultar o desempenho e predispor à ocorrência de acidentes”, comentam, ainda, que em se tratando de motivação mecânica é correlato”às falhas materiais existentes no ambiente de trabalho que podem expor as pessoas a acidentes como, por exemplo: equipamentos sem proteção, manutenção inadequada.

Os autores ressaltam que a ação insegura do trabalhador em sua atividade considerada uma violação de um procedimento de segurança que poderá acarretar acidentes, sendo assim, quando a ausência do conhecimento e uma ação insegura se manifestam, tendem a ocasionar acidente, podendo ou não provocar lesão ao trabalhador.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESTRATÉGIAS DE COLHEITA DO AÇAÍ SEGURO COM QUALIDADE DE VIDA E ECONOMIA

A abordagem dessa atividade sucedeu após a ministração das palestras, comentou-se sobre os dados relativos aos acidentes ocorridos e relatados nesta pesquisa, além de enfatizar sobre a necessidade de re-pensaratividades com a colheita do açaí executada pelos peconheiros.

Segundo Maia et al (2012, p. 1135), apesar dos ganhos com a comercialização de produtos e oferta de empregos, trazendo uma preocupação: "os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que podem ocorrer em diversos ambientes e afetar qualquer trabalhador, com isso consequências como a interrupção temporária das atividades laborais e até a morte".

Assim, o propósito de contribuir para o conhecimento dos trabalhadores da APOBV, questionamos: **O método tradicional de colheita utilizando, a peconha, para subir no pé do açaizeiro é um método seguro e proporciona qualidade de vida e economia?**

Foi apresentado o vídeo 1) Coleta do açaí-solteiro no lago do Calado, Manacapuru, AM., usando a Palmhaste (2), acesso: https://www.youtube.com/watch?v=QTu7JzGYkBo

De acordo com a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável - SDSN A palmhaste é uma vara de ferro com uma foice adaptada que alcança até 18 m de altura, desenvolvida pelos pesquisadores Afonso Rabelo, Gláucio Belém e o ilustrador científico Felipe França do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTIC), instituição membro da rede SDSN - Amazônia.

A ferramenta contribui para melhorar a qualidade de vida dos coletores de buriti e açaí, reduzindo os acidentes de trabalho que ocorrem durante a colheita desses frutos e conciliar geração de renda, foi o que motivou a criação da 'Palmhaste', uma ferramenta desenvolvida por pesquisadores do Amazonas para os ribeirinhos que trabalham com essa atividade extrativista.

Abordagem dessa atividade sucedeu após a ministração das palestras, foi comentado os dados relativos aos acidentes ocorridos e relatados nesta pesquisa, além de enfatizar sobre a necessidade de re-pensar sobre as atividades com a colheita do açaí, executada pelos peconheiros.

Método de colheita rústico, árduo e perigoso devido aos riscos que subir numa palmeira pode acarretar, desde fraturas na coluna ou em partes do corpo a ataques por parte de animais peçonhentos, como cobras. De acordo com o SDSN - Amazônia, além cumprir com a função de reduzir os índices de acidentes entre os trabalhadores extrativistas, a palmhaste cumpre outra função: contribui também para a coleta desses frutos sem que haja, desperdício, e pela dificultosa coleta quando os frutos estão maduros.

Segundo Maia et al (2012, p. 1135), apesar dos ganhos com a comercialização de

produtos e oferta de empregos, traz consigo uma preocupação, “os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que podem ocorrer em diversos ambientes e afetar qualquer trabalhador, com isso consequências como a interrupção temporária das atividades laborais e até a morte”.

A Figura 7 apresenta os detalhes da ferramenta Palmhaste, e a Figura 8 se refere à colheita do açaí utilizando a referida ferramenta.

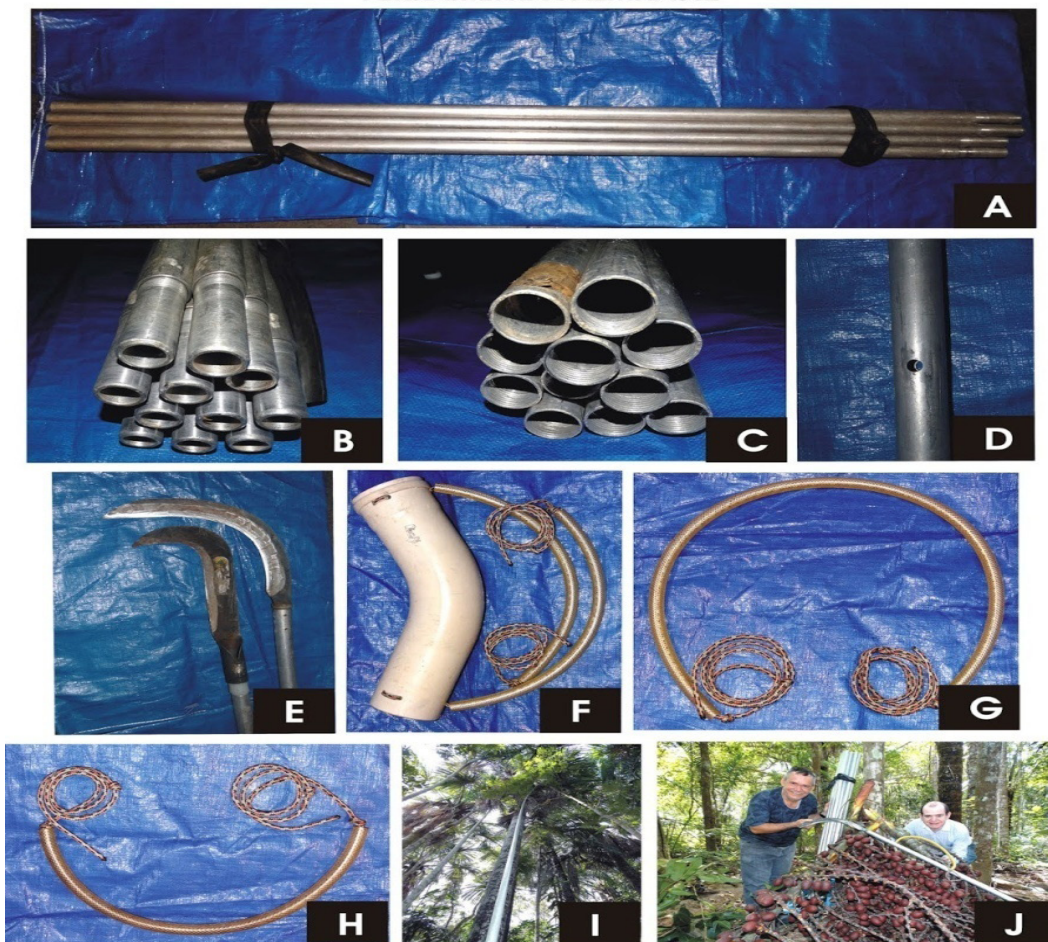



Figura 7 – Detalhes da Coleta do Açaí usando Palmhaste

Fonte: http://frutasnativasdaamazonia.blogspot.com/2018/11/palmhaste-ferramenta-para-colheita-de.html

Figura 8 – Colheita do Açaí usando Palmhaste

Fonte: https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/palmhaste-ferramenta-de-coletas-de-frutos-das-especies-de-palmeiras.

Em seguida, foi apresentado o Vídeo 2) Máquina Colhedora de Açaí, acesso: https://www.youtube.com/watch?v=cdBcmIV9SS4, a Figura 9 apresenta o modelo do equipamento.

Figura 9 - Coleta do Açaí usando Máquina Colhedora

Fonte: https://revistapegn.globo.com/Feira-do-Empreendedor-Para/noticia/2018/05/empresario-inventa-maquina-que-facilita-extracao-de-acai-e-salva-vidas.html.

A empresa Trajano responsável pela fabricação do equipamento está localizada no

Município de Tucuruí, Estado do Pará, intencionada a mudar o cenário da colheita do açaí, criou a máquina colhedora, uma ferramenta que proporciona o extrativismo mais acessível. A empresa foi fundada pelo agricultor e mecânico Trajano José Alves, que inventou o equipamento, com Roberto Pacheco, sócio do inventor do produto.

Segundo a reportagem de **Pequenas Empresas & Grandes Negócios (Revista Globo), acesso no site** https://revistapegn.globo.com/Feira-do-Empreendedor-Para/noticia/2018/05/empresario-inventa-maquina-que-facilita-extracao-de-acai-e-salva-vidas.html; o objetivo principal do invento é proteger a integridade física das pessoas que fazem a colheita do açaí. “Quem trabalha no setor sabe: muita gente morre ou fica ferida por causa das quedas do topo da palmeira da fruta. A máquina elimina esse risco e, ao mesmo tempo em que promove a segurança, aumenta ainda a produtividade dos negócios de açaí”.

A matéria ressalta que a máquina colhedora de açaí é conectada no tronco da palmeira, e com o auxílio de uma haste, o colhedor (peconheiro) impulsiona o equipamento para cima que, com a força do movimento, corta as palmas com o açaí graças às lâminas afiadas.

Depois de decorrido à apresentação dos vídeos com as demonstrações, foi cedida para entrevista informal (áudio), do associado codificado por AE23 que fez o seguinte comentário:

> Eu já tinha conhecimento sobre esses métodos de colheita, mas assim, o peconheiro perde muito tempo com isso, eles não querem perda pra eles, pra eles acham ou que vem pra somar ou optam pela forma tradicional sem utilização do EPI, é claro que os EPI´s traz segurança pra eles, mas com o uso do EPI quebra muito a produção deles. Por isso que a gente vai acompanhando de perto o processo deles da coleta pra ver o que dá pra melhorar e pra criar pra eles em relação aos EPI´s, estamos desenvolvendo mais roupas, camisas, braço e antebraço, as capas pra facas por que isso é muito variável também, alguns utilizam faca pequena, outros facão, isso é um processo muito minucioso, cada região (localidade) tem uma forma de utilização desses equipamentos deles, agente tenta chegar mais próximo possível das necessidades deles, teve locais que eles tiveram ataque de abelhas e isso não estava no projeto de construir esses protótipos, mas agente achou necessidade (necessário) construir.

Diante das informações debatidas, o método tradicional de colheita do açaí é acompanhado pelo grupo de designers polonesas e por dois associados da APOBV, mas propomos o compromisso junto a Diretoria da APOBV para a elaboração de um Manual de Boas Práticas de Segurança no Trabalho Rural, realizado durante o estágio do Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares para ser repassado à APOBV, de modo a promover segurança e prevenção contra acidentes de trabalho, no laborar dos colhedores de açaí, além de repassar as informações prestadas pelo ED1 sobre a proposta de parceria com o IFPA Campus Castanhal.

Quanto a projeto realizado por designers polonesas, a matéria publicada na Revista Globo Rural, acesso no site https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/09/exposicao-propoe-alternativas-para-seguranca-de-coletores-de-acai.html, 06 jan 2020, trata de um projeto do estúdio de design *We design for PhysicalCulture,* desenvolveu equipamentos de proteção em parceria com a comunidade de Boa Vista do Acará (PA), para dar mais segurança aos peconheiros durante a coleta.

De acordo com a reportagem, o projeto foi apresentado na exposição “Peconheiros”, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, no dia 11/9/2018, e aberta para visitação até 14 de outubro de 2018. Trata-se do desenvolvimento de “protótipos considerando a maneira tradicional da coleta do açaí, uma tradição cultural importante e significante de fonte de renda para os habitantes da região Norte.

A reportagem segue informando, que de acordo com os associados para Leandro Teles e Teles, presidente da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV), que coordena a colheita e a venda local, “as soluções desenvolvidas pelo projeto são muito úteis para os membros da comunidade e, certamente, vão ajudar a melhorar a segurança e a produtividade dos peconheiros”.

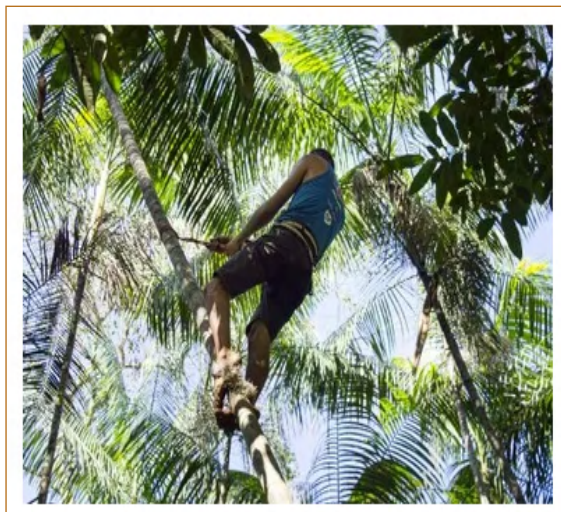



Figura 10 – Peconheiro– Coletando açaí em Boa Vista do Acará, no Pará.

Fonte: Revista Globo Rural, nº 09, data 13 set, 2018.

Diante das informações prestadas pelo AE23 e confirmadas através da reportagem da Revista Globo Rural, versam sobre os protótipos conforme Figura 11, criados pelas designers polonesas, com objetivo de desenvolver equipamentos de proteção utilizando técnicas de design, sem deixar de respeitar os métodos tradicionais de coleta do açaí.

“Procuramos aplicar soluções práticas vindas da escalada, da arboricultura e do design para esportes, ao mesmo tempo em que trabalhamos com materiais e técnicas locais. Isso foi crucial para possibilitar a popularização das soluções criadas”, explica a designer Dorota Kabala, designer do estúdio *We Design for Physical Culture.*

Figura 11 - Protótipos desenvolvidos para segurança dos peconheiros

Fonte: Revista Globo Rural, nº 09, data 13 set, 2018.

O projeto objetivou, de acordo com a reportagem, evitar os acidentes de trabalho comuns na atividade da peconha — lesões por ferimentos de faca, por queda de palmeira devido a quebra de troncos, pela perda de controle e consequentemente queda do coletor, além de mordidas de cobra e picadas de insetos”.

Os protótipos produzidos e apresentados na exposição tratam de equipamentos de segurança, a saber: o açaí ninja, protetor de pé e tornozelo, o flip&roll, protetores de antebraços, o laço da mata, cinto passante com os laços para pendurar os cachos coletados, a corda da floresta, cadeirinha de proteção para apoiar a colheita de frutas e a bainha D.B., capa para faca utilizada para cortar os cachos do açaí,

Diante do contexto tratado, realizou-se, por fim, entrevista com o associado ED1, a qual foi transcrita com a fala do mesmo:

> é importante para a APOBV o investimento mais aprofundado sobre Segurança do Trabalho e Prevenção de Riscos Ambientais, a fim de que possamos ter conhecimento sobre que tipo de Equipamento de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC a associação deve adquirir e investir junto aos associados, além da importância de se firmar parceria com o IFPA

> Campus Castanhal para ter acesso aos cursos realizados junto ao Setor de Agroindústria, bem como, Manejo do Açaí, Tratos Culturais, etc... (ED1).

Contudo, após abordagens dos vídeos e as entrevistas dos associados mencionadas anteriormente, o método de colheita do açaí merece toda atenção, haja vista que os equipamentos criados (Palmhaste e a Máquina Colhedora de Açaí) geram custos, além do que, deve ser considerado o tempo que demanda para a colheita do fruto, isso comparado com o método tradicional que vem sido realizado.

Aliado a menção do associado AE23 quanto ao acompanhamento das atividades de colheita do açaí deverá ser analisada, avaliando de um lado a produção, através do detalhamento dos dados apurados para estudo, viabilizando informações da produção, confrontando em termos financeiros; e por outro lado, a questão de segurança, quanto o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI inerentes a essa atividade, e os riscos a que estão suscetíveis os coletores (peconheiros) decorrentes do local de produção.

Ademais, esse contexto é uma sugestão que opinamos, até por que no que diz respeito à proposição do associado ED1, verificou-se que deverá ser repassada a transcrição da entrevista ED1 à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, a fim de que se possa obter informações quanto ao encaminhamento à Direção Geral do IFPA Campus Castanhal do interesse da APOBV em firmar parceria com a instituição, no entanto, firmamos o compromisso quanto a implementação do Manual de Boas Práticas de Segurança no Trabalho Rural, a fim de viabilizar as informações referentes aos preceitos contidas nas legislações que abordam sobre Segurança do Trabalho; Prevenção de Riscos Ambientais; e Equipamento Ed Proteção Individual – EPI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. De acordo com os achados e visando atender ao objetivo proposto levantou-se dados e analisou-se as ações de segurança do trabalho e ocorrência de acidentes junto a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará - APOBV; todavia, entende-se que poucas ações foram implementadas, levando em consideração o cumprimento dos preceitos legais, haja vista que durante a manifestação dos membros da diretoria e dos associados, somente um dos membros tinha conhecimento sobre a Norma Regulamentadora 9, que objetiva a implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, diferentemente de alguns associados que expressaram conhecer sobre EPI e sua importância.

Todavia, há relatos de alguns associados que participaram em cursos e formação sobre segurança do trabalho, e mesmo assim, que não usam EPI por sentirem-se desconfortáveis, apesar da APOBV ter fornecido botas e luvas aos seus partícpes.

Diante dos dados obtidos sobre ocorrência de acidentes durante a execução das atividades laborais com a colheita do açaí, e alguns associados mencionaram ter conhecimento sobre EPI e da importância da segurança no trabalho. Eles consideram ser relevante que todos os associados precisam participar de capacitação sobre segurança do trabalho; prevenção de riscos ambientais; e qualidade de vida.

Verificou-se que não basta somente alguns associados participarem desses eventos, e da aquisição de alguns equipamentos, sem o devido conhecimento de quais equipamentos devem ser adquiridos e repassados aos associados, em razão das ocorrências de acidentes e dos problemas de saúde que apresentaram. Também observou-se que o método tradicional de colheita ainda é empregado na execução das atividades, bem como, a utilização de ferramentas artesanais como terçado, facão, peconha, que sem o devido conhecimento preventivo, torna o peconheiro suscetível a acidentes e doenças ocupacionais.

Vê-se que há processo de formação dos associados e que a gestão da APOBV tem conhcimento da necessidade de segurança. Alguns associados conseguem perceber que existem contratos com empresas para fornecimento de várias espécies de culturas, por essa razão, ressente-se de aprimorar os conhecimentos em prol da manutenção desses contratos, que por sua vez promoverão recursos financeiros, e demandarão em aumento de trabalho (tarefas), motivo pelo qual relataram que esses eventos são relativos ao embiente em que convivem e podem contribuir para aprimorar o conhecimento sobre segurança no trabalho como condição de melhoria de vida.

Ademais, percebe-se quanto é relevante o saber sobre as Normas Regulamentadoras, por sua vez, são preceitos que fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e saúde do trabalhador.

Para resolver estas *questões*, identificou-se a necessidade de qualificar e equipar os trabalhadores, a fim de prevenir e garantir saúde e qualidade de vida aos colhedores de açaí (peconheiro), pois o laborar do peconheiro tem especificidades, como: "o subir no açaizeiro"; "arqueando pernas e pés"; "a lisura da estirpe da árvore"; "subida nas palmeiras sem roupa adequada e sem equipamento de proteção individual (EPI), e com uma faca ou facão (terçado), sem bainha, colocando essa ferramenta entre os dentes, ou enfiando em seu calção", ocasionando acidentes e doenças ocupacionais.

As dificuldades n o laborar do peconheiro traz problemas de saúde, e ocorrência de acidentes, principalmente pelo uso do método tradicional de colheita do açaí, no entanto, foram abordadas as novas técnicas de: coleta do açaí usando Palmhaste e a coleta do açaí usando Máquina Colhedora. Mas, os associados, apesar de terem conhecimento dessas novas técnicas, não às consideram vantajosas, devido à situação econômica, com novos gastos para a aquisição e o tempo que demandaria para a colheita. Embora esses equipamentos podem ser negociados com as próprias empresas contratantes.

Propor-se, como intervenção a APOBV: a) investimento em capacitação sobre segurança do trabalho; prevenção de riscos ambientais; qualidade de vida (a princípio, visando atender os anseios dos associados e da direção da APOBV, além do que é imprescindível para o resguardar a saúde e grantir a qualidade de vida); b) fornecer EPI e ferramentas; c) realizar acompanhamento das atividades laborais dos peconheiros, no sentido de verificaro uso de EPI, os cuidados com as ferramentas utilizadas, e o os riscos ambientais; c) feedback, se faz necessário, o retorno dos investimento que porventura a APOBV irá implmentar em razão da proposta de intervenção, a fim de que possamos obter respostas quanto aos conhecimentos absorvidos pelos associados (peconheiros).

Apesar das limitações que culminou em otimizar a disponibilidade dos associados para participarem das atividades programadas por ocasião do Estágio Supervisionado e do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, haja vista que os mesmos estavam no período de colheita e processamento das culturas produzidas, além do agendamento dos períodos para realização das atividades, mesmo assim, os resultados obtidos evidenciam a problemática vivenciada pelos colhedores de açaí (peconheiros).

A questão da segurança no trabalho do peconheiro continua uma questão invisível para a maior parte da sociedade e das organizações públicas e privadas, tratada como uma das mais relevantes, por ser uma atividade tipicamente relacionada ao sustento das famílias ribeinhas, num sistema de agricultura e extrativismo familiar, inclusive, pelo açaí ser um produto de crescente demanda, no mercado nacional e global.

Finaliza-se, expressando no contexto da pesquisa dados importantes referentes à ocorrência de acidentes no laborar dos colhedores de açaí (peconheiros), inclusive de acordo com o aporte bibliográfico, o Brasil é o país campeão em subnotificações de acidentes do trabalho, constatando-se a dificuldade em quantificar, com exatidão a

ocorrência de acidentes no trabalho rural, aliado ao fato de que são trabalhadores que atuam na informalidade.

Diante dos achados, entende-se que o estudo é relevante e merece atenção para novas investigações sobre valores sociais, institucionais (APOBV) e pessoas, em prol desses trabalhadores que integram a cadeia produtiva do açaí, principalmente dos órgãos reguladores que não tem contribuído para superação dessa situação.

É praxe o falar de investimento em maquinário, em mídia, mas em se tratando de vidas, de pessoas, é algo que precisa ser visto, a invisibilidade do peconheiro é uma realidade, pois a sociedade desconhece esse trabalhador, que colhe, que arrisca sua integridade física, mas contribui para a população, que degusta o suco do açaí, e gerador de mais valia e lucros para grandes empresas responsáveis pela compra no mercado de trabalho de modo precarizado e semi-escravo que abastece o mercado de consumo local, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M.C.B.d., et al. Segurança laboral e Saúde do Trabalhador Rural. Revista Verde (Pombal - PB - Brasil) v. 9, n.5, p. 149 - 152, dezembro, 2014

ALMEIDA, J.A modernização da agricultura. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 94 p.

ALVES, R.A.; GUIMARÃES, M.C. Trabalhadores Rurais? – Análise dos Principais Motivos de Acidentes e Adoecimentos nas Atividades Rurais. Informe Gepec, Toledo, v. 16, n. 2, p. 39-56, jul./dez. 2012.

ARAÚJO, J.A.B. de. Repercussões do Acidente de Trabalho na Saúde e Condições de Vida dos Operários da Indústria da Construção Civil Subsetor de Edificações em são Luís – MA. Dissertação (Mestrado em Segurança e Medicina do Trabalho) – FUNDACENTRO, 194p. 2016. Plataforma Sucupira, CAPES, Disponível em: http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-tese. Acesso: em 08 set. 2017.

BARTH, M.; RENNER, J.S.; NUNES, M.F.; SANFELICE, G.R. Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. Revista Iluminuras. UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 256-276, jan/jun, 2016.

BAYER, L.d. J.Z. Os Agravos à Saúde do Trabalhador Rural. 2016, 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Aberta do SUS, Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/8077. Acesso em 31 jan. 2020.

BEGNINI, S.; ALMEIDA, L.E.D.F. Acidentes de trabalho no meio rural: perfil do trabalhador acidentado em Santa Catarina, Brasil. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol. 06, n. 03, Ano 2015, p. 2538-52.

BENTES, E.d.S.; HOMMA, A.K.O.; SANTOS, C.A.N.d. Exportações de Polpa de Açaí do Estado do Pará: Situação Atual e Perspectivas. In: Anais CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÂO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, Santa Maria, RS, 2017.

BEZERRA, N.R.C. Amazônia e os novos paradigmas de desenvolvimento rural: uma breve reflexão teórica. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza, Rev. Bras. de Agroecologia, v. 6, n. 2, p. 40-54, dez, 2011.

BRUNI, L. O trabalho e a realização humana: economia de comunhão. **Revista Cidade Nova**, setembro 2011, nº 9, p. 30-31. Disponível em: www.edc-online.org. Acesso em: 30 maio 2018.

CAMPOS, A.G.; GURGEL, A.D.M. Acidentes de trabalho graves e atividades produtivas nas regiões administrativas de saúde em Pernambuco: uma análise a partir da identificação de aglomerados produtivos locais. **Rev. bras. saúde ocup. [online]**. 2016, vol. 41 e 15, 12p.

CANTO, A.E. Processo Extrativista do Açaí: contribuição da Ergonomia com base na análise postural durante a coleta dos frutos. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santana Catarina, 2001, 114 f.

CARMO, R.M.d.; COLOGNESE, S. Qualificação e permanência do agricultor familiar no campo: a casa familiar rural do município de Candói – PR. Trivium. Ver. Elet. Mult. UCP, Pitanga, v. 1, n. 1; p.33-53, dez. 2010.

CEDRIN, P.C.A.S., BARROS, E.M. A., NASCIMENTO, T.C.d. Propriedades antioxidantes do açaí (Euterpe oleracea) na síndrome metabólica. Review Article, Braz. J. Food., Campinas, v. 21., e2017092, 2018. 7p.

CHALITA, M.A.N. Desenvolvimento Rural, Agricultura e Natureza: novas questões de pesquisa. Ver. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun. 2005.

CISZ, C.R. Conscientização do uso de EPI's, quanto à segurança pessoal e coletiva. Monografia (Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho) - Departamento Acadêmico de Construção Civil, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. Curitiba, 2015. 44p.

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CONSUP. Regimento do Programa De Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDRGEA, estabelecido pela RESOLUÇÃO N12127/2019-CONSUP DE 18 DE JULHO DE 2019. Disponível: file:///C:/Users/tereza.cristina/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20127.2019-CONSUP.IFPA.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

COSTA, M.P.d.; LAMEIRA, O.A.; INNECO, R.; BARBOSA, S.M. Produção de mudas in vitro para a indústria de perfumaria. 18º Seminário de Iniciação Científica e 2º Seminário de Pós-graduação da Embrapa Amazônia Oriental, 2014, Belém, Pará. Anais […]. Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, 2014, 15p.

CUNHA. N.C. formação profissional e qualificação rural a importância da educação para a gestão de negócios rurais. Relatório Final de Estágio Supervisionado. Curso de Gestão do Agronegócio. Faculdade UnB Planaltina.UNB. Brasília, 2012, 25p.

CUNHA, E.M.d. Mutirão e Trabalhadoras de Igarapé-miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. Paper do NAEA 206, NAEA, UFPA, Dezembro de 2006, 26 p.

DAMASCENO, M.I. Escola e ginástica laboral: parceria possível. OS DESAFIOSDA ESCOLAPÚBLICAPARANAENSE NAPERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE. Cadernos PDE. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, Paraná, 2014, 18p.

DEBRES, L.M. et al. Acidentes típicos do trabalho rural: um estudo a partir dos registros do hospital universitário de Santa Maria, RS, Brasil. **Revista Monografias Ambientais - REMOA**, UFSM, Santa Maria, v. 13, n.4, 2014, p. 3467-3476.

DUDLEY, D.S.A. invisibilidade social do peconheiro: o processo de trabalho do coletador de açaí na região da Vila de São Miguel do Pracuúba-PA/ Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 190p. 2018. Plataforma Sucupira, CAPES, Disponível em: http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-tese. Acesso: em 31 jan. 2020.

EISSMANN, J.C.; STEFENON, S.F.; ARRUDA, P.A. Gestão Estratégica como Ferramenta para a Governança Corporativa: Um Estudo de Caso. Revista Espacios, Vol. 38, n 16, 2017, p. 22.

ESCOLA NACIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - ENIT. Norma Regulamentadora – NR 6. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-06.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - ENIT. Norma Regulamentadora – NR 9. Disponível em: lhttps://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-09-atualizada-2019.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - ENIT. Norma Regulamentadora – NR 31. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-31.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

EXPEDIÇÃO PARÁ. Dona Vera - Ilha Boa Vista do Acará. Notícias Gastronomia, 18 nov 2019, Disponível: https://expedicaopara.com.br/gastronomia/dona-vera-ilha-boa-vista-do-acara/. Acesso em:

31 jan. 2020.

FANTUCCI, I. Contribuição do alerta, da atenção, da intenção e da expectativa temporal para o desempenho de humanos em tarefas de tempo de reação. 2001. 130 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

FENNER, R.; BETTI, A.H.; MENTZ. L.A.; RATES, S.M.K. Plantas utilizadas na medicina popular brasileira com potencial atividade antifúngica. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences vol. 42, n. 3, jul./set., 2006.

FERREIRA, O.B.d. S.; KOURY, S.E.C. A Segurança no Trabalho do "Peconheiro": necessidade de criação de uma política pública. Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFBA, Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 250-269.

FERREIRA, O.B.d.S.; FREITAS, J.R. **É possível falar em desenvolvimento na cadeia produtiva do açaí?** Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55 – 75.

FLEURY, L.C. Múltiplos olhares, uma questão: repensando a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, Fábio Kessler; KUBO, Rumi Regina (Org.). Agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 63-74.

FRANÇA, N. Análise de SWOT nas normas ISSO. Disponível em: http://www.qmsbrasil.com.br/blog/analise-de-swot-nas-normas-iso/. Acesso em 31 jan. 2020.

FREITAS, H.d.S.C. Autogestão na associação de produtores orgânicos de boa vista (APOBV): uma relaçãojogo, poder e dependência. (Dissertação Mestrado) Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Pará, 2018, 104p.

FRUTOS NATIVOS DA AMAZÔNIA. Coleta do açaí-solteiro no lago do Calado, Manacapuru, AM., usando a Palmhaste (2), Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QTu7JzGYkBo. Acesso em 17 nov. 2019.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA. Estatísticas Municipais Paraenses: Acará. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2017. 60p.

GASPARINI, M. F. Trabalho rural, saúde e contextos socioambientais: estudo de caso sobre a percepção dos riscos associados à produção de flores em comunidades rurais do município de Nova Friburgo (RJ). (Dissertação Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012, 134p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil (UAB)/ UFRGS. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p.

G1 PORTAL GLOBO DE NOTÍCIAS. Belém é eleita Cidade Criativa da Gastronomia pela Unesco. Disponível: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/belem-e-eleita-cidade-criativa-da-gastronomia-pela-unesco.html. Acesso em: 17 jul. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, E. A. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Editora Ltda., 2015, 28p.

GONZAGA, M. C. Proteção dos Trabalhadores durante o Cultivo do Abacaxi contra ataque de Serpentes Peçonhentas. Tese (doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de

Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2017, 200p.

HIPÓLITO, C.C.V.; MASSON, V.A.; MONTEIRO, M.I.; GUTIERREZ, G.L. Qualidade de vida no trabalho: avaliação de estudos de intervenção. Ver. Bras. Enferm (internet). 2017; 70(1): 178-86. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n1/0034-7167-reben-70-01-0189.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, Igarapé-Miri - Pará. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/panorama. Acesso em 16 nov. 2018.

INSTITUTO PEABIRU. "O Peconheiro" Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí, 2016. Disponível em: https://peabiru.org.br/2018/05/15/trabalho-precario-na-cadeia-do-acai-e-destaque-no-jornal-da-record. Acesso em: 26 nov. de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores. Brasília: IPEA, 2011. 396 p.

JOB, F. P. Pereira. Os Sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações. Tese (Doutorado Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas) EAESP/FGV, São Paulo/SP. 2003. 237p.

JORNAL R7 RECORD. Colheita do açaí esconde riscos para 200 mil ribeirinhos na Amazônia. Disponível em: http://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/colheita-do-acai-esconde-riscos-para-200-mil-ribeirinhos-na-amazonia-06102018. Acesso em: 17 jul. 2018.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. p. 397-408.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. D. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. Revista Katálysis, v. 11, p. 96-104, 2008.

LIMA, A. G. D.; SANTOS, H. d. S.; ARAÚJO, T. M. M. d. Análise de Aspectos Ergonômicos na Colheita de Açaí na Ilha do Combu - Belém - Pará. XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008

LOUREIRO, V. R. A Amazônia do Século XXI: Novas formas de desenvolvimento, Editora Empório do Livro, 1ª ed. 2009, 280p.

MAIA, A. L. S. Acidentes de trabalho no Brasil em 2013: comparação entre dados selecionados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (PNS) e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) do Ministério da Previdência Social. Boletim **Fundacentro**. 2013. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/boletimfundacentro12015.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

MAIA, L.R.; RODRIGUES, L.B. Saúde e segurança no ambiente rural: uma análise das condições de trabalho em um setor de ordenha. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 42, n. 6, p. 1134-1139, jun. 2012.

MANHÃES, A.C.T.d.S. TREINAMENTO INTERNO DE EQUIPE VISANDO O AUMENTO DA LUCRATIVIDADE DA EMPRESA. Revista Valore, Volta Redonda, 1 (1): 94-110., Dezembro/2016 94

MENDES, F.P., PAZ, M.M.K. A invisibilidade do meio ambiente do trabalho do peconheiro na cadeia de valor do açaí. In: **XXVIII ENCONTRO NACIONAL DO DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO – CONPED,** 28: 2019: Goiânia, GO. Anais (on line). Florianópolis: CONPEDI, 2019. Disponível: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/no85g2cd/9o5kt45h/M93Qn37TLPguHWt2.pdf Acesso em: 04 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Arranjos produtivos locais : APLs de produtos da sociobiodiversidade. Brasília, DF: MMA, 2017. 140 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimento-rural/category/75-sociobiodiversidade.html?download=1534:arranjos-produtivos-locais-%E2%80%93-apls-de-produtos-da-sociobiodiversidade. Acesso em: 26 set. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Norma Regulamentadora 31. Disponível em: www.trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR31.pdf. Acesso em: 31 jan. 2019.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: nov. 2020

MOREIRA, J. P. d. L.; OLIVEIRA, B. L. C. A. d.; MUZI, C. D.; CUNHA, C. L. d. F.; BRITO, A. d. S.; LUIZ, R. R. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(8): p. 1698-1708, ago. 2015.

NASCIMENTO, T. P. d. Ergonomia e Segurança em Atividades Extrativistas no Estado do Acre. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais na Área de Concentração Ciências Florestais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias da Universidade Federal do Espírito Santo, 2017, 53p.

NASCIMENTO, I. G. d.; KONZEN, M.R.; SILVA NETO, J.M.d.; CARNEIRO, A.d.F. Construção civil: desafios para garantir a aplicação das estratégias preventivas de segurança no trabalho. Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011, p. 22p.

NATRIELLI NETO, A.; GUIMARO JÚNIOR, O. G. MANUAL DAS ASSOCIAÇÕES: Como constituir e administrar uma associação. Disponível: http://www.oabsp.org.br/subs/piracicaba/comissoes/editorial/edicoes/MANUAL%20DAS%20ASSOCIACOES.pdf/view. Acesso em: 31 jan. 2020.

NICOLI, C.M.L. et al. Aproveitamento de biodiversidade amazônica: o caso da priprioca. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 25p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, A Sua Saúde e Segurança no Trabalho: Uma Coleção de Módulos: introdução à Saúde e a Segurança no Trabalho. Edição: Abril 1996, 31 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. La prevención de las enfermidades profesionales. 1ª ed. Genebra: OIT; 2013.

OLIVEIRA, M. d. C. L.; SILVEIRA, S. B. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade Maria do Carmo Leite de Oliveira Sonia Bittencourt Silveira. Veredas on-line – temática – 1/2012, P. 149-165 – PPG Linguística/UFJF – Juiz de Fora. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-Sonia-e-Carmovers%C3%A3o-finalformatado.pdf. Acesso em: 11 mar. 2018.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. Revista Travessias. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UINOESTE. Cascável/Paraná, v. 2, n. 3, 2008. 16p.

OLIVEIRA, J. C**.** Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida São Paulo Perspec. vol. 17, no.2, São Paulo, Apr./June, 2003.

PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. Empresário inventa máquina que facilita a extração de açaí e salva vidas. Editora Globo. Disponível em: https://revistapegn.globo.com/Feira-do-Empreendedor-Para/noticia/2018/05/empresario-inventa-maquina-que-facilita-extracao-de-acai-e-salva-vidas.html. Acesso em 17 jan. 2020.

PINTO, J. M. Tendência na incidência de acidentes e doenças de trabalho no Brasil: aplicação do filtro Hodrick - Prescott. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, 2017, n. 42, 12 p.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

PORTE, C. S. Doenças Ocupacionais e Profissionais. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação Administração. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis, 2013. 34p.

PORTO, M. F. S. & FREITAS, C. M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13(Supl. 2):59-72, 1997.

RABELO, A. Palmhaste (ferramenta para colheira de cachos de palmeiras) na plataforma SDSN-Amazônia. Frutas nativas da Amazônia. Discponível em: http://frutasnativasdaamazonia.blogspot.com/2018/11/palmhaste-ferramenta-para-colheita-de.html. Acesso em 31 jan. 2020.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação. São Paulo. Edições Layola, 2002.

REGHIN, M. Exposição propõe alternativas para a segurança de coletores de açaí. Revista Globo Rural. Editora Globo, n 09, data 13 set, 2018. Disponível em https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/09/exposicao-propoe-alternativas-para-seguranca-de-coletores-de-acai.html. Acesso em: 31 jan. 2020.

RODRIGUES, M. L; JAHESCH, Z. M. O Profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho e a Prevenção de Acidentes e Doenças Laborais. XXIX SEMAD 2009 – Semana do Administrador/UEM. Anais [...] Caderno de Administração. Universidade Federal de Maringá. Paraná. V. 17, n. 2, 2009, p. 26-35.

RIBEIRO, F. R. História e memória: leituras sobre o trabalho com o açaí e suas transformações. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, Belém, 2016, 245p.

RODRIGUES, M. L.; JAHESCH, Z. M. O profissional de engenharia de segurança do trabalho e a prevenção de acidentes e doenças laborais. Revista Caderno de Administração (UEM). Maringá, **v. 17 n. 2, 2009, p. 26-35.**

SÁ, A.C.M.G.N.d.; GOMIDE, M.H.M.; SÁ, A.T.N.d. Acidentes de trabalho suas repercussões legais, impactos previdenciários e importância da gestão no controle e prevenção: revisão sistemática de literatura. Revista Médica Minas Gerais, 2017; 26 e1825. Disponível em: http://www.dx..doi.org/10.5935/2238-3182.2016012. Acesso em: jan. 2020.

SAMPAIO FILHO. A. P. d. Acidentes de trabalho: Culpa ou vulnerabilidade do trabalhador? Dissertação (Mestrado em Trabalho, Saúde e Ambiente). Programa de Pós-Graduação da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro. São Paulo/SP, 2015, 111p.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E PESCA - SEDAP. Panorama Agrícola do Pará - Açaí - 2017. pdf. Disponível em: file:///G:/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20referenical%20bibliogr%C3%A1fico/A%C3%87AI/A%C3%87A%C3%8D%20_%20SEDAP.html. Acesso em: 19 dez. 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v.30, n.3, p.511-531, jul/set. 2010.

SILVA, K.P.d.; NASCIMENTO, R.F.d.; BOTELHO, M.A.d.S. SEGURANÇA NO TRABALHO: UMA FERRAMENTA COMPETITIVA. Anais do XVI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Associação Educacional Dom Bosco – AEDB, Rio de Janeiro, out-nov 2016, 16p. Disponível: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lKAE_fZ-zBwJ:https://www.aedb.br/seget/arquivos/

artigos16/35124439.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: jan. 2020.

SOUSA, F.N.F.d.; SANTANA, V.S. Mortalidade por acidentes de trabalho entre trabalhadores da agropecuária no Brasil, 2000-2010. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(4):e00071914, abr, 2016. 13p.

SOUZA, E. F. do N.; MACHADO, W.d.O., A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE SEU PAPEL E SUA IMPORTÂNCIA. Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida – FNSA. V. 04, nº 1, p. 102-116, JAN-JUN, 2013. Disponível: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627111555.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

SOUZA, M.M.O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). Revista em Extensão, v. 8, n. 1, 3 jun. 2009.

TAGORE, M. d. P. B. O aumento da demanda do açaí e as alterações sociais, ambientais e econômicas: O caso das várzeas de Abaetetuba, Pará. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. 2017, 156 f.

TIBALDI, S. D; SILVA, E. R. d. Aspectos da proteção ao trabalho rural sob o prisma do princípio da prevenção ambiental. In: XXII Encontro Nacional do CONPEDI, 22., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FUNJAB, 2013. p. 115-137. Disponível em: www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=51624edfeb2ba95f. Acesso em: 30 maio 2018.

TOLFO, S. D. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, Revista de Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 38-46, 2007.

TRANJANO INDÚSTRIA. Máquina Colhedora de Açaí. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cdBcmlV9SS4. Acesso em 17 nov. 2019.

TRANSFORMA – Redes de Tecnologias Sociais. Pa,mhaste: Ferramenta Ed coletas de frutos das espécies de palmeiras por Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/palmhaste-ferramenta-de-coletas-de-frutos-das-especies-de-palmeiras. Acesso em: 31 jan. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO–8 PARÁ E AMAPÁ (TRT8): Relatório final para o Programa Trabalho Seguro Peabiru: "O peconheiro" Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí. Belém: Instituto Peabiru. 2016.

UBER. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Dicionário Online em Portugues. Disponível em: https://www.dicio.com.br/urbe/. Acesso em 31 jan. 2020.

VERDEJO M. Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático DRP, Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familia, Brasília, 2006, 62p.

YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WACHHOLZ, C.S., COLTRE, S. M.O SISTEMA DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO DE UMA EMPRESA DE TV POR ASSINATURA. Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, v. 14, n. 1, p. 111-139, jan./jun. 2013

ZANOTTI, F. Aspectos de segurança e saúde do agricultor familiar no município de Videira/SC: os desafios da prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho na pluriatividade. Dissertação (Mestrado em Trabalho, Saúde e Ambiente). Programa de Pós-graduação “Trabalho, Saúde e Ambiente”, da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, 2017, 149 f.

SOBRE OS AUTORES

TEREZA CRISTINA FERREIRA DE QUADROS - Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA Campus Castanhal). Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Castanhal - FCAT (2013), Graduação em Tecnólogo em Recursos Humanos (2011). Servidora do IFPA CAMPUS CASTANHAL ocupante do cargo de Assistente em Administração, advinda de redistribuição da Universidade Federal da Amazônia - UFRA, porém ingressou no Serviço Público Federal em 01/11/1984, na FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ - FCAP. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: mulheres, organização social, agricultura familiar, saúde, capital intelectual humano, segurança do trabalho, qualidade de vida.

MARIA JOSÉ DE SOUZA BARBOSA - Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (1984), com mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998-2003), com pós-doutorado em geografia humana pela Universidade de Alicante na Espanha. Como Assistente Social atuou na Fundação do Bem Estar Social do Pará-FBESP, no período de (1983-1993), desenvolvendo atividades no âmbito da migração e em assentamentos urbanos. Em (1993-1994) realizou atividades de assessoramento à implantação da Diretoria de Assistência Social na Secretaria de Trabalho e Promoção Social - SETEPS. Desde 1994 a 2017 exerceu o cargo de professora da Universidade Federal do Pará - UFPA. Por esta instituição foi licenciada para exercer a função de Secretária da Secretaria Especial de Proteção Social - SEPS, em 2007, e, em paralelo, a coordenação da Câmara de Políticas Sociais da Secretaria de Governo - SEGOV. Com a extinção da SEPS passou a exercer a função de Secretária Adjunta da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEDES. Em 2008 retornou à UFPA. No período de abril de 2010 a abril de 2014 exerceu a função de Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Aplicadas - ICSA, assumindo a gestão acadêmica e atividades de ensino, pesquisa e extensão. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Tecnologia Social e Desenvolvimento da Amazônia. Integra o Grupo de Pesquisa Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europeia y la Latinoamerica - em cooperação com a Universidade de Alicante-Espanha. Por esta cooperação coordena Projetos de Pesquisa com a Universidade de Alicante na Amazônia/Pará/Brasil. Nos estudos e pesquisas da ênfase às temáticas do Desenvolvimento Regional, Local e Rural com ênfase na economia solidária, cooperativismo, incubação, inclusão sócio-produtiva e extensão rural. Atua ainda em áreas das políticas sociais. Atuou como bolsista produtividade do CNPq por seis anos, se desligando por opção em 2014. Realizou estágio de pós-doutorado em Geografia Humana, pela Universidade de Alicante na Espanha, com ênfase em desenvolvimento territorial rural e agricultura sustentável. Atua como professora do quadro permanente do Programa de Pós-Gradução em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituo Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPA/Campus Castanhal.

KLEWTON ADRIANO OLIVEIRA PINHEIRO - Possui graduação em Engenharia Florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (2001), Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade da Amazônia, Mestrado em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004) e Doutorado em Ciências Agrárias pela UFRA (2016). Atualmente é professor

do IFPA Campus Castanhal. Tem experiência na área de Recursos Florestais com ênfase em Manejo Florestal, atuando principalmente no Inventário Florestal, em Sistemas Agroflorestais, Fitossociologia, Viveiros Florestais, Tratamentos Silviculturais e na Segurança do trabalho em atividades florestais.

FRANCIMARY DA SILVA CARNEIRO - Possui graduação em engenharia florestal pela universidade federal rural da Amazônia-UFRA (2001), mestrado em agronomia com ênfase em genética de população, atuando nos seguintes temas: Genética de populações, genética quantitativa, melhoramento florestal e conservação genética, pela universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP- Ilha Solteira, SP (2010) e doutorado em ciências agrárias na área de concentração em agrossistemas da amazônia, atuando nos seguintes temas: Manejo de floresta nativa e resiliência florestal pós colheita, pela universidade federal rural da Amazônia-UFRA (2016). Atualmente é analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS/PA. Possui experiência nas áreas de Legislação ambiental e florestal, resiliência florestal, ecologia florestal, recuperação de áreas degradadas, genética de populações, sistemas agroflorestais, fitopatologia, silvicultura, manejo e colheita florestal, gestão ambiental, segurança no trabalho, licenciamento ambiental, reflorestamento, regeneração natural, uso alternativo do solo e tem experiência na área de Sensoriamento Remoto e geoprocessamento.

WILLIAMS DIAS DE OLIVEIRA - Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA-2001) e pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho na Universidade da Amazônia (UNAMA-2010). Atuei como Engenheiro Florestal temporário em algumas repartições pública como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Renováveis - IBAMA, Instituto do Homem e do Meio Ambiente - IMAZON e na Secretaria do Estado e de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.

KALIANNE COSTA VITOR - Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Ceuma(2017).

ANA PAULA MAGNO DO AMARAL - Graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2013). Mestrado em Agronomia na área de pesquisa em Entomologia e Geoestatística pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2016). Doutora em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia, na área de Controle Microbiológico de insetos (2020). Também possui graduação em Licenciatura Plena em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2009) e especialização em Educação para Relações Etnico Raciais (2010). Atualmente, Técnica em Gestão de Meio Ambiente na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

CARLA VANESSA BORGES CASTRO - Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA (2004) e mestrado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, área de concentração: Biologia Vegetal Tropical (2007). Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Biotecnologia- UFRJ (2012). Atualmente é analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS/PA. Tem experiência na área de Sensoriamento Remoto e geoprocessamento (2021). Atua como docente nos cursos da Área da Saúde no nível superior em Fisioterapia , Biomedicina e Enfermagem, nas disciplinas de Saúde Ambiental, Educação Ambiental e sustentabilidade e Análise Ambiental, Microbiologia e Biotecnologia, e no curso de Engenharia Ambiental.

LILIAN CONCEIÇÃO TAVARES - Graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Formada no Curso Técnico em Agrimensura no Instituto Federal do Pará(IFPA) e Técnico em Agronegócio no Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), possui experiência nas áreas de Geotecnologias, com linha de pesquisa em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

ANA CLAUDIA MORAES E SILVA - Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Pará (2012), pós graduação em Georreferenciamento de Imóveis Rural; sou Técnica Em meio Ambiente e Edificação. Trabalhou por 8 (oito) anos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, no Município de Altamira, atuando principalmente nos seguintes áreas: ÁREAS DE MEIO AMBIENTE, GEOPROCESSAMENTO DE DADOS; GEORREFERENCAMENTO; CAR, LAR, MONITORAMENTO DE DESMATAMENTO. Atualmente Trabalhando na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) no setor, Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM.

MARCIO BRAGA AMORIM - Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA (2006), Especialização em Gestão, Consultoria, Auditoria, Perícia e Fiscalização Ambiental pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM (2012), Técnico em Geodésia e Cartografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (2011). Atualmente é técnico na Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Tem experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal.

ELAYNE OLIVEIRA BRAGA - Possui graduação em ENGENHARIA FLORESTAL pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2013) e mestrado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural da Amazônia e Museu Paraense Emílio Goeldi (2016). Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, atuando principalmente nos seguintes temas: ecologia vegetal, manejo e conservação, biomassa vegetal e dinâmica florestal. Trabalhou com Assistência Técnica Rural em Assentamentos Agroextrativistas, atuando como coordenadora de equipe, ministrou cursos e palestras, realizou visitas técnicas individuais e elaborou relatórios técnicos de atividades. Fez parte do quadro de servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, atuando especificamente na Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM. Atualmente, trabalha no Instituto de Terras do Pará - ITERPA, atuando como Técnica de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário.